

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

O SINDICALISMO RURAL E OS CAMINHOS PARA A
AUTOGESTÃO: UMA SUPERAÇÃO DO ASSISTENCIALISMO?

TARCÍSIO AUGUSTO ALVES DA SILVA

RECIFE, AGOSTO DE 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

TARCÍSIO AUGUSTO ALVES DA SILVA

O SINDICALISMO RURAL E OS CAMINHOS PARA A
AUTOGESTÃO: UMA SUPERAÇÃO DO ASSISTENCIALISMO?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social pelo aluno Tarcísio Augusto Alves da Silva, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Mestre.

Área de concentração: Movimentos Sociais

ORIENTADORA: DR^a VITÓRIA RÉGIA FERNANDES GEHLEN

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO

Atá da 194ª Defesa de Dissertação do Curso de Mestrado em Serviço Social, realizada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, aos quatro dias do mês de agosto de dois mil e quatro.

As dez horas do dia quatro de agosto de dois mil e quatro, na sala de número seis do bloco "C" do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a defesa de dissertação intitulada: **"O Sindicalismo Rural e os Caminhos para a Autogestão: uma superação do assistencialismo?"** de autoria de **Tarcísio Augusto Alves da Silva**, o qual já havia preenchido todas as demais condições exigidas para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social. A Banca Examinadora, aprovada ad-referendum pela coordenadora do curso, Professora Ana Elizabete Simões da Mota Fernandes e homologada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, processo número 009133/2004-03, foi constituída por: Professora **Vitória Régia Fernandes Gehlen/UFPE**, Doutora em Planejamento e Desenvolvimento de Políticas Públicas, como orientadora e examinadora interna, Professor **Manoel Correia de Oliveira Andrade/UFPE**, Doutor em Geociências, como examinador externo, Professora **Anita Aline Albuquerque Costa/UFPE**, Doutora em Serviço Social, como examinadora interna; Professor **Joaquim Correia Xavier de Andrade Neto/UFPE**, Doutor em Geografia - Geografia Humana, como suplente externo e Prof^º **Edelweiss Falcão de Oliveira/UFPE**, Doutora em Serviço Social, como suplente interna. Na qualidade de Orientadora, a Professora **Vitória Régia Fernandes Gehlen** presidiu os trabalhos e após as devidas apresentações, convidou o candidato a discorrer sobre o conteúdo da dissertação. Concluída a apresentação, o candidato foi arguido pela banca examinadora, que após as devidas considerações finalizou os trabalhos e decidiu *aprovar* a dissertação, com as seguintes menções: Professora **Vitória Régia Fernandes Gehlen**: *distinção*; Professor **Manoel Correia de Oliveira Andrade**: *distinção*; Professora **Anita Aline Albuquerque Costa**: *distinção*. E para finalizar, lavrei a presente ata que será assinada por mim e por quem de direito. Recife, 04 de agosto de 2004.

BANCA:

Vitória Régia Fernandes Gehlen
Prof^ª Dr^a **Vitória Régia Fernandes Gehlen**

Manoel Correia de Oliveira Andrade
Prof. Dr. **Manoel Correia de Oliveira Andrade**

Anita Aline Albuquerque Costa
Prof^ª Dr^a **Anita Aline Albuquerque Costa**

MESTRE:

Tarcísio Augusto A. da Silva

A Cópia Confere Com o Original
Em 22/08/2004
[Assinatura]

RESUMO

A zona da Mata Sul de Pernambuco se caracterizou historicamente pela concentração de terra através do domínio do latifúndio por meio da monocultura da cana-de-açúcar. Nessa região se estabeleceram formas de dominação sobre a terra e seus habitantes por uma elite denominada de *senhores de engenho* e posteriormente chamados de *usineiros*.

Neste processo de dominação, a organização de trabalhadores rurais vivenciou diversas fases, como tendo sido, inclusive, espaço que antes de confrontar-se com os interesses antagônicos evidenciados pela relação de classe, tornou-se um amortizador dos conflitos. Esta atuação do sindicalismo rural de caráter assistencialista conseguiu ser superada, em parte, pela atuação da Igreja Católica no processo de formação das lideranças sindicais a partir dos anos 80. Todavia, a marca assistencialista não se tornou um elemento apenas do passado dos sindicatos; ele se mantém através das novas estratégias que estão sendo desenvolvidas pelo movimento sindical a partir da reestruturação produtiva.

O presente estudo é uma análise da relação entre a experiência de busca da autogestão dos sindicatos de trabalhadores rurais ligados à administração da Usina Catende, zona da Mata Meridional de Pernambuco, em seu processo de falência por meio do afastamento dos antigos usineiros e a prática assistencialista dos sindicatos. Desta forma, buscamos entender se a experiência de autogestão na usina tem contribuído para a superação do assistencialismo no sindicalismo rural, tendo em vista que o processo que desembocou no afastamento dos antigos proprietários caracterizou-se por uma ação articulada entre estes sindicatos, denotando uma clara ação de confronto entre os interesses antagônicos dos trabalhadores rurais e da classe dominante da região.

ABSTRACT

A zone in Mata Sul in Pernambuco has been historically characterized as concentration of land, because of the domination of manors through monoculture of sugar cane. There have been established forms of domination above the land and its habitants by an elite controled by "senhores de engenho" and later on by "usineiros".

This process of domination of rural worker's organization has passed for various phases, inclusively space which before the confrontation with antagonistic interests evidenced for classes relations, lead to amortization of conflicts. This performance of rural sindicalism which has assistencialistic character, has achieved domination in performance of Catholic church in the process of formation of sindicalistic leaderships in the 80s. Still, an assistencialists mark has not become an element just from the past of syndicates, it has been maintained through the new strategies which has been developed by sindical movement from the beginning of productive reestructure.

This research paper is an analisis of relation between an experience of search of autogestion of rural worker's syndicates, which are connected to Usina Catente's administration, zone of Mata Meridional in Pernambuco, in its process of insolvency because of the separation of the ancient "usineiros". This way we search to understand if an experience of autogestion in "usina" has contributed for a domination of assistencialism of rural sindicalism, having in mind that a process which discharged in the separation of the ancient owners has been characterized by an action articulated between these syndicates indicating a clear action of confrontation between the antagonistic interests of rural workers and the class which dominates in the region.

AGRADECIMENTOS

A praxe acadêmica tem determinado que ao final de um trabalho científico se façam as devidas considerações em torno daqueles que de alguma forma contribuíram para a sua realização. Para mim, mais que um costume, tal atitude visa reconhecer afetiva e intelectualmente a forma com que diversas pessoas e instituições possibilitaram a conclusão desta pesquisa.

Meu agradecimento inicial vai a DEUS por ter me possibilitado tantas dádivas ao longo de todos esses anos e em especial nos últimos cinco anos de minha vida.

A minha orientadora Dr^a *Vitória Gehlen* que, ao acreditar na idéia inicial desta pesquisa, não mediu esforços em defendê-la, orientá-la e torná-la possível através de sua experiência com o meio rural. Hoje vejo o quanto foram importantes os “puxões de orelha” e principalmente sua paciência nos últimos meses da conclusão do trabalho. Este agradecimento é extensivo a todos os colegas que participam e participaram de seu Núcleo de Pesquisa: o GAPP.

As minhas professoras do mestrado e ao professor Dr. *Denis Bernardo* e em especial a Dr^a *Anita Aline* pelas críticas, sugestões e carinho pela nossa pesquisa, a todos meu respeito e admiração.

Aos colegas da turma de 2002 da Pós-graduação em Serviço Social e também a secretária dessa Pós-graduação *Jacilene*, pela competência e carinho que sempre demonstrou.

À professora *Selma Rodrigues* (UFRPE) por ter sempre me acompanhado, acreditado e me fortalecido nesta caminhada, sobretudo por ter me introduzido no mundo da pesquisa acadêmica.

Às colegas *Patrícia Cabral* (da graduação ao mestrado), e *Naíres Farias* (doutoranda); a primeira por ter compartilhado comigo as aventuras de dois “matutos” na capital, por

estarmos juntos na falta de recursos financeiros e na abundância de ânimo que nos animou por estes caminhos; a segunda por ter dividido suas leituras, garimpado comigo as bibliotecas da UFPE e ter sorrido e chorado as alegrias e tristezas de ser um pós-graduando.

A minha esposa *Isa* e minha *estrelinha Dandara* por serem meu arrimo e porto seguro nesta aventura da vida a três - vocês tornaram os momentos de angústia um fardo mais leve a ser carregado.

A FAESC – Faculdades da Escada, pelo apoio institucional nos momentos mais críticos ocasionados pela nossa falta de estrutura (livros, computador, impressora, internet) e pelo entusiasmo dos colegas nesse processo de produção acadêmica, principalmente das diretoras, professoras: *Nilbe Moreira e Teresinha de Jesus* e pela colaboração da Dr^a *Alda Marques* na revisão dos textos.

Aos trabalhadores rurais da zona da Mata Sul de Pernambuco pelo protagonismo social e pela ousadia de construir um projeto coletivo e questionador das bases de exploração do capital em nossa região; a todos o reconhecimento pela receptividade com a qual me receberam e se tornaram co-autores deste projeto.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e a CAPES pela bolsa de estudo concedida durante o período de agosto/2003 até a defesa desta dissertação.

ABREVIATURAS

ACR – Animação dos Cristãos no Meio Rural

CENTRU – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social

CEB's – Comunidades Eclesiais de Base

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

CGT – Central Geral de Trabalhadores

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

ETR – Estatuto do Trabalhador Rural

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MTC – Movimento de Trabalhadores Cristãos

MST – Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTR – Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais

PROALCOOL – Programa Nacional de Alcool

PROMATA – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco

PRORENDIA – Programa de Emprego e Renda

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

STR – Sindicatos de Trabalhadores Rurais

STIAA - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do álcool e Açúcar

LISTAS DE TABELAS

Tabela nº 1 – Indicadores de serviços prestados e atividades oferecidas pelos sindicatos aos associados e/ou aos funcionários das empresas associadas, por tipo de sindicato – Brasil – 2001.....	p.67
Tabela nº 2 – Efeitos da terceirização sobre as condições de trabalho.....	p.74
Tabela nº 3 – Tipologia das Estratégias Sindicais.....	p.78
Tabela nº 4 – Serviços oferecidos pelos STRs aos associados.....	p. 79

LISTA DE ANEXOS

- | | | |
|---------|---|--|
| ANEXO A | - | Mapa de Pernambuco – Regiões |
| ANEXO B | - | Mapa de Pernambuco – Zona da Mata |
| ANEXO C | - | Quadro de Distribuição Espacial da População |

SUMÁRIO

PÁGINAS

INTRODUÇÃO.....	15
-----------------	----

CAPÍTULO I

1. As mudanças no setor canavieiro e a organização de trabalhadores rurais.....	23
1.1 Bangüê, Engenho Central e Usinas: a modernização sem mudança.....	23
1.2 A força de trabalho no contexto da modernização da produção da indústria canavieira.....	29
1.3 Quatro elementos para entendimento de uma “crise”	33
1.4 O esgotamento do modelo: da intervenção estatal a crise atual.....	39
1.5 O caso da Usina Catende.....	45

CAPÍTULO II

2. As trajetórias e organização dos trabalhadores rurais.....	51
2.1 O desenvolvimento capitalista e a legislação trabalhista.....	51
2.2 A eclosão do sindicalismo rural.....	54
2.3 Estatuto do trabalhador rural e o STR como prestador de serviços.....	60
2.4 Da rebeldia do trabalhador surge um “novo sindicalismo”	64
2.5 O “novo sindicalismo” no campo.....	68
2.6 A reestruturação produtiva e a crise do sindicalismo.....	71

CAPÍTULO III

3. Autogestão: o trabalhador rural e os desafios da participação.....	86
3.1 Autogestão para além da conformação capitalista.....	86
3.2 Participação, co-gestão e controle operário.....	90
3.2.1 Participação.....	90
3.2.2 Co-gestão.....	91
3.2.3 Controle operário.....	91
3.3 A autogestão no Brasil.....	92
3.4 Sindicalismo e autogestão.....	96

CAPÍTULO IV

4. O sindicalismo rural na microrregião da Mata Meridional Pernambucana....	100
4.1 Catolicismo e consciência de classe na formação das lideranças nos anos 80.....	100
4.2 O sindicalismo e os desafios da autogestão.....	107
4.3 A retração da reforma agrária como estratégia política do sindicalismo rural e foco para a agricultura familiar.....	112
4.4 Os reflexos da autogestão nas ações sindicais	116

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
----------------------------------	------------

BIBLIOGRAFIA.....	127
--------------------------	------------

ANEXOS.....	135
--------------------	------------

INTRODUÇÃO

As Ciências Sociais têm, nos últimos anos, se debruçado sobre a variedade de questões que têm afetado o mundo do trabalho, principalmente depois que o espectro da globalização tornou-se visível no Brasil na entrada dos anos 90. As transformações advindas das novas formas de regulação social impostas pelo capital atingiram em cheio vários setores da sociedade brasileira que buscando adequar-se às demandas de competitividade do capitalismo, reformularam suas práticas numa tentativa de sobreviver aos novos tempos.

Neste sentido, a organização de trabalhadores não foge à regra, ao ver-se num momento de fragilidade em que sua base de sustentação tem sido pouco a pouco dissolvida, como tem ocorrido com a redução da massa de trabalhadores fabris em todo mundo. No tocante às respostas que o movimento sindical vem traçando como estratégia de sobrevivência frente aos desafios de organizar a classe trabalhadora, é consensual a diversos autores da Sociologia do Trabalho que tais estratégias têm que contemplar hoje a heterogeneidade dos trabalhadores (perfil de qualificação, gênero, idade), inclusive dando conta do desafio de organizar aqueles que estão à margem de qualquer garantia social.

No cenário da Zona da Mata Sul de Pernambuco tal problemática vem sendo constatada pelo fechamento de usinas e pela conseqüente redução do quantitativo de trabalhadores rurais proletarizado, sem, contudo, construir-se um modelo alternativo que venha substituir a antiga concentração fundiária na região.

A exceção se faz pela vivência sindical na Usina Catende que, a partir do final da década de 90, passou a ser administrada por uma gestão colegiada entre os STRs (Jaqueira, Água Preta, Catende, Palmares, Xexéu e Maraial) e STIAA (Sindicatos dos trabalhadores da indústria do açúcar e do álcool). A experiência em curso tem se mostrado desde 93, com a articulação dos sindicatos, um projeto que inspira uma possibilidade de mudança na Zona da

Mata de Pernambuco. Assim, delimitamos nosso objeto de estudo apresentando a seguinte questão: ***a experiência de autogestão em Catende tem contribuído para a superação do assistencialismo no sindicalismo rural?***

É sobre tal experiência que se debruça nosso interesse de pesquisa, tendo tal estudo por *objetivo geral* analisar as influências da autogestão na ação sindical, considerando a possibilidade de superação do assistencialismo como estratégia de ação do sindicato de trabalhadores rurais. Para tanto, elegemos, a fim de atingirmos tal meta, os seguintes *objetivos específicos*: a) compreender as transformações ocorridas na zona canavieira a partir do processo de falência de usinas de açúcar; b) verificar qual o lugar da assistência na ação sindical dos sindicatos de trabalhadores rurais ligados à Usina Catende; c) analisar a apropriação do conceito de autogestão que referencia a experiência autogestionária de Catende.

Considerando as transformações sociais ocasionadas pelo complexo de reestruturação produtiva e seus rebatimentos no mundo do trabalho, pretendemos discutir, nesta pesquisa, as respostas do movimento de trabalhadores rurais a este momento, o que neste caso nos remete à busca da autogestão na experiência dos trabalhadores na gestão da usina. Buscamos assim centrar o entendimento da questão sob as influências desta prática interventiva dos sindicatos, dentro e fora dos limites da usina, ou seja, o entendimento da ação sindical dentro do contexto da gestão colegiada e fora dela, quando se tratar das questões específicas dos sindicatos em suas bases/e ou jurisdição.

O interesse por uma temática que envolve relações de trabalho e organização da classe trabalhadora no Brasil, especificamente no meio rural da Zona da Mata Sul de Pernambuco, deve-se a dois aspectos que assinalaremos neste trabalho.

O primeiro aspecto refere-se sumariamente à importância econômica que a cana-de-açúcar teve no bojo da economia do Estado, no sentido de gerar divisas aos seus cofres, e que,

por outro lado, apresentou-se também como um gerador de desigualdades sócio-ambientais, trazendo para a região o empobrecimento de parte de sua população e da terra destinada ao seu cultivo.

Esse caráter extremamente maléfico da monocultura submete a própria natureza à imposição de uma única cultura, acarretando a perda da biodiversidade. Analogamente, tal situação de subordinação reflete-se também nas condições de reprodução do (a) trabalhador (a) rural e no próprio sentido em que essa classe social se organiza para defender seus direitos.

A ótica em que se expressam as relações de trabalho no campo ainda está vinculada à submissão em que o trabalhador (a) rural se encontra em relação à elite canavieira da região e tem se perpetuado através do próprio Estado, que tem privilegiado para a região políticas sociais de cunho assistencialistas e/ou programas que visam minimamente a diversificação local. Tudo isso tem contribuído para um quadro paradoxal, onde temos, de um lado, uma região rica, do ponto de vista edafológico-climático, geográfico, no que diz respeito aos recursos naturais e, pobre, no que tange aos aspectos da riqueza socialmente distribuída.

O segundo aspecto para o qual está voltado nosso interesse dentro dessa temática aponta para o fato de que, no atual estágio de desmonte das garantias sociais no Brasil, representado pelos ataques às leis trabalhistas, num esforço de flexibilizá-las, tem indicado que o poder de barganha dos (as) trabalhadores (as) rurais encontra-se deprimido, o que reflete a crise de organização dos sindicatos, sobretudo após a era Collor.

Convém observar que, num contexto em que um amplo movimento de fatores apontam para uma maior desarticulação dos trabalhadores frente ao fantasma do desemprego, tanto no meio rural quanto urbano, as iniciativas que visam dar conta desse movimento num sentido contrário, como nos indica a experiência em curso na Usina Catende, justificam a necessidade de compreender os elementos estruturantes dessa experiência, bem como de analisarmos sua repercussão para a organização dos trabalhadores na região.

Para a investigação dos elementos expostos foram levantadas algumas hipóteses, a fim de conduzir e orientar a pesquisa aqui proposta, quais sejam:

- a) o modelo de gestão agrícola e produtivo proposto pelos sindicatos tende a causar uma ruptura no modelo agrícola vivenciado pela região através do latifúndio e da monocultura da cana-de-açúcar, gerando benefícios sócio-econômicos ligados aos trabalhadores rurais;
- b) no conjunto de ações que visam a implementação de uma gestão colegiada na usina pelos trabalhadores rurais, através da criação da Cia. Agrícola Harmonia, manifesta-se uma tendência sindical característica do sindicalismo de classe;
- c) dado o nível de conquistas alcançadas pela Cia. Agrícola Harmonia tanto os relacionamentos voltados para a luta sindical específica, quanto aqueles voltados para lidar com questões tecnológicas, econômicas e produtivas tendem a se ampliar;
- d) as estratégias sindicais, relacionadas a experiências de busca da autogestão na usina, tendem a conduzir os sindicatos, ligados a ela, para práticas que os distanciam do assistencialismo.

Tendo como norte tais suposições, definimos como área de estudo a zona da Mata Sul de Pernambuco, compreendendo os sindicatos de trabalhadores rurais localizados nos municípios de Água Preta, Palmares, Catende, Jaqueira, Maraial e Xexéu, uma vez que eles compõem a área geográfica onde a Usina Catende se limita.

A coleta de dados deu-se nas sedes dos sindicatos de trabalhadores rurais, através de entrevistas com os dirigentes sindicais, funcionários, assessor e trabalhadores associados, considerados em sua relação orgânica com o sindicato e que, na ocasião das entrevistas encontravam-se nas sedes. Foram entrevistados quinze sindicalistas, um assessor, três

funcionários, sete trabalhadores rurais, sendo dois aposentados e cinco trabalhadores da ativa que, residem em terras da usina.

O instrumento de coleta utilizado foi a “entrevista guiada” que na definição de Richardson (1999, p. 210), caracteriza-se da seguinte maneira: “as perguntas não estão pré-formuladas, são feitas durante o processo e a ordem dos temas tampouco está preestabelecida”.

No processo de coleta de dados foram analisadas também atas de assembléias, noticiários da imprensa escrita do estado de Pernambuco e relatórios das entidades. O relatório da pesquisa encontra-se dividido em quatro capítulos; todavia, duas ressalvas precisam ser feitas para a compreensão do leitor a respeito da utilização de duas categorias utilizada neste trabalho.

A primeira concerne ao uso do termo “camponês”. Não é nossa intenção referir-nos a tal categoria a partir das discussões sobre a existência ou não de um campesinato no Brasil, mesmo conhecendo a defesa de alguns importantes pesquisadores a esse respeito, como é o caso de Queiroz (1973) e Carvalho (1978), que defendem a existência do campesinato e elaboram uma taxonomia que possibilita a apreensão de uma tipologia para ele. Dentro da tipologia criada por esses autores, exclui-se o trabalhador rural assalariado.

Para compreensão da categoria aqui utilizada nos reportamos à abordagem de Novaes (1997,p.54 e 55, respectivamente):

[...] a matéria-prima para construção de identidade política camponesa, não foi buscada apenas nas semelhanças de relações de trabalho ou de situação em relação à terra. Neste nível esta identidade engloba diferença, comportou a inclusão de diferentes categorias de trabalhadores do campo.

A autora segue afirmando:

[...] a definição de *camponês* é, sobretudo, uma definição política. Ela remete à maneira pela qual os trabalhadores articulam e ordenam experiências sociais coletivamente vividas em um processo concreto de confronto e diferenciação, em curso na região, a partir do qual se delinearam os conteúdos e contornos de sua identidade camponesa (p.55).

A segunda ressalva refere-se ao termo “crise”, que é constantemente citado para fazer referência ao momento atual do sindicalismo e da situação da indústria açucareira. A perspectiva segundo a qual estamos entendendo-o aqui parte da abordagem de Rodrigues (1999), que distingue “crise” de “declínio”, ao considerar que o primeiro supõe uma possibilidade de superação, enquanto que “declínio” significaria a perda inexorável de vitalidade.

Feitas tais ressalvas, o texto desta dissertação está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, discutimos as mudanças no setor canavieiro, fazendo um apanhado histórico das transformações que vêm ocorrendo nesse setor, bem como de seus rebatimentos para a organização dos trabalhadores rurais.

O segundo capítulo dá conta das trajetórias de organização dos trabalhadores rurais. Neste capítulo especificamente apresentamos a formação dos sindicatos rurais – sua relação com o Estado, de forma que o sindicalismo torna-se um prestador de serviços – e a mudança ideológica das estratégias de ação sindical a partir dos anos 80.

O terceiro capítulo é dedicado à discussão teórica do conceito de autogestão, assim como dos desafios postos ao sindicalismo para operacionalização da autogestão. Por fim, o quarto e último capítulo detém-se na análise dos dados propriamente dita, focalizando a influência da autogestão na ação sindical.

❖ Os bastidores da pesquisa

Os caminhos que nos levaram a esta pesquisa vêm da construção da monografia para conclusão do Curso de Ciências Sociais (ênfase em Sociologia Rural) da Universidade Federal Rural Pernambuco, onde se deu nosso primeiro contato com a história do sindicalismo. O interesse pela temática se aprofundou a ponto de nos aproximar da experiência vivenciada pelo sindicalismo na zona da Mata Sul de Pernambuco.

A primeira etapa da pesquisa (formulação do projeto em si) deu-se através das informações de militantes do movimento sindical urbano de nossa cidade, Escada, principalmente pelo senhor Vicente Fernandes (MTC – Movimento de Trabalhadores Cristãos) que, por ter participado em determinados momentos, prestando assessoria na área de formação do conselho de fábrica da usina, tornou possível os posteriores contatos com os demais membros da administração da massa falida.

No trabalho de campo, o contato com os sindicalistas se deu nas melhores condições possíveis, uma vez que buscamos deixar claro nossa intenção nos momentos de entrevista e da observação das atividades dos sindicatos. Curioso neste processo foram os muitos agradecimentos recebidos por diversos componentes dessas instituições, apresentando nas entrevistas seus desalentos e esperanças.

A pesquisa, que se centrou inicialmente apenas no sindicato de Catende, teve que ser alterada pela necessidade de se ouvir um universo maior de sindicalistas e dar conta da questão inicialmente levantada. Desta forma, a corrida contra o tempo foi um dos principais desafios a serem ultrapassados, já que a receptividades dos entrevistados foi sempre uma constante neste projeto.

À medida que se caminhava na busca de informações que dessem conta da problemática em questão, a realidade social da região se escancarava frente a nossos olhos, de

forma a nos depararmos com a pobreza das cidades, assim como a falta de alternativa de trabalho: a população que provavelmente vive a espera de programas governamentais como bolsa escola etc.

Isso, todavia, trazia-nos a reflexão da importância de projetos alternativos para a região e para o fortalecimento da organização dos trabalhadores, no sentido de, transformar a realidade da zona da Mata pernambucana, como vem ocorrendo em Catende através do protagonismo dos seus sindicatos.

Uma outra dificuldade encontrada para a realização deste trabalho foi a questão do transporte, a precariedade das estradas, principalmente no trecho da BR 101 Sul, o que tornou os deslocamentos à área de estudo uma aventura das mais perigosas, considerando as condições dos transportes alternativos e das crateras que se formaram no percurso entre Escada a Maraial. Apesar disso, o esforço realizado foi válido por permitir-nos compreender as faces do nosso mundo rural nessa região.

CAPÍTULO I

1. As mudanças no setor canavieiro e a organização de trabalhadores rurais

“O Engenho é pai da Usina que
acaba por devorá-lo,...”

(Bráulio Tavares, Cd: Silvério Pessoa – Bate o mancá, o
povo dos canaviais.)

1.1 Bangüê, Engenho Central e Usinas: a modernização sem mudança

A história da cana-de-açúcar no Brasil remete-nos a episódios da mitologia grega em que Cronos (o tempo), para não morrer, mata Urano (o céu), seu pai. No caso da cana-de-açúcar sua narrativa seria bem mais dolorosa para as populações rurais que a tragédia grega, porque “da área da seca e da área da monocultura da cana-de-açúcar, onde a indústria açucareira esmagava, com a mesma indiferença, a cana e o homem: reduzindo tudo a bagaço” (CASTRO, 2001, p. 18), este drama tem se perpetuado. O ponto de confluência entre o mito e a história talvez esteja no fato de que o primeiro seria uma alegoria da existência do outro.

A cana-de-açúcar como elemento determinante da colonização portuguesa em nosso território se estruturou com base na concentração da terra, elemento fundamental da estratificação social de nossa sociedade.

Caracterizada pela deficiência técnica, a produção açucareira na colônia era apenas compensada pela abundância, fertilidade e vastidão das áreas de cultivo (MONTEIRO, 1980, p. 39). A carência tecnológica se apresentou inicialmente pela produção dos *pães de açúcar*, da falta de conhecimento para o refino do açúcar e dos demasiados custos de produção, de

onde surge a parceria junto à Holanda para refino e distribuição deste produto na Europa, rompida após os ataques holandeses a Recife em 1595 e de sua invasão em 1630.

Após a expulsão dos holandeses, essa deficiência técnica continuou sendo uma condição que se perpetuou radicalmente até o século XIX. Para Eisenberg (1977, p. 65):

A combinação de terra barata com trabalho barato e não educado produziu uma atitude conservadora, rotineira em relação à inovação tecnológica.

Itamaracá foi o berço do primeiro engenho primitivo, depois dele o número de engenhos chegou a 3.500 (em Pernambuco) no início do processo de implantação dos engenhos e usinas. O desenvolvimento desses engenhos deu-se geograficamente na faixa litorânea por conta da proximidade do mercado consumidor internacional e pela deficitária capacidade de transporte da época.

Nesse período, graças ao surgimento de povoados, surgem as “engenhocas” que seriam unidades produtoras de rapadura e aguardente que se diferenciavam dos engenhos tradicionais pela sua posição geográfica (os Brejos de Altitudes), por reduzida capacidade produtiva e pelo abastecimento do mercado interno.

Se a base técnica de desenvolvimento da produção de açúcar no Brasil, especificamente em Pernambuco, era escassa, o mesmo não se pode dizer da força de trabalho que viria a ser empregada na monocultura. Fracassada a tentativa de escravizar os índios, buscou-se com o tráfico negreiro suprir as deficiências de mão-de-obra. Essa característica fundamental do *plantation* não negou a existência de outros grupos sociais que se formaram no entorno dos engenhos.

Os *foreiros* foram um desses grupos que compunham a pirâmide social da época, a qual tinha como centralidade a figura do *senhor de engenho*. O poder deste senhor decorria primeiramente do poder econômico advindo da concentração de terras em suas mãos, “só em

Escada, um grupo de oito famílias inter-relacionadas dominava a oligarquia proprietária” (EISENBERG, 1977, p.153).

A oligarquia canavieira caracterizou-se pela proteção e ampliação de seu poder mediante o controle da política local. Em resumo, o sistema de classes que se estruturou, tendo os senhores da cana na classe superior e os escravos e trabalhadores na base, se deu dentro de uma dinâmica que conduziu à apropriação da gestão do Estado pela classe superior, o que constituiu uma sustentação das formas de dominação das classes subalternas (SILVA, 2001, p.10).

É, no entanto, com a presença deste Estado compreendido historicamente pela necessidade de conter o antagonismo das classes e que, ao mesmo tempo, nasceu em meio a esse conflito, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante e adquire novos meios para repressão e exploração da classe oprimida (ENGELS, 1990, p.137). A compreensão da relação que se estabelece entre os grandes proprietários de terra e o Estado é fundamental para o entendimento do aporte à sustentabilidade da economia canavieira, visto que sua capacidade de reprodução não se dá apenas internamente. Tal economia necessita dos recursos apropriados como condição indispensável à sua reprodução.

Isso se observa após meados do século XIX, quando o desnível tecnológico apresentava-se como um obstáculo à sobrevivência do produto no mercado internacional. Nesse sentido, “o instrumento mais eficaz que se evidenciou foi o subsídio oficial, quer indiretamente, mediante um banco, quer diretamente ao agricultor” (EISENBERG, 1977, p.89), para equacionar o problema.

A defasagem técnica caracterizava a produção do açúcar tanto nas operações agrícolas quanto nas operações ditas industriais. Na primeira, a variedade de cana cultivada era mínima, assim como as técnicas de plantio que não respeitavam a realidade topográfica da região.

Acrescente-se ainda o uso intensivo da terra e dos recursos florestais que ocasionaram impactos ambientais, tais como a redução da fauna e o esgotamento dos solos e dos mananciais de água.

Na segunda, a produção do açúcar estava restrita a métodos bastante arcaicos, se comparados com outras regiões, pelo uso de fontes de energia tradicionais (tração animal, uso da água para movimentar moinhos). A alteração desse modelo de produção seria um elemento importante para possibilitar uma sobrevivência à produção de açúcar brasileiro no contexto mundial.

A modernização da produção açucareira provocou transformações em vários níveis na sociedade brasileira a partir da década de 1871 – 80. A primeira delas estaria relacionada ao processo de intensificação da concentração de terras. O processo de modernização que provocaria o desaparecimento dos engenhos de pequeno porte (bangüê) seria resultado das transformações que já ocorriam na Europa com a Revolução Industrial.

A inovação tecnológica se pautou na construção de dois modelos de aparelhagem industrial dos engenhos: os engenhos centrais e as usinas. Ao lado desse dois modelos se desenvolveram também os chamados “meio aparelhos”, que representavam a transição entre o velho bangüê e a usina. Para Andrade (2001a), a diferença entre os engenhos centrais e as usinas estaria no fato de que os primeiros pertenciam a uma sociedade, não possuíam terras, não desenvolviam atividades agrícolas e utilizavam a mão de obra escrava, enquanto que as usinas possuíam terras e se utilizavam do trabalho compulsório.

Enquanto o engenho central pautou-se em modelos externos, apresentando várias dificuldades de implementação, as usinas formadas pelos proprietários de terra se mostraram mais eficientes por integrarem a agricultura e a indústria.

As transformações advindas do processo de modernização são numerosas. A concentração de terras seria apenas um dos aspectos dessa transformação. Além disso, a

implantação das usinas ocasionou alteração da estrutura social, uma vez que destituiu o status do senhor de engenho, tornando-o fornecedor de cana para a usina. Do ponto de vista do desenvolvimento urbano:

Algumas usinas tiveram um crescimento tal em seu aglomerado que se transformaram em cidades – caso de Catende – ou fizeram crescer pequenas cidades que se encontravam em suas imediações – caso de Barreiros – ou cresceram a ponto de competir, como centro populacional com a cidade em cujo município se situavam – caso de Rio Formoso (ANDRADE, 2001a, p.43).

À medida que a usina se desenvolvia ampliava-se respectivamente a necessidade de áreas agricultáveis para a cana-de-açúcar, reduzindo as terras de moradores e intensificando o processo de proletarianização do trabalhador rural. Esse processo conduziu, irremediavelmente, à diminuição de produtos agrícolas responsáveis pelo abastecimento das cidades. No interior da unidade produtiva transcorreria uma outra transformação, a saber, a intensificação da divisão do trabalho que se desenvolveria com base em quadros profissionais cada vez mais qualificados para o desempenho das atividades.

O caráter agrícola dessa grande indústria que é a usina concentra tipos variados de operários: operários de fabricação, operários de oficinas de manutenção, operários ligados aos transportes, operários fixos e operários sazonais (LEITE, 1978, p.11).

Ianni (1976, p. 36-37) ratifica essa idéia:

Na usina, a força de trabalho e a divisão social do trabalho organizam-se produtivamente, segundo os movimentos e andamentos do capital industrial.

Por sua vez, a constituição desse corpo de profissionais mudaria as paisagens do entorno da usina através da criação das vilas operárias. Leite (1978, p. 12-13) assim analisou este fato:

Um dos traços distintivos das usinas de açúcar, ao menos no Nordeste, é a formação de um bairro operário nas proximidades da fábrica, um aglomerado de casa de propriedade da usina para usufruto de seus operários permanentes.

A base de modernização da produção de açúcar se desenvolveu pautada no modelo das usinas, mais eficaz por integrar as operações agrícolas às industriais e assim conter a dependência desta última do fornecimento de matéria prima por terceiros (fornecedores de cana).

A causa do desenvolvimento acelerado de formação de usinas em Pernambuco é paradoxal. Se a necessidade de modernizar o processo de produção do açúcar no Brasil esteve vinculada ao descompasso das inovações tecnológicas que reduziam cada vez mais o poder de competitividade de nosso produto no mercado externo, acirrado ainda, pelo aparecimento de novas fontes produtoras, a preocupação maior estava na implantação da unidade industrial, deixando em segundo plano o aperfeiçoamento do sistema agrícola, continuando o plantio de cana a ser feito como no período do bangüê (ANDRADE, 2001a, p.49).

O período de consolidação (1890/1910) da expansão do processo usineiro não conseguiu eliminar por completo os antigos engenhos bangüês. Contrariamente ao que ocorreu com os engenhos centrais, os bangüês se mantiveram circunscritos na faixa de transição entre o agreste e sertão. Esse período correspondeu a um momento de absorção de usinas menores e também ao aumento das estradas de ferro para escoar a produção, o que corporificou o poder desse grupo de empresários diante dos senhores de engenho reduzidos agora a simples fornecedores de cana. Porém seu poder de barganha frente aos usineiros não se tornou tão depreciativo, já que no ano de 1932 um amplo movimento grevista de fornecedores se alastrou por Pernambuco.

Nos anos posteriores, a relação conflitual entre fornecedores de cana e usineiros é contida pelo Estatuto da Lavoura Canavieira, promulgado em 1941. Todavia, o discurso legal,

almejando um desenvolvimento “equilibrado do setor”, garantiu na verdade uma oferta regular de matéria-prima, vinculando formalmente o fornecedor à usina.

1.2 A força de trabalho no contexto da modernização da produção da indústria canavieira

Se a consolidação das usinas é um fato, ela não ocorreu alheia às transformações sociais do século XIX, notadamente porque a abolição da escravatura que alterou a relação entre a mão de obra empregada na produção da cana no Nordeste não alterou o conflito entre capital e trabalho. A base de exploração da força de trabalho manteve-se sob a mesma lógica uma vez que a exploração foi apenas atualizada.

Isso reforça o que Yamamoto (2001, p.156) observa:

As classes dominadas são uma espécie de classes “inacabadas”: sua submissão real e formal ao capital, dado o enorme contingente de reserva, é sempre intermitente, interrompida periodicamente.

Se o uso do trabalho escravo foi uma condição necessária à exploração da cana desde o Brasil colonial devido ao grande número de terras disponíveis, impedindo a utilização extensiva do trabalho livre (mas convivendo ainda com ele) e, também ligado a isso, a rentabilidade do próprio tráfico de escravos, a sustentação inicial das usinas não fugiu à exceção.

Todavia, a utilização dessa mão de obra no interior da unidade produtiva foi de curta duração em relação a todo período do século XVI a meados do século XIX. Isso ocorreu devido à gradual abolição da escravatura ocasionada por pressões externas, sobretudo da Inglaterra. Nesse sentido, o governo brasileiro promoveu a criação de diversas leis, pressionado internamente pelo movimento abolicionista e, em outros momentos, pela própria

resistência negra. Enquanto causa externa, o fim do tráfico internacional de escravos deu início ao processo gradual da abolição, ao impedir a renovação de metade da força de trabalho escrava. A limitação da oferta causou a triplicação dos preços nominais dos escravos em Pernambuco pelo ano de 1860(IENSENBERG, 1977, p.174).

A inevitável abolição não passou despercebida da resistência dos proprietários de terra em conter tal processo, tendo passado a se organizar através do tráfico interprovincial, de roubos, através fundação de associações para defender o gradualismo e opor-se à abolição radical. De outra forma, a crise de mão de obra não significou uma queda na produção do açúcar que pode ter sido compensada pela intensificação do trabalho dos próprios escravos existentes, como também da melhoria do processo técnico, mas sobretudo do controle da oferta da mão de obra livre existente.

Para Iamamoto (2001), a instalação das usinas na região nordeste, submetidas aos processos cíclicos da demanda externa do açúcar, fôra precedida por um desenvolvimento extensivo, absorvendo terra e mão de obra, sem substancial alteração na base técnica da produção. Nos anos de 1850, a promulgação da Lei de Terras buscou se antecipar também aos efeitos da abolição de maneira que sua criação impossibilitou o acesso à propriedade da terra mediante o uso continuado e produtivo dela. Isso ocorreu, por conta de que a Lei de Terras politicamente, para os proprietários, visava:

Vedar a propriedade da terra a escravos libertos, assim como a brasileiros – livres, imigrantes e estrangeiros pobres, garantindo que a maior parte destes três contingentes trabalhassem diretamente em suas fazendas como escravos(MINC, 1986, p.23).

Dessa forma, o processo de controle das forças produtivas buscou garantir a permanência do acesso à terra a uma oligarquia, à medida que possibilitou o disciplinamento da ociosidade (vadiagem e mendicância) dos brasileiros – livres através do trabalho

compulsório nas plantações de cana e algodão em troca, algumas vezes, de comida, como se notou em alguns estados do Nordeste.

Dessa maneira, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre não ocasionou prejuízos aos proprietários de terra, pois a mão de obra livre e barata era bastante acessível. Isso se deu porque desde de sua formação a estrutura agrária baseada na monocultura da cana pressupunha a existência de homens livres que, não detendo a posse da terra, ou tendo-a de forma limitada, puderam estabelecer-se em regime de parceria ou de troca de favores ao proprietário da terra.

Não são raros os momentos em que esses compromissos se retraíam ou mesmo se disseminavam quando em períodos de crise. Todavia, o papel que os trabalhadores livres vão desempenhar na produção da cana-de-açúcar se explica porque, tanto os ex-escravos quanto os homens livres, ao abandonarem o engenho não abandonam a cana. O que, na verdade, se processa é uma redistribuição da ex-população escrava na região da zona da mata em direção a oeste (IESENBERG, 1977, p.202).

A reserva de mão de obra presente na região da zona da mata se explica também pelo fornecimento atestado por áreas geográficas (agreste e sertão) que disponibilizavam, de maneira sazonal, braços para as plantações de cana. O emprego do trabalho livre caracterizou-se também pela forte dependência dos trabalhadores aos proprietários de terra. O trabalho do *agregado* correspondia a esta típica relação de produção baseada na lógica: morada – proteção – troca de favores (fornecimento de parte dos alimentos produzidos, constituição de milícias internas dos engenhos). Estabelecido dentro dessa troca de favores, encontramos também o *cambão* como uma forma de trabalho gratuito (número de dias específicos em que o agregado trabalhava nas plantações do senhor). Essa forma de sujeição ficaria conhecida como *morada de condição*.

Para Oliveira (1977), o *cambão* é na verdade uma recriação da relação de produção pré-capitalista, uma vez que conduziu à apropriação dos lucros através de mecanismo de acumulação primitiva.

O *trabalhador assalariado* e o *diarista* foram categorias de trabalhadores livres presentes na propriedade monocultora. Os primeiros compreendiam um grupo composto de pessoas que formavam as áreas administrativas e técnicas, tendo seu número acrescido no período de modernização. O segundo grupo, mais numeroso, fora utilizado nas propriedades como forma completar a força de trabalho escravo, tendo sido utilizado principalmente nos período de colheita.

Outra forma utilizada de trabalho nas plantações foi o de *parceria*. Sua ocorrência indicou uma estratégia do proprietário da terra em reduzir os risco da produção da cana ocasionada pelos preços declinantes do açúcar, principalmente em momentos de crise cíclicas. Essa modalidade de trabalho se definiu pelo pagamento ao proprietário da terra com metade da cana ou do açúcar fabricado pelo lavrador.

Por ocasião da modernização da produção açucareira consubstanciada pela transição do engenho à usina, os lavradores menores que supriam as usinas passaram a ser chamados de parceiros (IESENBERG, 1977, p.212). Por sua vez, a modernização incluiu os senhores de engenho que ficaram conhecidos como fornecedores de cana.

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre notabilizou-se pelas vantagens advindas aos proprietários de terra pela existência de força de trabalho abundante utilizada na extensa quantidade de terras ociosas disponibilizadas no interior dos engenhos. Disso o proprietário de terras podia se valer enquanto uma vantagem, pois quaisquer das categorias de trabalhadores livres podiam ser dispensados arbitrariamente, sem maiores preocupações e sem qualquer tipo de indenização.

No contexto da modernização da produção açucareira no Nordeste, a partir do processo de transformação dos engenhos rústicos (bangüês) para os engenhos centrais e, respectivamente, para a usina, a acumulação capitalista direciona-se conduzida pela crise ocasionada pela perda de posição que a produção de açúcar brasileiro vai ter no mercado internacional, pela intensificação dos recursos públicos disponíveis e pela extração de mais-valia por via de tradicionais mecanismos de acumulação primitiva.

O achatamento salarial correspondeu a um outro padrão de enfrentamento a crise então vivenciada pelo produto brasileiro no mercado internacional. A fórmula mais eficaz de combate ao problema talvez tenha sido enfrentá-la através da modernização tecnológica, corroborada pelo fato de que a abolição da escravatura, longe de agudizar a crise, oportunizou ao proprietário de terras a exploração de outras formas de trabalho que distantes de produzirem mudanças radicais, mantiveram a força de trabalho sob condições de controle diferenciadas, mas em particular caráter de dependência senhorial.

1.3 Quatro elementos para entendimento de uma “crise”

A região da Zona da Mata Sul de Pernambuco destaca-se no cenário estadual não apenas pelas suas qualidades climáticas, mas também, associadas a estas encontramos, em algumas áreas, excelentes condições edáficas para o cultivo da monocultura da cana-de-açúcar. Por sua vez, a agroindústria sucroalcooleira ainda é a atividade econômica mais importante do Estado, apesar dela vir perdendo espaço frente a outros estados brasileiros – São Paulo e Alagoas – como produtor de açúcar e álcool, e de vir esta indústria declinando de produção e importância dentro do próprio estado (ANDRADE, 2001b, p. 61).

Se a importância de tal atividade para o desenvolvimento econômico do estado é uma assertiva histórica, o fato de que o crescimento e fortalecimento dos usineiros, em outros

momentos, como bem observa Manoel Correia de Andrade, têm repercutido na vida do homem do campo, uma vez que a modernização do setor canavieiro representou para nossa história a permanência de tradicionais formas de exploração do trabalho e a capacidade de revigorar o *status quo* concedido desde os primeiros dias da colonização a uma classe de senhores de terra.

Exemplos disso são os benefícios concedidos pelo Estado desde a instauração da monocultura da cana no Brasil e a maneira como as formas precárias de exploração da terra (moradores, posseiros, foreiros, etc.), que supunham uma alta concentração camponesa dentro dos limites dos engenhos e das fazendas, deixam de ser funcionais aos interesses dos proprietários (MORANDI et al., 1988, p. 20).

A produção da cana-de-açúcar que sustentou a economia brasileira por um longo período e que atravessa inclusive a instauração do império viveu vários momentos de crise. A atualidade dela não pode ocorrer dissociada dos seguintes aspectos:

- a) concorrência com outras fontes produtoras;
- b) fatores climáticos;
- c) defasagem tecnológica;
- d) contexto econômico mundial.

No que concerne à **concorrência com outras fontes produtoras**, após a expulsão dos holandeses, e à introdução da cana-de-açúcar em outras áreas que viriam a competir com a produção brasileira, o desenvolvimento do açúcar produzido nas Antilhas e posteriormente em Cuba, desempenhou um papel importante no sentido de que afetou a produção brasileira em relação à produção mundial a partir de 1850. O açúcar de beterraba seria um outro empecilho à hegemonia açucareira do Brasil.

Os fatores climáticos são uma variável importante na compreensão de qualquer crise na monocultura da cana. São muitos os relatos que ratificam as calamidades ocorridas em diversos momentos:

A história da economia nordestina entre 1850 e 1889 foi uma sucessão de crises onde se mesclaram os problemas mais ligados à produção em si, à comercialização e às condições climáticas (MONTEIRO, 1980, p.43).

Se as novas áreas de produção de açúcar, em termos internacionais, se tornaram um obstáculo à produção açucareira mundial, esse problema não se evidenciou por acaso. Ele corrobora a um outro elemento que influenciou fortemente para a explicação das diversas crises do setor da cana-de-açúcar: *a defasagem tecnológica*. Nos anos de 1860, em comparação a Cuba que liderava a produção mundial de açúcar, apenas 2% dos engenhos pernambucanos utilizavam máquinas a vapor, contra 70% dos engenhos de cana cubanos que já haviam adquirido tais maquinários.

Se neste período a defasagem tecnológica refere-se a competidores internacionais, na atualidade este é um desafio que se impõe ainda ao setor canavieiro de Pernambuco quando comparado às condições técnicas disponíveis no sudeste do país. No caso do Nordeste, a tecnologia, quando utilizada, pôde não ser a mais adequada, mas foi a menos dispendiosa para os proprietários.

Por fim, *o contexto econômico mundial* apontaria para um outro aspecto importante na análise de qualquer crise sobre o setor canavieiro, visto ser ele determinante enquanto termômetro de aceitabilidade do produto em conformidade com as conseqüências daí advindas.

Nesse sentido, três períodos são importantes para ilustrar esta afirmação. *O primeiro* período correspondente à depressão ocorrida na Europa e nos EUA em 1873¹ que fez com que os agricultores tivessem que utilizar-se dos capitais acumulados em momentos anteriores para sobreviver. *O segundo* período diz respeito à depressão econômica de 1929 acompanhada pela Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945), e tende a privilegiar o parque alcooleiro em função da escassez de petróleo.

A depressão de 1929 foi um marco importante da retração da produção canavieira em Pernambuco, sobretudo na década de 1931-1940, período em que, pressionados pelos baixos preços do açúcar e distantes de usinas e estradas, vários *senhores de engenho* passam a “forar” suas propriedades a pessoas que cultivavam frutas e cereais destinadas a abastecer o Recife e demais centros nordestinos (ANDRADE, 1998, p.261).

A passagem da crise, por outro lado, faz com que os *senhores de engenho*, agora *fornecedores de cana*, expulsem os *foreiros* dos sítios, dando início a uma das principais referências da organização camponesa em nossa história: as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião.

A retomada da intensificação da produção da cana-de-açúcar ocasionou, por sua vez, a ruptura do desenvolvimento de uma classe média no campo, ruptura essa favorecida pela divisão dos engenhos em pequenas propriedades, propiciada pela formação da categoria de foreiro. A expulsão dos moradores dos engenhos não é uma face nova da história brasileira, sempre escrita com o sangue daqueles que tentam resistir à exploração e a sua condição de dominado.

1. “A depressão no nosso principal mercado consumidor levaria à restrição das importações de nossos produtos”.(MONTEIRO, 1980, p.47).

No que se refere ao **terceiro** período, encontramos a atual reestruturação produtiva ocorrida em âmbito mundial. A constituição desse elemento dá-se a partir do esgotamento de modelos de acumulação capitalista preconizados pelo taylorismo, num momento inicial da industrialização, e pelo fordismo/keinesianismo após a Segunda Guerra Mundial.

Nos países centrais, o período pós - Segunda Guerra correspondeu a um surto de crescimento sem precedentes apoiado num pacto entre a classe patronal e os sindicatos corporativos na busca e permanência do pleno emprego preconizado pelo WELFARE.

Uma combinação de fatores, entre eles a crise de acumulação, provocou em meados dos anos 70 o aumento das taxas de desemprego nestes países. O enfrentamento da crise ocorre, pois, pela constituição de um novo padrão industrial, com um novo paradigma tecnológico e novas regras de produção e organização do trabalho.

Decorrente ainda desta nova realidade proporcionada pela reestruturação produtiva, encontramos a desindustrialização e a transferência geográfica de fábricas, processo esse potencializado pelo recente desenvolvimento capitalista, sobretudo no campo financeiro e no de comunicação.

Essa nova realidade seria agora determinada pela possibilidade de acumulação flexível, em que o capital busca reproduzir-se, eliminando barreiras alfandegárias, legislações trabalhistas e os próprios limites entre os estados-nação.

A desestruturação do aparelho estatal é uma das facetas desse processo e chega ao nosso país no final dos anos 80, como condição de ajuste às políticas neoliberais impostas pelos países centrais. Tal política tem rebatimentos importantes para o capital canavieiro, uma vez que este capital teve historicamente sua reprodução apoiada nos incentivos governamentais.

Possibilitando uma aproximação das transformações que vem ocorrendo na Zona da Mata, a bibliografia consultada indica que este quadro de mudanças é também reflexo da

reestruturação produtiva pela qual vem passando a região, apontando para novas atividades poupadoras de mão-de-obra no decurso da diversificação, apesar dessa reestruturação se processar sem mexer o patrimônio fundiário das usinas. São exemplos dessa diversificação: os investimentos em empresas de táxis aéreos, em hotelaria, no ramo de comunicações e no financeiro, na piscicultura e na apicultura, vê-se que, a acumulação já não se dá mais da forma tradicional, através da apropriação e dependência de recursos públicos, mas direcionada a uma integração competitiva, através da diversificação dos investimentos em diferentes áreas, como aponta Normanha (2003).

Ao discutir a reestruturação produtiva na zona canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90, Andrade (2001b, p. 71) analisa-a em sua dimensão tanto conjuntural, quanto estrutural, dizendo:

É uma crise provocada pela falta de condições de competitividade com a produção do Centro-Sul, onde há uma maior produtividade agrícola e industrial, de queda da demanda no mercado internacional de açúcar, de barateamento do preço internacional do petróleo e da extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool(IAA), que tutelava e protegia a produção de açúcar e álcool, sem que fosse implantada, em seguida à sua extinção, uma política para o setor.

O deslocamento estrutural de unidades produtivas dentro de um mesmo estado da federação ou ainda o seu deslocamento intra-regional e inter-regional aponta para a capacidade de adequação aos novos tempos que os vários empresários do setor vêm vivenciando.

Observando tal fenômeno, podemos considerar que a dimensão da crise atual não seria real, uma vez que, se nos perguntássemos qual a origem dos recursos de deslocamento destas unidades, poderemos nos deparar com o fato de que não existiria uma crise no setor canavieiro, todavia seu modelo de produção é que parece ter se esgotado.

1.4 O esgotamento do modelo: da intervenção estatal à crise atual

Se a convivência com períodos de instabilidade pode ser uma constante na história da indústria açucareira, é verdadeira também a afirmação de que o enfrentamento desses momentos só pôde ser melhor vivenciado graças à privilegiada atuação do Estado na mediação dos períodos de crise.

A regulamentação estatal no setor sucroalcooleiro no Brasil respaldou-se nas relações estabelecidas entre os empresários do setor e os núcleos de poder através de entidades corporativas que buscaram a canalização de parte dos “recursos públicos para este setor” (IAMAMOTO, 2001).

No caso particular de Pernambuco, a crise que se abate sobre o setor no período de 1910/1930 decorrente da superprodução nacional e da necessidade de acesso ao mercado exportador assim como, da necessidade de uma modernização mais eficiente para baixar o custo de produção, ou seja:

Sua dependência do Estado, do poder público, era gritante, e sendo os industriais do açúcar, os homens que controlavam o poder político no Estado e nos municípios, facilmente obtinham a proteção dos mesmos para salvá-los das dificuldades que enfrentavam (2001a, p.68).

Essa forte regulamentação estatal à qual a produção canavieira esteve historicamente submetida transcorre até os anos de 1990, “quando desencadeia-se a relativa desregulamentação do setor sucroalcooleiro no Brasil”(MORAES,2000, Apud, IAMAMOTO ,2001, p.103).

As dificuldades enfrentadas pelo setor canavieiro nas décadas de 1910/1930 resultaram nas deficiências próprias em que o setor se expandiu e modernizou-se, ou seja, a inovação técnica ficou restrita apenas ao parque industrial, e as operações agrícolas foram por

muito tempo negligenciadas neste processo. Isso dificultou as bases de concorrência, inclusive internas, em relação a outros estados produtores.

Mesmo este período tendo se caracterizado por mais de um momento de retração, observa-se um fenômeno tanto de expansão de novas usinas como também o desaparecimento de unidades menores².

A abolição da escravatura não correspondeu a prejuízos maiores para os senhores de engenho e usineiros; ao contrário, pela incrementação do trabalho livre nas unidades produtoras, conseguiu-se transferir os custos a outros grupos sociais da sociedade brasileira. A estratégia se perpetuou em outros momentos, como o ocorrido entre 1907/1914, em que grande parte dos usineiros endividados procuram transferir as conseqüências da crise para os fornecedores da cana que, por sua vez, a repassavam para os lavradores e trabalhadores rurais.

A inconstância da economia mundial foi determinante para os períodos de crise no período que vai de 1910 a 1939 (Primeira Guerra Mundial (1914/1918), a Grande Depressão (1929). Todavia, entre cada período citado, a produção canavieira se valia da respectiva alta dos preços para se recompor, como ocorrido entre 1923/24.

A passagem do trabalho escravo para o trabalho livre significou o aparecimento de certas categorias de trabalhadores, conforme acentuado anteriormente. A existência desses grupos dentro da produção canavieira não os manteve sob uma identidade única. Neste sentido, a transfiguração destes dentro do sistema é uma constante. Assim, segundo Grzybowski (1991), a proletarianização de trabalhadores rurais é uma realidade que se renova e atualiza sob novas formas de exploração e assalariamento.

2. “É verdade que várias dessas usinas não subsistiram, funcionaram por períodos curtos. Contudo, a fundação de tantas unidades industriais indica que a crise tão debatida não tinha as proporções que se anunciava, estando os proprietários dispostos a continuar investindo em um negócio que, à primeira vista, parecia mau”(ANDRADE,2001a, p.69).

Nos momentos de retração, fôra a categoria de lavradores que mais prejuízos acumulou, visto que a estratégia de repasse dos custos da crise terminava neles. Os trabalhadores que eram moradores com direito ao “sítio” ou “roçado”, tiveram as suas áreas de cultura restringidas, a fim de que os canaviais se expandissem (ANDRADE, 2001a, p.82).

Esse lavrador, por muito tempo denominado de “camponês”, tende, à medida que o capitalismo penetra no campo, a acelerar seu processo de proletarização e constituir-se a partir daí em mais um trabalhador assalariado.

A realidade nacional, a partir de 1924, sugere, com a queda dos preços do açúcar, a intervenção estatal em Pernambuco na crise que se processava. É criado o Instituto de Defesa do Açúcar em 1926 com o objetivo de regulamentar o mercado de açúcar no Estado.

Nos anos 30 a oligarquia do Nordeste se depara com um outro problema, desta vez muito mais político que econômico: a sucessão presidencial que começa a dissolver a centralidade política dos proprietários de terra da região, visto o acirrado debate entre conservadores e liberais.

A agroindústria, a partir da Revolução de 30, esteve sob uma forte política intervencionista, na qual o Estado se torna o orientador, financiador e gerente da produção açucareira (ANDRADE, 2001a, p.89). A grave crise que se abateu na cafeicultura paulista em decorrência da crise internacional de 1929-30 possibilitou a agroindustrial canavieira tomar um lugar de predominância na economia à medida que a industrialização ganhava impulso.

É desse momento que as bases para novos padrões de acumulação do capital se fundam em nosso país, dada a mudança da lógica que perscruta a economia voltando-se agora para o setor secundário. Segundo Alves (2000, p. 104):

Na verdade o processo de industrialização brasileira desenvolve-se sob a determinação estrutural do capitalismo mundial, sem nunca ter conseguido romper sua condição de país subordinado aos pólos desenvolvidos.

O Estado que emerge desta nova realidade funda-se na exigência de uma racionalidade que se estende a todos os setores da sociedade (Estado, empresários e assalariados) para que acelerassem ou representassem um melhor aproveitamento das condições do desenvolvimento³.

Dentre as ações efetivas nesse sentido estariam a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933. Entre as primeiras iniciativas tomadas se destacam a instauração de estoques reguladores e a industrialização do motor a álcool. Iamamoto (2001), referindo-se a Ramos (1991a, p.142), afirma que um elemento chave para entender os baixos níveis de produtividade em relação aos padrões internacionais, que acompanham a evolução da agroindústria canavieira, sob forte proteção estatal, estaria na crença disseminada entre as empresas do setor de que elas sob proteção estatal, nunca “quebrariam” e muito menos deveriam se preocupar seriamente em melhorar a eficiência com que produzem (IAMAMOTO, 2001, p.123).

O estabelecimento de cotas de produção para estados e empresas inibe a sobrevivência das remanescentes pequenas usinas, meio aparelho e engenhos bangüês, que, por não possuírem condições de competir no mercado, chegam ao fim de seu ciclo.

Para Oliveira (1977, p. 60-61), numa avaliação geral sobre a atuação do IAA na região do nordeste açucareiro, os mecanismos do instituto serviram para reforçar as características arcaicas que ele havia criado como mecanismo de defesa.

O Estatuto da Lavoura Canavieira foi uma outra ação desencadeada pelo IAA que daria espaço à regulamentação das relações entre os usineiros e fornecedores de cana.

3. Heloisa H. T. Martins desenvolve esta idéia em seu livro *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. Para ela o Estado atua fundamentalmente para eliminar os conflitos e tensões sociais entre empresários e operários, permitindo assim uma produtividade maior e um conseqüente desenvolvimento industrial.

Após o período do governo estadonovista, com o crescimento econômico característico desta fase de nossa história, observa-se um aumento na capacidade de produção das usinas que, direcionadas pela necessidade de expansão dos canaviais, passam a expandir as plantações para as áreas destinadas às culturas de subsistência. Deste fato, duas consequências são bem visíveis: a primeira ocasiona a expulsão dos moradores residentes dos engenhos e a segunda, o processo de concentração industrial que viabilizou o desaparecimento das pequenas usinas falidas ou absorvidas por empresa maiores.

No período da ditadura militar, a atividade industrial canavieira obteve saltos quantitativos em termos de produtividade. No período de 1954/74 ocorreram várias transferências de poder acionário de um grupo ou família para outro, e as unidades produtivas se mantinham dentro do mesmo núcleo oligárquico. Todavia, é agora que se intensifica o processo em que a proletarianização do trabalhador rural se manifesta de forma mais contundente, como nos informa Andrade Neto (1990, p. 64):

A queda no sistema tradicional de relações de trabalho, que trouxe uma sensível queda no padrão de vida do trabalhador rural, embora tenha passado a perceber um salário nominal mais elevado – o salário mínimo da cana -, o trabalhador perdeu uma série de direitos consagrados pelo costume, que fez cair sua renda real.

Nesse momento, a modernização da indústria açucareira se caracterizou pelo desenvolvimento da diversificação de sementes, implementos agrícolas e o uso de maquinários, adquiridos através de facilidades de crédito e do desenvolvimento da indústria nacional. Foi responsável também pelo aumento da produção açucareira a criação do PROÁLCOOL, que incentivou a produção do álcool através de sua utilização como combustível de automóveis.

Mesmo o aumento da produtividade não caracterizou que as usinas de Pernambuco tivessem uma taxa de produtividade elevada; ao contrário, sua sustentação só foi possível,

apesar da dominância de técnicas obsoletas, graças à intervenção estatal que protegia a produção nordestina da paulista.

O PROÁLCOOL possibilitou o surgimento de destilarias que promoveram, por sua vez, a expansão da cana-de-açúcar para áreas da zona da mata e do agreste. A aventura da produção do álcool provocou sérios problemas ambientais com o aumento da extensão dos canaviais e da produção do vinhoto. Da extensão da produção da cana temos o esgotamento dos solos e da produção do vinhoto, a poluição dos rios, com um efeito pernicioso sobre as populações pobres que vivem da pesca, pois o líquido derramado nos rios envenena os peixes consumidos pela população.

A crise atual pela qual atravessa mais uma vez o setor sucroalcooleiro está fundada na desregularização estatal ocorrida a partir da década de 90. O Estado interventor, característico dos períodos da era estadonovista, bem como da política estatal dos governos militares, teve como centralidade estabelecer as condições concretas de expansão do capitalismo no Brasil através do crescimento industrial. A lógica na qual essa etapa do desenvolvimento do Estado brasileiro se insere compreende as bases de inserção do capitalismo local no sistema mundial, mesmo invertendo a concepção de Estado Liberal.

Martins (1989, p. 28) exorta:

Redefinia-se, assim, o conceito de Estado Liberal com funções restritas ao fisco e a justiça, pelo Estado com funções adicionais no setor econômico. As grandes transformações, sociais e políticas, ocorridas na Europa e América, contribuíram para modificar o conceito de estado e para ampliar os limites e suas funções.

Atualmente o Estado orienta-se a partir do receituário neoliberal a restringir-se no que diz respeito à regulação econômica. Isso ocorre pela grave crise fiscal, consequência do modelo de desenvolvimento assumido pelo país, principalmente, a partir dos anos 50, o que faz com que o país, para se adaptar ao nível de competitividade internacional, adote a medidas preconizadas pelo receituário neoliberal como: liberalização comercial, programa de

privatização, reestruturação das políticas sociais, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, redução dos gastos públicos.

O impacto destas medidas sobre o setor sucroalcooleiro reflete-se, sobretudo na desaceleração do PROALCOOL e na desativação do IAA. Nesses termos, a crise atual do setor corresponde ao abandono das políticas estatais de regulação de preços do açúcar, bem como dos subsídios concedidos como forma de equalização destes preços em relação às disparidades regionais. Isso se observa na descapitalização ocorrida no setor, ou porque com a previsão da crise os grupos que controlam algumas dessas usinas transferiram seus investimentos para outros setores econômicos ou outros estados da federação (ANDRADE, 2001b).

1.5 O caso da Usina Catende

A afirmação de que para toda regra existe uma exceção pode ser aplicada para a história de uma usina de açúcar na zona da mata sul de Pernambuco no que concerne aos aspectos da inovação tecnológica e da grandeza que tal empreendimento assumiu no contexto da produção de cana em nosso continente.

A usina surge no antigo engenho *Milagre da Conceição*, construído em 1829. A fundação da empresa ocorre em 1890 com o nome de usina *Correia da Silva*, como forma de homenagem ao vice-governador do Estado na época, sendo que em 1892, a empresa passa a ser denominada *Usina Catende*. Situada no distrito de *Catende*, que foi elevado à condição de município e sua sede a categoria de cidade em 1928, devido ao forte impacto urbanizador que a agroindústria causou ao antigo distrito da cidade de Palmares. “Algumas usinas tiveram um crescimento tal em seu aglomerado que se transformaram em cidades – caso de Catende” (ANDRADE, 2001b, p.22).

O insucesso inicial da indústria fez com que a usina fosse entregue a seus credores. Em 1907 ela é adquirida pelo grupo de comerciantes Mendes Lima & Cia. que a reestruturaram e acabam por fazer sua capacidade de moagem se elevar. Com interesse em apenas comercializar o açúcar e não produzi-lo, os Mendes Lima & Cia. vendem a usina a outro grupo: aos Costa Oliveira & Cia. É no ano de 1927 que a usina Catende passa a ser gerida por *Antonio Ferreira da Costa Azevedo*, também conhecido por *Tenente de Catende*. Em 1929 passa a ser considerada a maior usina de cana-de-açúcar do Brasil em produção e capacidade. Das inovações introduzidas pelo *Tenente de Catende* podemos citar: a) concentração da cultura da cana nas áreas próximas à usina; b) utilização de métodos novos de irrigação e adubação; c) criação de estação de aperfeiçoamento de semente e mudas; d) valorização do corpo técnico da usina⁴.

A preocupação do empresário Costa Azevedo não estava apenas centrada nas bases de sustentabilidade técnica da produção canavieira. Adiantando-se às transformações decorrentes do processo de industrialização que ocorreu no Brasil na década de 30 e que trouxe consigo o acirramento dos conflitos entre capital e trabalho no meio urbano, Costa Azevedo buscou orientar a gestão dos recursos humanos de sua empresa com base em ações profiláticas de combate à crise social que se avolumava na cidade.

Toda obra de assistência da usina estava pautada nos princípios cristãos da encíclica *Rerum Novarum* que, para o autor da apologia a Catende (*História da indústria açucareira no Nordeste – o papel social de Catende* - João Albuquerque Maranhão), atribui a Leão XIII a genialidade de “manter a *paz no mundo* e lançar a semente dos ideais de confraternização entre capital e trabalho” (Maranhão, [s.d], p.86).

4. O detalhamento das inovações técnicas e gerenciais introduzidas pelo *Tenente de Catende* pode ser melhor apreciado nos trabalhos de ANDRADE(2001a).

Entre os serviços oferecidos merecem citação aqueles relacionados à educação, com destaque para o grupo escolar Herculano Bandeira e as escolas anexas aos engenhos, bem como o centro de escoteiros Newton Cavalcante que buscou através de rigorosa disciplina resolver, segundo Maranhão, um magno problema brasileiro, qual seja, o “desajustamento educacional” preparando homens livres para a pátria brasileira.

A sua notável obra social excedeu a nossa expectativa. As chamadas leis trabalhistas, de que tanto se ufanam os criadores do defunto Estado Novo, para os diretores da Usina Catende S.A não precisariam existir (Maranhão, [s.d], p.75).

A prática assistencialista vinda dos senhores de engenho e usineiros, oferecendo serviços como: assistência médica, farmacêutica, dentária, funeral e etc, era feita com o fito de prender o trabalhador à empresa, realizando-se com maior intensidade, conforme as condições econômicas e a maneira mais ou menos evoluída de pensar dos proprietários (ANDRADE, 1998, p.118).

Antonio F. Costa Azevedo, foi proprietário da usina até 1950, data de seu falecimento, momento em que a empresa começou a mudar, uma vez que, até os anos 60, ela foi administrada pelos seus herdeiros. Em 1973 a usina foi vendida a um outro grupo formado por Rui Carneiro da Cunha (co-proprietário da usina Massauassu), que não consegue sustentar sua estrutura, acumulando dívidas, ocasionadas pela sistemática redução de subsídios para o setor.

Entre os anos de 1922 a 1993 sua razão social passa a ser Companhia Industrial do Nordeste Brasileiro – Usina Nossa Senhora de Fátima, constituída nesta fase final pelos mesmos proprietários que a adquiriram em 1973. Porém, é neste momento que a história de Catende se situa em relação às demais usinas de açúcar de Pernambuco, nivelando-se à problemática de falência. Em Catende, a partir de 1993, se repete um fato muito comum na atualidade, quando empresas entram em crise: a demissão em massa de mais de 2.300

trabalhadores rurais de uma só vez, acompanhada da retomada das casas e da destruição de sítios, que só foi possível de ser atenuada graças à articulação dos sindicatos.

Os anos seguintes foram marcados por uma intensa mobilização dos trabalhadores, tanto do campo quanto da indústria e isso ocorre porque, em dezembro de 1994, os patrões deixam de pagar também, aos trabalhadores ativos, iniciando-se o ano de 1995 com uma greve geral que se encerra em 20.01.1995 com uma intervenção consentida na empresa, sendo eleito como síndico da empresa o senhor Mário Borba.

Desse momento em diante, os sindicatos têm acesso às informações financeiras da usina e descobre-se o desvio de patrimônio que desembocará no pedido de falência pelos trabalhadores. A usina passa a ser então administrada pelo Banco do Brasil, seu maior credor. Após este período, a massa falida começa a ser gerida por um representante da justiça, escolhido em consenso entre trabalhadores e patrões – Mário Borba.

A criação da Companhia Agrícola Harmonia, em 15.07.1998, reflete hoje o nível de organização dos sindicatos dos trabalhadores rurais de Jaqueira, Água Preta, Catende, Palmares, Xexéu e Maraial, visível através de um projeto de administração gerido pelo pelos trabalhadores e um representante do poder judiciário. De um débito estimado em R\$ 662.141.415,00 deixados pela antiga administração, a Cia. Agrícola Harmonia vem, desde 1998, transformando a realidade da usina, recuperando a frota de veículos, a hidrelétrica e trechos do canal de irrigação por gravidade destruídos pela gestão anterior, a diversificando de culturas agrícolas (café, milho, batata-doce), a fabricando ração com tecnologia cubana através do bagaço de cana, melaço e uréia para abastecer os pecuaristas do Agreste e Sertão. Atualmente a Usina Catende possui uma área de 26 mil hectares com 48 engenhos e 12000 moradores.

A experiência da Cia. Agrícola Harmonia remonta às ações combativas das Ligas Camponesas na década de 50 contra a expulsão dos foreiros em Galiléia. A possibilidade de

enfrentamento das condições instauradas pela demissão em massas de trabalhadores, da dilapidação do patrimônio da empresa e da intensa organização dos trabalhadores só foi possível, graças à articulação do movimento sindical na região. Todavia, o momento histórico de construção dessa alternativa só foi possível devido ao processo de politização que determinados grupos de jovens sindicalistas vinham compartilhando, principalmente através da Pastoral Rural, da ACR (Animação dos Cristãos no Meio Rural), CENTRU (Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural) e CEAS (Centro de Estudos e Ação Social).

O projeto Catende não é fruto apenas da articulação entre sindicatos, porém eles têm representado, através disso, a possibilidade de articulação dos trabalhadores rurais enquanto sujeitos históricos, uma vez que tal experiência tem conseguido modificar a lógica das relações de produção na região canavieira, com os produtores diretos apropriando-se do resultado de seu trabalho. Colaboraram para isso o contexto de uma política estadual favorável no terceiro mandato do governador Miguel Arraes e a sua ligação aos trabalhadores rurais em outras ocasiões.

Atualmente o empreendimento aguarda a conclusão do processo falimentar para que a gestão da empresa possa ser totalmente gerida pelos trabalhadores e que sua denominação a partir de então, passe a ser Companhia Agrícola Harmonia. Diante disso, conclui-se que a gestão vivenciada hoje na empresa – Usina Catende – não compreende uma autogestão, mas uma co-gestão, pois a administração da massa falida vem sendo dirigida por um representante da Justiça do Trabalho e a coordenação dos sindicatos já citados.

No próximo capítulo discutiremos a formação do sindicalismo rural, buscando articular as particularidades do processo de conscientização das massas de trabalhadores rurais frente às questões relativas a lutas pelos direitos e pela reforma agrária. Dessa forma, iniciaremos discutindo o processo de desenvolvimento do contexto do mundo rural na década de 50, bem como abordaremos a expulsão dos moradores dos engenhos em decorrência dos

confrontos entre senhores de engenho e trabalhadores rurais, assim como os desafios trilhados pelo movimento sindical no campo a partir de então.

CAPÍTULO II

2 As trajetórias e a organização dos trabalhadores rurais

“Só a luta educa a classe explorada, só a luta lhe descobre o volume de sua força, amplia seus horizontes, eleva suas capacidades, clareia sua inteligência e forja a sua vontade”.
(Lênin, 22/10/1917)

2.1 O desenvolvimento capitalista e a legislação trabalhista

O surgimento do sindicalismo rural no campo corresponde a um momento específico da expansão capitalista no Brasil. Esse fato se constata nas mudanças trazidas pelo processo de desenvolvimento que se instaura nos anos de 1930 em decorrência da Revolução Burguesa que propunha, através do liberalismo, romper com os laços que nos prendiam ao atraso, sobretudo àquele oriundo das velhas oligarquias rurais do nordeste.

Esse fato observado resultou que, diferentemente do modelo liberal europeu, nossa versão tupiniquim baseou-se num modelo híbrido, em que o discurso liberal foi regado pela idéia intervencionista do Estado como mediador do processo de desenvolvimento do capital. A lógica de desenvolvimento neste período se pauta numa industrialização subordinada à agricultura, pois nem mesmo o crescimento da indústria, ocorrido nessa década, foi suficiente para transformar o setor secundário no epicentro da economia brasileira.

O processo de desenvolvimento capitalista no Brasil na década de 30 demonstra que, diante das potencialidades que a indústria traria para a economia, o seu papel de submissão à agricultura não duraria muito tempo. Por outro lado, coube ao setor primário fornecer mão de obra e matéria-prima para o desenvolvimento desta indústria. Essa relação, além disso,

explicaria as causas do relativo descaso com a que a questão social no rural brasileiro foi por muito tempo tratada.

No Brasil urbano, as consequências do contato do imigrante, trazendo ideais reivindicativos, com as massas trabalhadoras já era um fato que explicava por si só o grau de diferenciação no que diz respeito ao trato das questões sociais daquele tempo como elemento de compreensão do descaso com os direitos trabalhistas no campo. No meio urbano isso se deu pelas idéias anarquistas, que se disseminavam entre os operários daquela época, favorecendo a organização destes em associações. O governo estadonovista não estava distante dessa realidade ao buscar tratar a questão social na cidade no âmbito da política, todavia a constituição da cidadania para as classes proletárias só ocorre pela incorporação da noção de trabalho, uma vez que é a partir dele que os problemas da realidade brasileira passam a ser pensados em detrimento dos trabalhadores.

O trabalhador, agora cidadão, é distinguível do pobre pela via do trabalho em que se formaliza o estatuto de cidadania através da inserção no mercado, bem como através das proteções (Legislação Trabalhista, Sindical e Previdenciária) inerentes a este segmento social⁵.

Essas garantias sociais, não desconsiderando o poder de pressão que as primeiras associações operárias tiveram, recaem sobre a política de racionalidade da indústria enquanto um elemento próprio do planejamento capitalista. Martins explicitou isso quanto a desenvolvimento capitalista nesta década:

5. Esta questão é trabalhada por: COHN, Amélia *A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania*. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transição*. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2000, p.392.

Para que isso se desse tornava-se necessário eliminar os focos de perturbação, representados pelos conflitos coletivos de trabalho, que se verificavam na economia urbana e não na rural, onde os assalariados não tinham organização e força reivindicativa. Por isso, preparar canais legais para a ação sindical e a resolução de greves constituiu um dos objetos da ação governamental, após 1930(MARTINS, 1989, p.27).

Por outro lado a característica rural dos trabalhadores urbanos favoreceu o *populismo* e *paternalismo* em momentos posteriores, acostumados que estavam à relação de pessoalidade junto aos “coronéis”. A imagem de Vargas enquanto “pai dos pobres” buscou antecipar as demandas sociais da classe trabalhadora através do disciplinamento e da organização das relações de trabalho pelas leis trabalhistas. As vias de controle social eram, neste sentido, um *misto* de forças que confluíam com o intuito de manter uma harmonia social entre capital e trabalho.

Isso nos faz entender porque não ocorreu uma extensão dos direitos trabalhistas urbanos para os trabalhadores rurais. As leis por si só não produzem novas relações sociais, elas geralmente ocorrem como forma de enquadramento e controle para que se possa disciplinar seu funcionamento⁶. Desse modo, dentro dos engenhos e das fazendas ainda prevalecia um sistema de subordinação baseado nas leis dos “coronéis” em que, entre outros aspectos, o trabalhador assalariado ainda não estava totalmente identificado como tal devido a sua condição de devedor crônico ao sistema de pagamento via “barracão”. Dessa maneira, entende-se que no meio rural brasileiro estes mecanismos de controle social do trabalho eram ainda válidos. Medeiro (1989, p. 19) afirma:

Esses trabalhadores não eram propriamente assalariados. As relações de trabalho em que estavam envolvidos eram extremamente complexas, marcadas pelo cultivo do produto comercial aliado ao gênero de subsistência (em área intercalares ou não), pela dependência pessoal em relação ao dono da terra, que fazia desde o fornecimento, através do “barracão”, de produtos básicos, como roupas remédios, até assistência médica e apadrinhamentos dos filhos.

6. MINC. Carlos. *A reconquista da terra Estatuto da terra, lutas no campo e reforma agrária*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p.15.

Os anos 50 correspondem a um momento em que a expansão capitalista se intensifica. Torna-se evidente o conflito entre as idéias associadas ao desenvolvimento enquanto industrialização e a agricultura brasileira como símbolo do atraso observado na economia. A agropecuária dota-se cada vez mais de insumos manufaturados, provocando uma aceleração no processo de mecanização das atividades no campo, o que ocasionou maior produtividade a um menor custo da mão-de-obra, que começa a ser dispensada. De outro modo, a concentração fundiária própria da atividade agropecuária em questão serviu como um acelerador do processo de urbanização por expulsar ciclicamente as massas despossuídas do campo.

2.2 A eclosão do sindicalismo rural

Conforme acentuado inicialmente, a formação de uma organização reivindicativa de trabalhadores rurais no campo é consequência do avanço do capitalismo nesse setor. Esse fato pode ser explicitado principalmente pela aceleração do processo de proletarização do homem do campo que, destituído do meio necessário para a sua reprodução social (a terra), se vê agora tendo exclusivamente que sobreviver da comercialização de sua força de trabalho, bem como pela acentuada inserção da mão de obra familiar como elemento complementar desta reprodução.

São as contradições no interior do processo de trabalho que vêm provocar a dissolução de velhas práticas de dominação dos trabalhadores nas relações de produção no campo. Em outras palavras, o trabalhador rural enquanto classe dominada deixa de se submeter aos desmandos dos proprietários de terra, invertendo a lógica na qual as demandas sociais deixam de ser entendidas como um pedido e passam a ser encaradas como um direito.

Poderemos afirmar que a construção dos movimentos sociais no campo no Brasil em fins do século XIX e início século XX teve como epicentro o monopólio da posse da terra e a crise dos vínculos de dependência pessoal e do próprio campesinato.

Nesse sentido, a idéia de organização reivindicativa ou de experiências contestatórias no meio rural não é própria apenas do período em questão, porém é neste momento que os movimentos tendem a se generalizar e a perder seu caráter localizado, articulando formas mais abrangentes de organização. Exemplar dessa constatação são as Ligas Camponesas do Nordeste. Mesmo sendo reconhecidas enquanto um movimento importante para a deflagração de uma postura de enfrentamento da questão agrária no Brasil, as Ligas Camponesas representam um importante momento da organização camponesa que, à medida que se amplia, começa a abrigar várias categorias que se vêem expropriadas das condições mínimas para sua reprodução social.

Os efeitos dessa ampliação são comentados por Bastos (2000, p. 49):, “essa ampliação, por comportar indivíduos com diferentes concepções sobre seu próprio trabalho, traz consigo alterações no próprio móvel da luta, luta essa que se fará direcionada pelas “novas” condições em que se desenvolve seu trabalho”.

A grande marca das Ligas Camponesas, lideradas, por Francisco Julião, era a reforma agrária radical, concepção esta que será divergente das demais visões que se formam no campo a partir de então com a presença, tanto do Partido Comunista, como da Igreja, na liderança dos sindicatos rurais que pensam a reforma agrária por etapas associadas a um pacto com a burguesia.

É no final da década de 40 que surgem as primeiras organizações camponesas em forma de sindicatos rurais, datando de 1944 o decreto 7038 que autoriza a sindicalização rural por Vargas, a qual só se intensifica no governo de João Goulart.

É sob a ótica do não-direito que por muito tempo o trabalhador rural esteve às margens de qualquer garantia social em comparação com os trabalhadores urbanos. Esse fato que perdurou mesmo após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural. O que explica tal acontecimento, no primeiro momento, é que os trabalhadores do campo foram por muito tempo considerados como “inofensivos”, uma vez que viviam sob a tutela de laços de dependência pessoais, enquanto que os trabalhadores reunidos no chão da fábrica haviam recebido influência de correntes do movimento sindical europeu, sobretudo do contato com idéias socialistas.

Em relação aos direitos sociais dos trabalhadores rurais, Sigaud (1979, p. 210), constata:

Com as transformações de final da década de 50 estes padrões de sociabilidade começaram a ser alterados e os proprietários a não mais se relacionar individualmente com cada um de seus moradores. As lutas políticas e o aparecimento dos direitos contribuíram a segurar para abalar profundamente no trabalhador a legitimidade do domínio do proprietário.

Os impactos das ações sindicais começam a ficar visíveis quando, segundo a autora, grande parte dos moradores começa a ser expulsa dos engenhos. Contudo, é preciso compreender também que a concentração de trabalhadores residentes nos empreendimentos agrícolas deixa de ser conveniente para a agricultura canavieira que pode utilizar-se dessa mesma força de trabalho em condições mais favoráveis, que será no caso o *bóia fria*. Isso é possível porque a saída dos trabalhadores dos engenhos não foi provocada pela implementação de inovações tecnológicas, poupadoras de mão de obra, mas pela redefinição das relações sociais no processo de produção na zona canavieira entre proprietários e trabalhadores rurais.

A idéia de direitos trabalhistas é, no entanto um elemento explicativo para se compreender a resistência que os trabalhadores rurais vão ter a um determinado tipo de acumulação que de maneira mais efetiva, os exclui da garantia de explorar áreas de terras dentro dos engenhos e a tornar o pagamento dos salários a única via de reprodução social

dessa categoria. Nesse sentido, a luta pela moradia será um canalizador das lutas dos sindicatos por intermédio da legislação trabalhista.

Se, no entanto, a aparente condição de maior subordinação do trabalhador rural pôde ser por muito tempo entendida, a forma encontrada para conter, no momento de grande agitação no campo na década de 50, a ação dos movimentos de trabalhadores foi inocular o movimento sindical à tutela do Estado de maneira intensificada, uma vez que as ligas camponesas não representavam mais ameaças.

Trotsky, em seus escritos sobre sindicatos, alerta sobre a vinculação dos sindicatos ao poder do Estado:

Há uma caracterização comum no desenvolvimento ou, para sermos mais exatos, na degeneração das modernas organizações sindicais de todo mundo: sua aproximação e sua vinculação cada vez mais estreita com o poder estatal (TROTSKY, 1978, Apud BOITO JR. 1991, p, 51).

Na experiência brasileira, o sindicato deixa de ser uma organização de trabalhadores, se tornando em uma para trabalhadores, haja visto estarem sendo organizados pelo Estado, de forma que procura-se esvaziar o movimento sindical de seu conteúdo reivindicativo e imprimí-lhe uma orientação voltada para o assistencialismo, reduzindo assim a ação do sindicato a um órgão “atrelado” ao Estado por via do Ministério do Trabalho.

É o que Cattani (1996) define como identidade prescrita: o Estado ou partido único empurra regras restritivas e detalhadas de atuação, que poderiam ser tanto no sentido de neutralizar as funções originais dos sindicatos, como no sentido de atribuição de tarefas específicas.

A permanência dessa prática sindical tem resultado nas preocupações esboçadas por Alves (2000, p. 276), ao constatar que na atualidade a existência de um novo corporativismo

implica não mais a atuação do Estado e sim do mercado, no intuito de impedir a livre manifestação dos interesses antagônicos da classe de trabalhadores assalariados.

O assistencialismo se dá de maneira mais orientada à medida que os sindicatos estão preocupados em oferecer para os seus associados cursos educacionais, bem através do próprio esforço que se efetiva atualmente na busca do aposentado, a partir dos anos 90, para constituição do quadro de associados, viabilizado pelo sindicato no processo de aposentadoria do trabalhador, o que representa um aumento nas receitas, mas que tem se refletido em experiências já vivenciadas na prática com o FUNRURAL.

Se o surgimento das Ligas Camponesas no Nordeste representou o avanço do movimento camponês no trato dos direitos sociais dessa categoria por via de uma organização instaurada na formação de uma sociedade civil e não de um sindicato, buscou-se fugir das formalidades legais instituídas pelo Ministério do Trabalho e possivelmente de sua tutela, de vez que se pudesse garantir a efetividade da ação camponesa. Entretanto, é com a intensificação da sindicalização rural realizada no governo Goulart, numa tentativa de controlar a mobilização pela transformação da estrutura agrária, particularmente na zona canavieira, que começa a haver um refluxo das Ligas Camponesas. Esse fato, todavia, não deve ser entendido somente como um elemento único para desmobilização do movimento, mas também como apresenta Martins (1995, p.78):

O problema, entretanto estava na disputa entre as ligas, de um lado, e o Partido Comunista, de outro, este empenhado na criação de sindicatos de trabalhadores rurais entre os trabalhadores da cana. As ligas dirigiam-se para uma proposta de revolução camponesa, enquanto que a estratégia do Partido Comunista caminhava na direção de uma coexistência pacífica com a burguesia, que deveria resultar numa revolução democrática-burguesa.

Um outro sujeito deste processo é a Igreja que, amedrontada pela agitação comunista no campo, temia que ocorresse com os camponeses a perda de sua influência como já havia ocorrido com os operários urbanos. A Igreja entra na disputa pelo controle das massas, e

padres e bispos passaram a organizar também os seus sindicatos rurais (ANDRADE, 1998, p. 270). Mesmo posicionando-se a favor dos trabalhadores rurais na luta pelos direitos, José de Souza Martins (1995, p. 88) observa que a Igreja entrou na questão agrária por uma via extremamente reacionária, sendo que se arregimentaram numa mesma pastoral fazendeiros, padres e trabalhadores rurais.

Porém, merece destaque, dentro da orientação católica de formação dos sindicatos rurais, o papel que padres, apoiados na Encíclica *Mater et Magistra* vão desempenhar na organização dos trabalhadores, tais como o padre Melo, do Cabo de Santo Agostinho, famoso, entre outros feitos, pela criação da Cooperativa Tiriri, que resultou numa experiência fracassada na organização da produção na região e também o padre Crespo, do Jaboatão dos Guararapes. Quando deposto o Governo Arraes, na ditadura militar, foram afastados dos sindicatos os líderes mais reivindicativos. No entanto, em relação às Ligas Camponesas, elas foram fechadas por serem consideradas mais radicais. Os sindicatos, sobretudo os mais combativos, são transformados em organismos assistenciais que fornecem ao trabalhador assistência médica, jurídica e odontológica e lhes é incumbido também fiscalizar a aplicação do salário mínimo no meio rural (ANDRADE, 1998, p. 221).

É desta maneira que é invertida, com a formalização e institucionalização da legislação social, a ação sindical, coroada agora por uma orientação de colaboração entre classes e não mais no sentido do conflito entre elas. O espectro que rondou esse tipo de prática sindical se inicia nos anos 30, se solidifica nos anos 50 e, a grosso modo, parece ter reflexo no sindicalismo rural ainda hoje.

2.3 Estatuto do trabalhador rural e o STR como prestador de serviços

A promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) ocorreu ainda num período de abertura democrática, sendo uma tentativa de equacionar o problema das relações de trabalho no campo, estendendo obrigações sociais aos empregadores. Aplicado corretamente, o ETR teria eliminado plenamente a situação de dependência paternalista do homem do campo em relação aos grandes proprietários rurais e elevado sua condição de vida. Essa legislação, por outro lado, não cumpriria a efetiva realização da melhoria do padrão de vida do homem do campo separada de uma política de reforma agrária.

Por isso que a reforma agrária não pode estar dissociada da luta dos sindicatos rurais ,porque desde sua base o movimento compreende uma ação de articulação junto ao direito de moradia. Isso se explica pelo fato de que “em todos os Estados brasileiros encontramos os pequenos proprietários em melhor situação que os arrendatários e parceiros; e estes, melhor que os trabalhadores rurais assalariados” (PRADO JÚNIOR, 2000, p.83).

Todavia, a execução do ETR apresentou problemas desde sua concepção, conforme demonstrou Caio Prado Júnior em a *Questão Agrária no Brasil*, revelando:

- a) o desinteresse pelo trânsito no congresso pelas forças políticas de esquerda e progressistas;
- b) a desconsideração pelo Estatuto das profundas diferenças existentes nas relações de trabalho no campo brasileiro, quando comparadas com as da indústria e comércio;
- c) insuficiência do conceito de trabalhador rural. Concorrendo ao erro de ver excluída certas categorias que se viram privadas dos benefícios da lei.

Para os trabalhadores rurais em questão, o espaço de tempo entre a aprovação do ETR e sua efetivação não foi tão demorada porque contou com a colaboração de emergentes sindicatos rurais, porém seu impacto social ocasionou a expulsão de um contingente de

trabalhadores dos engenhos que, perdendo seu status de “morador”, voltariam a se ocupar de suas funções sobre uma nova condição: *a de bóia-fria*.

Nesse meio tempo, cumpre refletir que a promulgação do ETR visou também uma estratégia burguesa de atenuação dos conflitos sociais no campo. Isso pode ser constatado no papel de relevo dado a sua promulgação e na indiferença a sua concretização. Isso também se evidencia no papel de destaque dado a promulgação desta lei, e não a questão da reforma agrária, o que envolveria uma reestruturação bem maior das relações de trabalho no campo.

A reforma agrária, mesmo aquela preconizada anteriormente pelas Ligas Camponesas, caracterizada pela radicalização, não corresponde, todavia, à transformação do capital. Assim ela não altera o conjunto das relações sociais de produção (capitalista) dominante de uma dada sociedade a não ser que se articule com outras formas de movimento de transformação mais profundas que ponham em causa a dominação capitalista⁷.

A deficiência de uma legislação trabalhista no campo só poderá ser superada, no tocante à melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais, por uma reforma agrária que provoque a supressão das estruturas agrárias do passado e que desempenhe um papel preponderante na transformação das atuais formas de organização e estruturação da ocupação da terra e das relações sociais daí decorrentes. Para Prado Júnior (2000, p. 20):

[...] os problemas agrários , como quaisquer outros problemas sociais e econômicos, são antes de tudo “humanos”. E são por isso os homens e a posição própria que respectivamente ocupam nas atividades agropecuárias, que devem ser consideradas em primeiro e principal lugar, e como elemento central que configura as questões a serem analisadas.

7. MINC. Carlos. Op. Cit.

Com a instauração da ditadura militar em 1964, a posição dos sindicatos de trabalhadores rurais resume-se à fiscalização da aplicação do Estatuto dos Trabalhadores Rurais, mais precisamente no que concerne à fiscalização do pagamento de salários em espécie. O sindicato é incorporado ao aparelho do Estado como um instrumento de desenvolvimento econômico do país em defesa da paz social, tão importante para a ordem industrial da época.

A nova conjuntura política e econômica, principalmente, exigia a adequação do sindicato a comportamentos do tipo racional-legal que permitissem a manutenção da ordem e paz sociais e do equilíbrio econômico (MARTINS, 1989, p. 164).

No que se refere à criação de STRs neste período, antigos atores sociais entram em cena sob um novo contexto e vão determinar, segundo Palmeiras apud Novaes (1991, p. 176), uma diferenciação entre o sindicalismo urbano e o rural:

Enquanto os sindicatos urbanos tinham se desenvolvido sobre a oposição esquerda/Estado, o sindicalismo rural foi brotar sobre uma oposição esquerda/Igreja, o Estado colocando-se a distância, de início e, no final do período, tentando entrar no jogo, favorecendo uma e outra ou uma e outra das forças em confronto.

Em sua análise, Novaes, ressalta que a instituição do sindicalismo rural se deu sob uma conjuntura de liberdades democráticas e que as lideranças sob as diferentes orientações buscaram o seu reconhecimento junto ao Estado, através das “cartas sindicais”, o que serve também para diferenciá-los dos sindicatos urbanos que tiveram sua tutela imposta pelo Estado Novo, bem como o papel da Igreja Católica na fundação da maioria dos sindicatos no campo (NOVAES, 1991, p.176).

Dessa interpretação dos fatos não se excluem todavia, os sindicatos de expressão genuinamente conscientes e combativos, tanto sob orientação católica, quanto sob orientação

do PCB que adotaram enquanto estratégia de sobrevivência a assistência como política sindical.

Para compreensão disso são ilustrativas as palavras do então ministro do trabalho, Julio Batata, em julho de 1971, ao regulamentar os convênios entre o PRORURAL (também conhecido como FUNRURAL), no final do II Congresso de Trabalhadores Rurais: “O PRORURAL é o fortalecimento do sindicalismo autêntico, porque à sombra do programa estão surgindo os sindicatos rurais, já com o propósito de prestação de serviços e não apenas com propósitos reivindicatórios (NOVAES, 1991).

Isso se pode constatar ao se observar que na década de 70 foram reconhecidos 46,34% dos 2539 STRs, sendo que para a região Nordeste este índice é de 47,92% de sindicatos rurais, recenseados até 2001 no país, sendo possível relacioná-los à procura de aposentadoria, pensões e auxílio funeral, serviços de saúde, etc (IBGE, 2002).

Se intencional ou não, é notório que tal tática intensificou a prática assistencialista dos sindicatos rurais, sendo possível encontrar os dirigentes sindicais afirmando que tal estratégia visava estimular a sindicalização e, principalmente, evitar que os recursos, controle da assistência, ficassem nas mãos dos políticos locais⁸.

8. NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Grafhia, 1997.

2.4 Da rebeldia do trabalhador surge um “novo sindicalismo”

Os anos 80 marcaram a entrada do sindicalismo brasileiro em sua fase áurea. Passado o milagre econômico que acelerou o processo de modernização industrial, consolidando substancialmente a concentração econômica pela via do endividamento externo e do empobrecimento incisivo da classe trabalhadora. Nesse momento, as forças atuantes dentro do movimento de trabalhadores se reorganizam, favorecidas pela transição política para a democracia. Além disso, as elevadas taxas de inflação provocaram no movimento um elemento mobilizatório dos trabalhadores.

O sindicalismo que caracteriza o período que vai de 1978 aos anos 90 manifesta-se pelo teor combativo de suas estratégias sindicais, sobretudo daqueles de enfoque conflitual entre capital e trabalho. Esse sindicalismo teve sua origem, por assim dizer, no seio do próprio sindicalismo corporativista, assistencialista, pelego, privilegiando as brechas deixadas pela orientação deste tipo de sindicalismo, mesmo sendo ele, o de organização das bases sindicais.

Dessa forma, podemos afirmar que, enquanto o sindicalismo de Estado buscou verticalizar as relações entre trabalhadores e seus representantes, o “novo sindicalismo” atuou precisamente por dentro das fábricas, dando atenção a sua organização num sentido mais horizontalizado, trazendo a luz das negociações coletivas as especificidades das organizações por locais de trabalho. A emergência desse tipo de sindicalismo é passível de entendimento se compreendermos que, no período de recrudescimento de ações autoritárias da ditadura militar focalizada nas restrições à cidadania pela repressão política e social, vários militantes conseguiram sobreviver ao regime militando principalmente em movimentos da igreja católica ou em partidos políticos (comunistas e socialistas) (CARDOSO, 2002, p.25).

Na insurgência do novo sindicalismo, o papel que teve o segmento progressista da igreja católica foi um elemento preponderante para neutralizar as forças sindicais ligadas ao controle estatal, especificamente aos dirigentes pelegos, na criação de chapas para concorrer às disputas eleitorais.

Uma leitura do movimento sindical nos anos 80, a partir do chamado “novo sindicalismo”, propõe uma ruptura no antigo esquema de organização da classe trabalhadora, questionando assim a prática assistencialista e o atrelamento do sindicato ao Estado. As práticas propostas pelo “novo sindicalismo” deveriam ser entendidas, assim, como uma negação do que se havia feito no período anterior ao golpe militar de 1964. Ao velho sindicalismo, dito populista, deixava-se o fardo de ser caracterizado por um distanciamento dos trabalhadores e aos restritos estreitos liames da estrutura sindical corporativa, tornando-o mero apêndice do jogo de dominação das elites (SANTANA, 1999, p. 134).

O resultado de tal ruptura com o modelo de sindicalismo de Estado, como indicado acima, pode ser avaliado a partir de duas concepções. A primeira defende que a alteração da estrutura sindical, na época, cedeu lugar a um certo acomodamento e a uma coexistência. Na maioria das vezes, a estrutura do sindicato oficial não foi alterada, o que se alterou foi a condução do sindicato (Idem, p, 150). A segunda defende que é certo que o movimento de trabalhadores favorecido pela conjuntura econômica de recessão iniciada a partir de 1973, com a crise do petróleo, e seguidamente das estratégias mal fadadas dos governos militares em tentar conduzir a situação, ocasionou numa crise política nos anos 80 que favoreceu derrotas políticas dos militares, pressionando-os à abertura econômica, conseguindo o movimento estabelecer as bases de uma organização sindical mais contestatória, como são ilustrativas as greves deflagradas no ABC paulista.

O cerne da organização dos trabalhadores neste momento é sem dúvida a criação, em agosto de 1983, da CUT – Central Única de Trabalhadores. Essa central surge reforçando o

“novo sindicalismo”, tomando como estratégia a defesa do trabalhador enquanto um ator coletivo capaz de intervir nas esferas das políticas públicas. Para que isso ocorresse se fez necessária a inclusão no debate político das mudanças que beneficiariam tanto as demandas do movimento sindical por direitos trabalhistas quanto dos direitos mais gerais para a efetivação da cidadania.

Essa orientação ocasionou uma maior integração do movimento sindical com o movimento popular como um todo o que lhes os possibilitou intervir como uma importante força política. Essa afirmação se materializa quando consideramos a ditadura pela qual a sociedade brasileira passou como um momento de exceção democrática em que as demandas mais amplas por direitos – moradia, saúde, melhorias das condições de trabalho/salariais e justiça social - vão agora influir no processo de elaboração da constituição brasileira de 1988.

No entanto, o balanço do “novo sindicalismo” parece indicar que, considerados os avanços em termos políticos e de certo modo econômicos, para classe trabalhadora, a proposta de minar o antigo sindicalismo corporativista não se completou a ponto de que nos anos 90 as estratégias políticas do movimento sindical indicam para a tomada de ações propositivas e de concertação para com o capital. É sintomático dessa constatação a permanência do imposto sindical, da unicidade, do poder normativo da justiça do trabalho e das dificuldades que os sindicatos encontram ainda hoje de se organizarem por local de trabalho⁹.

9. As avaliações sobre os efeitos das mudanças e permanências nas estratégias do sindicalismo brasileiro podem ser melhor analisadas em Antunes(2000), Cardoso(2002) e Santana(2002).

Essas questões, que permeiam o sindicalismo no Brasil, de maneira geral, nos permitem, por sua vez, aprofundar aspectos pertinentes à organização dos trabalhadores no campo a partir da especificidade dos desafios que vêm ocorrendo, ocasionados pela reestruturação produtiva, pela reduzida participação feminina na direção dos sindicatos e no número crescente de aposentados no quadro de associados e, diferentemente do sindicalismo urbano, num acréscimo no número de associados nos últimos dez anos (1991-2001)¹⁰.

No entanto, acreditamos que a fragilidade para administrar tais questões está ainda relacionada à permanência de uma forte prática assistencialista por parte dos sindicatos rurais, como demonstra o quadro abaixo:

Tabela 1 – Indicadores de serviços prestados e atividades oferecidas pelos sindicatos aos associados e/ou aos funcionários das empresas associadas, por tipo de sindicato – Brasil – 2001

Indicadores de serviços prestados e atividades oferecidas	Tipo de sindicato	
	Trabalhadores urbanos	Trabalhadores rurais
Percentual de sindicatos que oferecem algum tipo de serviço ou atividade(%)	45	24
Principal serviço prestado ou atividades oferecidas	Jurídico (82 %)	Jurídico (54 %)
Segundo serviço prestado ou atividades oferecidas	Convênios médicos (47 %)	Educação e formação sindical (31 %)
Terceiro serviço prestado ou atividades oferecidas	Convênios odontológicos (46 %)	Convênios médicos e convênios odontológicos (24 %)
Quarto serviço prestado ou atividades oferecidas	Educação e formação sindical , esportiva, cultural e social (41 %)	Esportivas , culturais e sociais (22 %)

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Sindical 2001

10. SINDICATOS: Indicadores sociais. 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2002, v. 1. A pesquisa mostra que o quadro de trabalhadores associados nos sindicatos rurais do Brasil cresceu na última década, em comparação com outras pesquisas.

2.5 O “novo sindicalismo” no campo

No campo, o surgimento do “novo sindicalismo” dá-se em consequência das determinações das transformações ocasionadas pela implantação de uma agricultura moderna que proporcionou a continuação do processo de concentração das terras, da renda e das tecnologias para uma determinada classe social. Ao se empregarem mais intensivamente nas grandes lavouras através do trabalho temporário, principalmente nos períodos do corte da cana, os trabalhadores rurais contribuíram para a formação de um mercado de trabalho nacional, mas viram concomitantemente seus direitos negligenciados.

As novas formas de trabalho originadas do processo de modernização e da continuidade de redução do acesso e exclusão à moradia nos engenhos, desencadeada com a chegada dos direitos trabalhistas ao campo, caracterizaram a super-exploração e o distanciamento das benesses que os trabalhadores rurais poderiam ter gozado, caso esse processo de modernização tivesse contemplado a melhoria das condições de trabalho dos assalariados.

A emergência dos conflitos ocasionados pela expulsão de pequenos agricultores, renteiros e parceiros se apóia num receituário em que a violência permanece enquanto prática de repressão, tendo como via de efetivação o uso do aparato do Estado através da polícia. Por outro lado, as insatisfações com as direções dadas pela CONTAG às lutas dos trabalhadores rurais foram um outro elemento que serviu de consideração para a explicação do desenvolvimento de um sindicalismo rural renovado, uma vez que a direção da entidade advogava uma organização horizontalizada contrária às propostas da CUT que pressionava para uma organização mais vertical e, portanto participativa. Medeiros (1989, p. 151) discute o fato dizendo:

No interior do sindicalismo criavam-se, assim, novos fatos políticos, que levavam ao questionamento de um modelo que muitos viam como ritualizador e burocratizador das greves. Com eles, surgiram padrões distintos de ação sindical que, mais do que uma adaptação local de um modelo geral, constituíram-se em uma nova concepção sobre o que significa a luta sindical.

Na busca das causas que expliquem a formação de um bloco de luta mais atuante no sindicalismo rural, podemos destacar que nos anos 80 o contexto de exploração da terra será um fator de importante influência quando analisado sob a ótica dos conflitos que se disseminam no rural brasileiro como um todo. Isto porque a resistência à expulsão da terra começa a ser encarada como um processo de luta pela reivindicação do direito à manutenção de uma determinada relação com a terra pelos pequenos agricultores.

Desse movimento, várias experiências vão se acumulando até o surgimento de um novo sujeito social – o sem-terra – que promove estratégias de enfrentamento mais audaciosas que o sindicalismo rural ligado à orientação da CONTAG que defendia o Estatuto da Terra como um instrumento inicial de reforma agrária, visto que através dele era possível promover desapropriações. Medeiros(1989, p. 151), por sua vez, afirma:

Na articulação dessas lutas, o sindicalismo foi ausente, pelo menos enquanto direção. Elas acabaram dando origem a um movimento particular, que, embora se definisse como articulação dentro do movimento sindical, passava ao lado dele(Ibidem).

As mudanças que se intensificavam no campo a partir do enfrentamento das questões sobre a posse da terra ocasionaram uma maior politização das massas de trabalhadores rurais e não podem ser entendidas sem referência à ação da Igreja neste contexto. Dessa forma, a insatisfação das bases com a direção de alguns sindicatos forneceu o pano de fundo para que os militantes das pastorais começassem a provocar uma ruptura nas orientações dos sindicatos pelegos.

Isso se deu de duas formas: a primeira, pela tomada de poder, se deu pela estratégia política em que os agentes pastorais formavam um grupo de oposição a fim de tomar a direção

através das eleições. A segunda ocorreu pela filiação, visando garantir a vitória de uma chapa de oposição (POLETTTO, 1991).

Para Novaes (1991, p. 184):

A decolagem do “novo sindicalismo” no campo se fez, portanto, através do encontro entre experiências locais (em que pese a explicitação de conflitos foi resultado do modelo de desenvolvimento do capitalismo no campo e da mediação da Igreja progressista) e as palavras de ordem (COMBATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO) gestadas nas experiências operárias do ABC paulista.

Portanto, a retomada de um sindicalismo de orientação mais combativa frente à relação capital x trabalho é favorecida por um conjunto de elementos, conforme discutido anteriormente, ou seja, influíram efetivamente para a formação dessa renovação o contexto de sobreexploração do trabalhador rural, o processo de extinção dos sítios e das moradas nos engenhos, o acirramento da questão social no campo a partir dos conflitos por terra nos anos 80, o questionamento do sindicalismo pelego, o início da abertura política.

Neste sentido, convém ressaltar que a possibilidade de um contexto de crise por si só não explicaria a consecução de uma consciência política dos trabalhadores rurais pura e simplesmente. Intervieram como mediadores desses processos vários agentes, entre os quais o mais importante seria a ação das pastorais e CEBs. Essa afirmação não desqualifica os trabalhadores rurais do seu papel de sujeito coletivo, enquanto capazes de formular suas próprias exigências à sociedade da qual participam. Ao contrário, se assim o fosse, estaríamos negando a idéia de que as contradições vividas no interior do processo de trabalho são as que favoreceram a organização desses trabalhadores.

Em resumo, o contexto descrito contribuiu para que, na década de 80, o sindicalismo rural, a exemplo do que ocorreu em Pernambuco com a greve dos 240 mil, iniciasse um novo ciclo na história das lutas dos canavieiros coordenados pelo MSTR – Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais¹¹.

No final dos 80 e início dos anos 90, a reestruturação de diversos setores agroindustriais, em especial o sucroalcooleiro, com a mecanização e deslocamento de capitais, tem causado um desemprego estrutural, com a eliminação de postos de trabalho sem a criação de outros. O sindicalismo rural, que havia avançado desde os anos 70, começa a regredir frente às novas situações de desregulamentação e desindustrialização do setor canavieiro. Os efeitos da crise são visíveis, sobretudo nas taxas de sindicalização que começam a declinar no Brasil, atingindo o “novo sindicalismo” em seu centro nevrálgico, o ABC paulista.

2.6 A reestruturação produtiva e a crise do sindicalismo

A conjuntura política e econômica dos anos 90 são as mais desfavoráveis para a organização de trabalhadores no Brasil que saindo da última década de um acúmulo de avanços frente à defesa dos direitos dos trabalhadores se observa que o cenário do novo período vai caracterizar-se como um momento de fragmentação da classe trabalhadora, dadas as ofensivas neoliberais a partir da reestruturação produtiva.

11. NOVAES, R. R. *Continuidades e rupturas no sindicalismo rural*. In: BOITO JR., Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

A capacidade de renovação cíclica das formas de acumulação capitalista tem se manifestado na atualidade através da substituição, no interior do próprio sistema, de modelos de produção anteriormente em funcionalidade (taylorismo e fordismo), regados especialmente da idéia de Estado *Keynesianista*, ou seja, começa-se a gestão, nos núcleos empresarias, do desgaste de tal paradigma substituído pelos princípios do *toyotismo*.

O *toyotismo* emerge da idéia de uma nova racionalização da produção de mercadoria baseada nas recentes práticas empresarias de gerência e emprego da força de trabalho a partir do *just-in-time*, *Kanban*, *controle de qualidade total*, *participação estimulada*, características próprias das empresas japonesas. Isso, todavia, não deve conduzir à crença de que o modelo japonês de produção seja eminentemente o *toyotismo* como afirma Humphrey (1991 Apud Leite, 1996, p. 38), pois o modelo japonês compreende princípios e objetivos da produção daquele país, mas não os métodos que devem ser empregados para alcançá-los.

O entendimento da crise contemporânea, ocasionada pela instauração de um paradigma de produção de base tecnológica, se dá pela análise dos fatos desenrolados no final dos anos 60, e início dos anos 70 como consequência do esgotamento dos princípios fordistas de acumulação em decorrência do pós-guerra. Da Segunda Guerra Mundial até os anos 60 observa-se um crescimento acelerado do capitalismo forjado por um pacto burguês de redistribuição de ganhos de produtividade entre os assalariados e o patronato através dos grandes sindicatos corporativistas. Esse pacto assegurou aos trabalhadores os benefícios sociais, na forma das legislações trabalhistas, da seguridade social através dos quais preconizou denominar de *Welfare State* nas experiências dos países centrais. A ilusão do estado de bem estar social e de sociedades de pleno emprego foi um sonho curto, pois implicou ao capital a redução de sua margem de lucro no processo de exploração da classe trabalhadora, considerando as concessões oportunizadas neste período aos contingentes de trabalhadores dos países desenvolvidos.

A reestruturação produtiva caracteriza-se pela substituição do modelo produtivo baseado na *produção em massa* através das linhas de montagens e de produtos mais homogêneos; do *controle dos tempos e movimentos*, da *produção em série* e do *trabalho parcelar* permeado pela *separação entre planejadores e executores* no âmbito da produção.

O novo paradigma de produção será atualmente pautado na flexibilização da unidade fabril, na desconcentração da produção, na desregulamentação dos direitos trabalhistas, nos novos padrões de gestão da força de trabalho, baseada na busca da participação ou do envolvimento e da responsabilização dos trabalhadores no processo produtivo.

Os efeitos da reestruturação produtiva não se resumem apenas à base material do processo produtivo. O atual estágio de acumulação flexível atinge em cheio a subjetividade da classe trabalhadora, afetando sua consciência de classe através dos seus órgãos de representação (sindicatos e partidos políticos) que não se encontravam preparados para as mudanças que atingiram o universo fabril nas últimas décadas.

As conseqüências desse novo padrão de acumulação sobre a organização dos trabalhadores pode ser visualizada pela fragmentação desta classe no âmbito do universo laborial. Essa fragmentação, por sua vez, será promovida com base na complexificação do mercado de trabalho através da sobreexploração da mão-de-obra por meio da diversificação atual dessa exploração com: a redução do operariado fabril, a ampliação da terceirização como elemento da desregularização dos direitos trabalhistas e da reengenharia no âmbito das empresas, do trabalho temporário, precário e ainda em tempo parcial.

A tabela abaixo apresenta os efeitos da flexibilização das relações através da terceirização do trabalho no Brasil e seus impactos nas condições de trabalho.

Tabela 2 - Efeitos da terceirização sobre as condições de trabalho

EFEITOS	PERCENTUAL
Diminuição dos benefícios sociais	72,5%
Salários mais baixos	67,5%
Falta de segurança/insalubridade	2,5%
Trabalho menos qualificado	17,5%
Trabalho sem registro	7,5%
Perda de representação sindical	5,0%
Jornada mais extensa	5,0%

Fonte: Alves, 2000.

A complexidade laborial que se realizou no âmbito do mercado de trabalho devido à incrementação das novas tecnologias de microeletrônica, do desenvolvimento das comunicações que favoreceram a formação de um corpo social de especialistas, mas que reconduziu grande parcela do contingente populacional a um estado de “desfiliação” provocada pela possibilidade de retração das políticas públicas coordenadas pelo Estado, são algumas das características do atual momento e que impõem ao movimento de trabalhadores um redirecionamento de estratégias.

Dessa forma, o Estado não mais orientado sobre uma vertente *Keynesianista*, mas puramente *neoliberal* relega-se cada vez mais ao patamar de observador. Nos países periféricos, a reforma do Estado constituiu-se como condição para a sustentabilidade do capital. Esta seria também uma exigência para a inserção do mercado brasileiro na nova fase de acumulação do capitalismo.

Nesse cenário, a construção de uma nova subjetividade da classe trabalhadora erigiu-se na mudança da exploração do trabalho semiquualificado para um trabalho qualificado, polivalente e cooperativo e tem no Estado o formulador das políticas educacionais que dêem conta da preparação de uma mão de obra tecnicamente qualificada para as novas exigências mercadológicas. Essa qualificação da força de trabalho tem se conduzido, entre outras

formas, através dos recursos destinados do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para as centrais sindicais ou ONGs. Governo, escola e sindicatos passaram a incorporar o discurso da nova pedagogia empresarial, articulando, por exemplo, em torno do conceito de “empregabilidade”, as noções de competências e novas habilidades cognitivas e comportamentais necessárias para nova produção capitalista (ALVES, 2002, p.13).

No campo dos efeitos oriundos das reformulações dos modelos produtivos de base fordista/taylorista para um modelo flexível ancorado na experiência *toyotista*, encontraremos a redução do operariado fabril no mundo. Hobsbaw (1995) analisa esse fenômeno apreciando as mudanças ocorridas na indústria siderúrgica nos EUA que, no final do século XX, empregava menos pessoas que as lanchonetes McDonald's¹².

A viabilidade dessa indústria frente à crise que assolou os países centrais através da “desindustrialização” de áreas tradicionais ocorreu por meio de movimento de “relocação industrial” em direção aos países subdesenvolvidos, o que apenas possibilitou um eufemismo de efeitos, dado que rapidamente tais efeitos da crise e a reestruturação industrial iriam encontrar lugar de relevo também nestas regiões.

Para o autor anteriormente mencionado, a reordenação dos espaços produtivos e, paralelamente, da própria produção não corresponde a uma “crise de classe, mas de sua consciência”¹³, ou seja, ela se manifesta pelo enfraquecimento das representações de classe que oportunizaram a mobilização de reivindicações para a melhoria das condições de trabalho e conseqüentemente de vida dos trabalhadores através de uma ação coletiva.

12. HOBBSBAWS, Eric. *A Era dos Extremos*. - O breve século XX 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 296-300.

13. Op. Cit. p. 299. Ver também Antunes (1995) e Alves (2000).

Neste sentido, a constituição de um novo padrão produtivo baseado no modelo japonês inspirado, principalmente, no *toyotismo* altera a noção de consciência de classe que deixa de se expressar pela mediação dos organismos de representatividade do trabalhador, os quais, enfraquecidos pela ofensiva do capital, tendem a ter menos expressividade frente aos trabalhadores. Isso se expressa na queda dos índices de sindicalização a nível mundial, sobretudo em países como a Inglaterra e Alemanha, onde a organização dos trabalhadores era bastante fortalecida.

O percurso a ser seguido agora buscará suprimir da memória do trabalhador coletivo suas experiências de classe à medida que o condiciona a uma participação estimulada na empresa e imprimindo-lhe ideologicamente a idéia de que a empresa é uma família, para que dessa forma a concepção de solidariedade se produza em função dela e não contra ela. Contrastando a essa idéia Hobsbawms (1995, p. 300) afirma que:

O que dava aos partidos e movimentos operários sua força original era a justificada convicção dos trabalhadores de que pessoas como eles não podiam melhorar sua sorte pela ação individual, mas só pela ação coletiva, de preferência através de organizações, fosse pela ajuda mútua, a greve ou o voto.

Frente a essas questões, o movimento de trabalhadores no Brasil entra, nos anos 90, sob as pressões de uma forte crise política detonada pela abertura econômica que permite de forma compulsória e avassaladora, a incorporação dos padrões internacionais de produção nas empresas brasileiras. Como já acentuados anteriormente esses novos padrões afetaram não apenas a base material do trabalho, mas também a subjetividade dos trabalhadores.

Os impactos das inovações tecnológicas puderam ser observados nos índices acelerados de desemprego estrutural que, num primeiro estágio, foram abafados pelo desemprego ocasionado pelas oscilações da economia brasileira à medida que se buscava a estabilidade econômica. Só após a consolidação do plano real os efeitos de tipo de desemprego podem ser melhor compreendidos.

No campo da organização dos trabalhadores, foi perceptível que, com a nova realidade, os sindicatos não buscaram se transformar, mas, adequar-se à estrutura sindical vigente que, apesar das mudanças trazidas com a constituição de 1988, ainda permaneceram corporativista, segundo defende Boito (1991). Se as formas de enfrentamento do capitalismo num momento de retração da ação sindical nos anos 90 pela alteração na configuração das greves deixaram de ter um caráter mais coletivo para desenvolver-se sob uma orientação mais imediatista e com um viés individualista, como vem se procedendo com o abandono das greves gerais ou gerais por categoria para um tipo de greve por empresas.

Essas transformações no modo de ser das greves são suficientes para apontar as mutações pelas quais o movimento sindical vem passando. Considerando que o cenário da década de 80 foi propício para o desenvolvimento de uma organização sindical orientada por uma vertente socialista de insubordinação ao capital, agora se uniformizam tendências de estratégias tipicamente voltadas para um sindicalismo de “novo tipo” que busca a concertação junto às empresas. No caso da CUT, essa central sindical que encabeçou as principais ações de confrontação frente ao capital na década de 80, ganha cada vez mais espaço nas suas estratégias de ação o culto à *negociação nas câmaras setoriais*, favorecendo aquilo que Antunes (1995, p.154) intitula de *acomodação dentro da Ordem*.

Observando a tabela a seguir, poderemos verificar as tipologias das estratégias sindicais nas últimas décadas e situar na visão de alguns analistas essas tendências.

Tabela 3 - Tipologia das Estratégias Sindicais

Tipologia	Característica	Orientação
Sindicalismo Classista ou de Confronto	Privilegia a greve geral por categoria, visa a emancipação do trabalho.	CUT – nos primórdios de fundação até o início da década de 90
Sindicalismo de Participação ou Resultados	Caracteriza-se por ser propositivo, defensivo, disposto a incluir em sua pauta de negociação a parceria com o capital. Mais disposto ao diálogo que ao confronto com o capital, privilegia a greve de empresa (individualização).	Força Sindical. Tendência presente em facções da CUT – início dos anos 90, com discussão sobre as câmaras setoriais.
Sindicalismo de Empresa	Originado no Japão define-se pela subordinação ao ideário patronal, combina repressão com cooptação. Desenvolve-se pela eliminação autônoma dos trabalhadores	CGT, Força Sindical.

Fonte: Sistematizado a partir das idéias ANTUNES (1995) e ALVES (2000).

Contraditório ao cenário dos anos 80, propício a uma ação sindical mais combativa, o movimento de trabalhadores se insere numa crise sem igual a partir dos anos 90. Esse momento vai gerar na Central Única de Trabalhadores uma mudança de atuação frente à classe patronal, diferente da relação conflitiva do período de 70 – 80. Desse modo, a pauta dos anos 90 configura-se pela: ***defesa do emprego, participação nos resultados, flexibilização da jornada de trabalho*** (banco de horas) ***e discussão de mudança na gestão e organização do trabalho*** (RODRIGUES, 1999, p. 84).

Se a década de 80 pode ser considerada como a “década dos trabalhadores”, os 90 são denominados por Alves (2002, p. 01) como a “década neoliberal” por ter se desenvolvido um novo complexo de reestruturação produtiva e seu momento predominante(o *toyotismo*), com o surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho e o advento da crise do sindicalismo, considerada expressão do contingente de fragmentação da classe trabalhadora.

As conseqüências desse momento para o novo sindicalismo indicam um abandono das práticas combativas do movimento sindical, traçando, por sua vez, estratégias voltadas para um sindicalismo de realismo defensivo, ou seja:

Diante desse processo avassalador de mudanças, que coloca contra a parede o conjunto do movimento sindical, a saída possível seria uma forte dose de realismo nas negociações e uma acentuada diminuição da ideologização e politização da prática anterior (RODRIGUES, 1999, p. 90).

O que se observa na atualidade da vivência de uma crise do sindicalismo é um retorno a velhas práticas, uma vez que, enfraquecido pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho, o sindicalismo tem deixado de lado orientações mais radicais no confronto em relação ao capital, tendo inclusive em vários momentos tomado uma posição de “concertação” junto às empresas.

Essas antigas práticas estão presentes hoje na participação dos sindicatos nos fórum tripartites de discussão sobre capacitação tecnológica e qualificação profissional, demonstrando a preocupação dos sindicatos em intervir em políticas públicas de longo alcance, segundo Alves (2000, p. 23). O autor faz sua crítica apontando para o fato de que o acesso pelas centrais sindicais aos fundos públicos estatais, como FAT (Fundo de Amparo ao trabalhador), através da elaboração de projetos de qualificação profissional, tendeu a contribuir para a preservação da estrutura burocrática sindical num contexto de crise do sindicalismo.

Quando a burocracia é acionada, a estrutura sindical de caráter assistencialista vem à tona isto de certo modo é visualizado pela distribuição dos serviços oferecidos pelos sindicatos de trabalhadores rurais a seus associados constando respectivamente dos dados publicados pelo IBGE na seguinte tabela:

Tabela 4 - Serviços oferecidos pelos STRS aos associados

Serviços Oferecidos	%
Jurídico	52%
Educação e formação sindical	31%
Convênios médicos	24%

Fonte: IBGE (2002)

Isso nos faz crer na existência de um novo assistencialismo, ligado agora às atuais amarras as quais o sindicalismo e seus representantes vem sendo submetidos como é ilustrativo aquilo que Reich e Kurz (Apud Oliveira, 2003, p. 146) denominam respectivamente de “analistas simbólicos” e “sujeitos monetários”. Considerando que a atual estrutura de classes foi alterada, surge uma nova classe social, a de trabalhadores que ascendem à função de técnicos preocupados com a rentabilidade dos fundos públicos. Portanto, para Oliveira,

A nova classe social tem unicidade de objetivo, formou-se no consenso ideológico sobre a nova função do Estado, trabalha no interior dos controles de fundos estatais e semiestatais e está no lugar que faz a ponte com o sistema financeiro (OLIVEIRA, 2003, p. 148).

Em sua análise, o autor ainda afirma: “... não se trata de apropriar os lucros do setor privado, mas de controlar o lugar onde se forma parte desse lucro, vale dizer, o fundo público” (Idem, p. 149).

Na atual conjuntura de vivência da crise do sindicalismo a nova classe é representativa de um tipo de sindicalismo de participação que, distante das orientações e perspectivas combativas que marcaram o movimento nas décadas de 70 e 80 e que envolviam ações mais amplas e de cunho classista, tem proposto uma clara “concertação” entre capital e trabalho, incorporando-se aos tentáculos do Estado (ou do que sobrou dele), através de ações propositivas.

A história parece então recapitular outros momentos em que os sindicatos eram gerenciadores de serviços. Novamente as lideranças operárias e/ou camponesas se submetem à condição de gerenciadores e executores de uma burocracia dependente do Estado que busca controlar a classe trabalhadora, perpetuando as estruturas de dominação que têm permitido a manutenção do atual sistema econômico.

Analizados esses elementos, o que vem caracterizar as novas práticas de assistência sindical é:

- a) a participação na apropriação dos recursos públicos, destinada à própria reprodução do capital, que agora com o auxílio dos sindicatos e não apenas do Estado incrementa a capacitação profissional, como forma de inserção ao mercado de trabalho, uma vez que tem auxiliado na formação profissional com base nas novas exigências mercadológicas tecnológicas, possibilitando a capacitação dos trabalhadores (operada sobre as bases da descartabilidade que é a própria tecnologia);
- b) formação de um corpo técnico (nova classe, novos burocratas responsáveis tanto pela administração de fundos públicos e privados e pela captação de recursos para os sindicatos) (CONTAG, 1991, p. 42);
- c) a permanência de modalidades anteriores de assistência sindical (assessoria jurídica, serviço médico-odontológico, encaminhamentos de pedidos de aposentadorias, liberação de receitas médicas, etc.);
- d) a busca pelos aposentados e pensionista a partir dos anos 90 (como forma de sustentação financeira dos sindicatos de trabalhadores rurais). Conforme a CUT – CONTAG (1998), a mensalidade dos aposentados constitui, em 1997: 26,5% dos recursos de sustentação financeira dos sindicatos de trabalhadores rurais. Junto a isso está se desenvolvendo nos STRs um aparato burocrático-administrativo para tratar as questões previdenciárias (BARBOSA, 2002, p. 2657).

Um dado que é importante ressaltar é que nos anos 91-2001 o número de sindicatos urbanos teve um crescimento maior que o dos sindicatos de trabalhadores rurais. Todavia, no

mesmo período, os rurais tiveram uma taxa de sindicalização maior devido ao incremento das sindicalizações de aposentados no período.

- e) oferecimentos de cursos de formação voltados para: sindicalismo (18%), planejamento e administração sindical (17%) e reforma agrária (16%), sendo que nos STRs do Nordeste teremos: sindicalismo e planejamento e administração sindical (17% cada um deles), legislação e direitos trabalhistas e sociais (15%), negociação coletiva (14%) (IBGE, 2002, p.70).

Este item vem confirmar as observações feitas por Barbosa no item c, o que ratifica a preocupação dos sindicatos de trabalhadores rurais com o aspecto administrativo.

A presente caracterização de um novo cabedal de políticas assistencialistas põe por sua vez, em questão uma discussão bem presente no debate sobre o sindicalismo brasileiro que é saber: o sindicalismo corporativista mudou? Para entendimento da questão poderemos dividi-la em quatro categorias de argumentos: a primeira advoga a existência no Brasil de corporativismo sindical iniciado nos anos 30. A constituição da época e a CLT seriam expressões deste movimento (MARTINS, 1989; BOITO Jr, 1991). A segunda categoria de argumentos defende que o modelo sindical brasileiro nunca fora corporativista porque não seguia o ideal corporativista europeu (ALMEIDA, 1975; NORONHA, 2000). Em terceiro lugar a posição de Cardoso (1997), indica que o corporativismo existe, mas se encontra em processo de mudança. E, por último, Alves (2000) aponta para a existência de um neocorporativismo, esse não seria determinado apenas pelo Estado, mas também pelo mercado, um modelo híbrido. A particularidade deste modelo, segundo Alves, estaria em manter o impedimento da livre manifestação do interesse antagônico da classe dos trabalhadores assalariados.

Nossa convicção é de que este neocorporativismo, ao se desenvolver na década de 90, simbolizada como um período de crise do sindicalismo brasileiro frente ao processo de

reestruturação produtiva das empresas, condicionou o movimento sindical a buscar saídas quase sempre equivocadas, mesmo quando voltadas para os instrumentos de ação política de participação dentro das empresas, mais voltadas para a condição de consulta do que de decisão.

Tudo isso tem desembocado em ações importantes para o sindicalismo rural, ações permeadas sempre por um viés assistencialista, ou seja, à medida que se tenta manter a luta por garantias dos direitos trabalhistas e a intensificação de estratégias pela reforma agrária, tem-se observado a persistência da herança de um sindicalismo voltado para si.

No debate atual sobre o sindicalismo, alguns autores têm polemizado a questão, afirmando, como Rodrigues (1999, p. 21), que o movimento sindical não se encontra em crise, mas em declínio, devido à redução de filiados e à perda dos espaços conquistados no pós-guerra. Para Alves (2002, p. 22) os anos 90 caracterizaram-se por uma crise do sindicalismo no Brasil e não uma crise sindical. O autor chama a atenção para o fato de que esta crise tem rebatimentos maiores para um tipo específico de ação sindical, tendo em vista que as burocracias sindicais têm conseguido, de certo modo, preservar a estrutura vigente.

Nesse contexto, surge a principal questão em meio a esta discussão: quais as alternativas para a ação sindical além das que foram anteriormente retratadas, como a incorporação de práticas alternativas de intervenção, a exemplo das câmaras setoriais. Sobre isso Alves (2002, p. 23) observa que a participação dos sindicatos nos fóruns de discussão sobre capacitação tecnológica e de qualificação profissional tripartites é um sintoma da crise do sindicalismo que, diante da diminuição da eficácia de ação sindical e incapaz de ir além da esfera econômico corporativa dada pela estrutura sindical brasileira de cariz verticalista, tem buscado dar sentido a sua prática política, intervindo nas instâncias pública e estatal.

Santana (2002, p. 46) aponta alguns caminhos pelos quais as estratégias de ação sindical têm se conduzido. O autor exorta que tais estratégias estão longe de serem consensuais no movimento sindical brasileiro. São elas:

- a) a tentativa de articulação com outros movimentos sociais (terra, moradia, cidadania, justiça, etc);
- b) a busca de abertura efetiva para novos temas e demandas (ambiente, gênero e raça, cidadania dentro e fora dos locais de trabalho, educação do trabalhador – político, sindical, geral e profissional).

Tais alternativas, se não perfeitas, têm conduzido o movimento sindical brasileiro a conviver com as novas realidades impostas pelo capitalismo e a sair de si mesmo e responder de forma mais geral as novas demandas sociais postas aos trabalhadores enquanto cidadãos, mas que têm rebatimentos importantes no âmbito das relações de produção.

Por sua vez, a análise do atual contexto do mundo do trabalho, no que diz respeito à organização dos trabalhadores, carece contemplar as conquistas que se dão nos espaços micro sociais por meio dos movimentos de resistência que ocorrem no seio da própria crise, como se tem, por exemplo, notícia da tomada de empresas em estado de falência que, através da organização dos trabalhadores, tem se tornado modelo de contestação à produção capitalista, mesmo em caráter limitado, uma vez que tem possibilitado aos produtores diretos apropriar-se do resultado de seu trabalho.

É a partir dessas conquistas que tem voltado a luz das discussões o caráter controvertido da **AUTOGESTÃO**. Considerando que alguns sindicatos têm elegido os princípios da autogestão como estratégia de ação frente às transformações ocorridas no processo de produção capitalista no contexto da reestruturação produtiva buscando, neste sentido, dar uma resposta ao problema da exclusão social acirrada nas últimas décadas pelo desemprego estrutural é que tem importância uma reflexão em torno de tais estratégias.

A Usina Catende é um exemplo de como os trabalhadores têm buscado se organizar com o intuito de superar as condições de subordinação implantadas na região da Zona da Mata Sul de Pernambuco, desde a colonização. Compreendendo-se o resgate da cidadania por meio de um processo de apropriação de uma instituição que é símbolo da oligarquia rural, a usina.

Assim, discutiremos no próximo capítulo as possibilidades e os limites de tal conceito na sociedade brasileira, apontando, desse modo, para o que vários autores têm indicado ser a autogestão em sua perspectiva histórica e sua controvérsia frente ao que se tem apregoado na contemporaneidade.

CAPÍTULO III

3. Autogestão: o trabalhador rural e os desafios da participação

“Quando afinal descobre num clarão que o mundo é seu também, que seu trabalho não é a pena que paga por ser homem, mas um modo de amar – de o ajudar o mundo a ser melhor”
(Thiago de Mello. Faz escuro mas eu canto: porque amanhã vai chegar).

3.1 Autogestão para além da conformação capitalista

O conceito de autogestão não é uma novidade histórica; nova pode ser a atualização e a aplicação que este conceito vem recebendo na contemporaneidade por conta do problema do desemprego. É no desenvolver do combate a esse fenômeno que se tem advogado a autogestão como estratégia de geração de novos postos de trabalho.

Contudo, por não ser uma experiência recente, se faz necessário a construção de uma referência histórica que nos possibilite a compreensão do marco conceitual da questão, para que assim tenhamos uma clarificação da operacionalização do conceito pelos diversos sujeitos sociais. Essa necessidade se observa em Tonet (1997, p. 164), ao afirmar:

Conceitos têm história, têm conteúdo. Não são simplesmente ferramentas à disposição de qualquer um para fazer deles o uso que bem entender. E são carregados de conseqüências para a atividade humana.

Tem sido comum na literatura que referencia a autogestão, apontar a experiência dos conselhos de fábricas como sua primeira forma histórica. É também com a Comuna de Paris,

mesmo em seu caráter efêmero, que se tem buscado os elementos definidores do conceito. Nesse sentido, a Comuna, “ao tempo em que abolia o patronato e o assalariado, ela abolia também o Estado e a sociedade civil” (GULLERM & BOURDET, 1976, p. 112).

Esta é uma aproximação ao conceito de autogestão que nos sugere uma condição para sua efetivação:

A participação na gestão de uma empresa só é de interesse para o operário se ela transforma suas condições de existência. Gerir uma empresa em comum, enquanto esta conserva suas estrutura de classe constituiria para os operários gerir sua própria miséria, sua própria exploração (JOYEUX, 1988, p. 14).

Ao se referir à Comuna, Marx (1986, p. 76) diz:

A Comuna aspirava à expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma realidade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, que hoje são fundamentalmente meios de escravização e exploração do trabalho, em um simples instrumento de trabalho livre e associado.

É dessa idéia que emerge da Comuna, que se pode inferir o conceito de autogestão, construído, por assim dizer, pelo exercício de uma prática que se ordena de maneira endógena pela classe trabalhadora com o intuito de suplantar uma razão heterogestionária (gerido por outro) do trabalho. Assim, autogestão é a administração da empresa pelo conjunto do pessoal que nela trabalha. Compreende, todavia, que sua gestão tende a modificar as bases de condição de existência estabelecidas entre as diferentes categorias de pessoal envolvidas, de forma que caminhem para a supressão da estrutura de classes.

É neste sentido que uma organização com autogestão é um meio de controle de classe, controle no poder de tomar decisões nas áreas mais vitais de seu próprio interesse. Porém, as experiências efêmeras de autogestão têm levado vários pensadores a controvérsias sobre a viabilidade dessa forma de gerir, isso se dá porque, por exemplo, para Carvalho (1995, p. 121), o alto grau de controle que os trabalhadores podem exercer sobre a produção só é

possível se a autogestão se transformar num princípio de trabalho em toda a sociedade, caso em que o delegado do trabalho se transforma em veículo de autogestão da sociedade.

Por outro lado, Demo (2001, p. 91) vai afirmar:

Não parece realizável em contextos maiores, por coerência própria com o conceito de comunidade. Se tomamos o exemplo de uma empresa complexa, onde a divisão do trabalho é expressiva e a organização muito sofisticada, a autogestão é praticamente inviável, a partir do próprio pressuposto de que qualquer operário dificilmente chegaria ao comando dela.

Se a participação é, contudo, condição para a efetivação dos princípios de autogestão, fica evidente que tal condição é meta a ser buscada a longo alcance quando se tratam de contextos históricos em que os indivíduos foram conduzidos por sistemas autoritários, como se constata na vivência brasileira. Considerações como a apropriação de saberes necessários para a gestão da empresa, organização do processo produtivo e a condução dos negócios não ocupam um lugar de destaque nos fóruns de debates entre os trabalhadores, como o tem percebido Oda (2001), levando este tipo de gestão a estar restrita a alguns dirigentes através dos saberes relacionados ao planejamento e à execução da administração. Esse elemento tem se manifestado como empecilho à condução dos princípios de autogestão quando se leva em contar que tais aspectos materializam espaços hierarquizados, favorecendo a manutenção de uma antiga divisão do trabalho. Nesse sentido, Gadotti coloca que: “poderia-se perguntar se autogestão seria apenas possível quando o conjunto da sociedade também fosse regido pelo princípio da autogestão”[s.d], p. 22).

Dessa maneira, autogestão é uma forma democrática superior à democracia formal do capitalismo ocidental, pois dá às pessoas o poder de tomar decisões nas áreas mais vitais de seu próprio interesse (CARVALHO, 1983, p. 96-97).

Ao elencar as experiências que indicam o exercício da autogestão, teremos a gestão iugoslava como um indicador de grandes proporções dessa atividade, uma vez que, se

comparada à Comuna, na Iugoslávia, ela ocorreu em um complexo de administração socialista que se orientou por meio do Estado em todo país. Isso remete a duas diferenciações na forma de gerir pelo trabalhador. A primeira se realizou por uma modificação estrutural da sua sociedade, com a supressão do Estado. A segunda encontra-se ainda nos limites do socialismo estatal. No que tange à Iugoslávia, Guillermin & Bourdet (1976, p. 114) vão mostrar que a abolição do taylorismo, com a divisão do trabalho, nas cadências e com tudo o que esse método provoca (mestria, cronômetro, polícias diversas), não fez baixar a produtividade. Entretanto, Carvalho (1983, p. 121) vai mostrar: tendemos à conclusão de que a autogestão na Iugoslávia parece ter sido um tipo de auto-exploração sob condições forçadas pela rápida industrialização.

Na busca de experiências autogestionárias no mundo várias outras formas de autogestão poderiam ser citadas, como é o caso do Peru, da Argélia e da Itália. Na atualidade, o processo de expropriação da classe trabalhadora tem se caracterizado por novas estratégias de conformação dos sindicatos à lógica do capital. A negociação da força de trabalho se estende, com a assistência, aos desempregados, através de subsídios concedidos pelo Estado, causando efeitos perversos sobre a identidade individual e social do trabalhador, uma vez que a renda que ele agora obtém está desconectada do ato de trabalhar. Essa prática institucionalizada pelo Estado tem se evocado hoje através do velho preceito cristão da caridade, conjugando formas de ajuda mútua, “solidariedade” e assistencialismo, as quais têm que tem afastado o sindicalismo de ações mais radicais como estratégia de sobrevivência.

Com a redução do poder sindical, os contratos coletivos cederam lugar à individualização dos salários. Os resultados disso são: corporativismo oportunista e imediato, distanciamento cada vez maior dos sindicatos e das ações de solidariedade (CATTANI, 1996, p. 78). Entre as estratégias de atuação sindical, encontramos o *sindicalismo de reivindicação* e de *participação* que defende a co-participação e a divisão de responsabilidades na gestão

das empresas, sem maiores problemas, pois são considerados formas de garantir o progresso social (Idem, p. 110). Esta orientação sindical pauta-se, sobretudo na perspectiva da reestruturação produtiva, norteadas pela lógica de que se deve promover a conciliação entre as classes no bojo da “incontrolabilidade” do capital. Sob este cenário é que se faz necessário discutir as diferenciações de termos que são próximos, mas mutuamente distintos no que diz respeito à autogestão.

3.2 Participação, co-gestão e controle operário

3.2.1 Participação

Tem-se atualmente evocado a palavra “participação” para designar processos de trabalho cada vez mais flexíveis e relações de trabalho que se pautem pela cooperação e harmonização entre o capital e trabalho para busca de um fim que seria adequado para a inserção competitiva das empresas no capitalismo moderno. No entanto, os limites desse discurso estão em que essa pretensa “participação” tem se estruturado em atividades pré-existent, que tem sua própria lógica e finalidade: o aumento dos lucros do capital. Esse elemento tem sido absorvido pela sociedade a partir do momento em que os modelos de produção taylorista/fordista não correspondiam mais às demandas de acumulação do capital. Dessa forma, a participação defendida é outorgada pelo patronato pelas disfunções do taylorismo, como apontado por Guillermin & Bourdet (1976). Um exemplo típico do que tentamos apresentar é a participação nos lucros, a qual tem como função integrar a classe trabalhadora ao sistema capitalista, diga-se, à integração subordinada.

Assim, em tais condições, o sistema de “participação” nos lucros, longe de atingir “um passo para a autogestão”, é um habilidoso agravamento da exploração e da auto-alienação (Idem, p. 22).

3.2.2 Co-gestão

A co-gestão é uma forma de ampliação da participação nos lucros, subentendendo-se com isso que exista uma maior articulação dos trabalhadores na empresa, de forma que, eles possam intervir tanto no nível técnico, quanto na política geral da empresa.

Os limites dessa prática de gestão entre patrão e empregado se definem do ponto de vista do trabalhador - mesmo quando se observa uma maior inserção desse trabalhador na esfera consultiva da empresa -, por uma atuação restrita a esta esfera, fugindo das definições de metas a serem alcançadas, bem como da aproximação do produto final do trabalho.

A respeito disso, Joyeux (1988, p. 22), comenta:

E isto é evidente que os sindicatos avançaram, nestes últimos tempos reivindicações estruturais, e que a classe capitalista acreditou ter encontrado um paliativo a estas aspirações ao propor a co-gestão ou participação nos lucros, o que tinha a vantagem suplementar de ceder parcialmente a gestão de responsabilidade do bom andamento da empresa àqueles que, por sua estrutura econômica continuam a explorar.

Essa ação de eufemismo, não conflitual, da relação capital x trabalho, tem sua conformação na ação sindical do *sindicalismo de reivindicação* ou *participação*, conforme já nos referimos anteriormente. Por isso, ele se distancia cada vez mais da noção de autogestão.

3.2.3 Controle operário

Por controle operário entende-se uma intervenção conflitual, principalmente no caso das greves que arrancam ao patronato concessões das quais resulta uma melhoria das

condições de trabalho, ou se preferem, uma ligeira atenuação das formas de exploração (GUILLERM & BOURDET, 1976, p. 25).

Se o controle operário compreende uma ação mais radical dos trabalhadores do que a co-gestão, é preciso afirmar, no entanto que o espaço de tempo para usufruir das conquistas por ela adquiridas é usualmente limitado, muito embora motivador, uma vez que essas experiências resultaram em ganhos diretos, adquiridos não pela permissão concedida, mas pela imposição da luta dos trabalhadores. A divisão de tarefas entre direção e sindicato parece, portanto, continuar a mesma: a direção dirige e gere, o sindicato controla, reivindica, mas ele mesmo não gere, não reivindica esse poder (LOJKINE, 1999, p. 188).

O campo conceitual entre as experiências de participação, co-gestão e controle operário, quando muito, estão simplesmente conciliando práticas inovadoras de convivência com o sistema, criando ações pontuais que estabelecem concessões criadas pelo próprio capital. Assim, uma experiência que se postula autogestionária implica na superação de formas de gestão próprias do capital. Portanto, autogestão baseia-se na solidariedade humana em que a produção levada às mãos dos produtores diretos e sob sua coordenação se estrutura local, regional, nacional e internacionalmente no sentido da apropriação dos frutos do trabalho pela coletividade.

3.3 A autogestão no Brasil

A experiência autogestionária no Brasil tem sido praticada e comumente relacionada ao exercício da “Economia Solidária” na prática de promoção do sistema de cooperativas ou de empresas de autogestão. Todavia, tal experiência se diferencia da autogestão, à medida que primeiro, tem seu desenvolvimento atrelado ao financiamento do Estado, no sentido de que, sem ele, essas cooperativas não conseguiriam se inserir de forma competitiva no mercado. A

segunda diferenciação é resultado da primeira. Dada a condição do mercado que lhes impõe uma inserção competitiva na ordem capitalista, é perceptível que essas empresas joguem com as regras do jogo do capital, inseridas que estão neste mesmo sistema, isto é, elas retiram a autonomia dos trabalhadores pois, para serem competitivas, esta devem adotar outro padrão de gestão, nos moldes daqueles preconizados pelas relações de trabalho capitalista.

Observando o que vários pesquisadores vêm indicando como um limite da prática de autogestão pela Economia Solidária, teremos que tais experiências decorrem das respostas dos coletivos de trabalhadores à crise econômica, sem porém representar a elaboração de uma nova forma de organização do trabalho. Na esfera da produção, as relações de poder não chegam a ser tocadas. Isto indica que a autogestão, nesse sentido, pode significar uma democratização econômica, mas não política, por não conseguir superar a lacuna entre os que pensam e os que executam. Para Motta (1984, Apud MARTINS, 2002, p. 210), a participação de atores no processo de decisão institucional, seja no âmbito político seja no âmbito organizacional, tem sido condicionada pelo contexto histórico que molda os mecanismos de funcionamento desses processos, o que faz com que o contexto histórico dos grupos seja uma variável importante na análise dos processos participativos.

O debate sobre tal temática divide o sindicalismo cutista mesmo com a criação da ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário), por esta central sindical, uma vez que, para o sindicalismo mais combativo, a prática de “geração de trabalho e renda” não problematiza a questão do poder, reproduzindo a divisão do trabalho vigente. “Para essa tendência a luta prioritária é aquela que se trava contra os patrões, e não a geração de formas de adaptação ao sistema econômico vigente [...]” (ODA, 2001, p. 59).

Um ponto ainda a considerar, no que trata à problemática da Economia Solidária no Brasil, concerne ainda às *pseudo* – cooperativas que surgiram de forma alarmante em vários estados brasileiros através da bandeira de geração de renda. Essas falsas cooperativas foram

criadas, inclusive sob respaldo estatal, segundo pesquisa desenvolvida por Lima (2002), consagrando um processo de precarização do trabalho através da guerra fiscal entre os estados.

No Nordeste essa guerra se travou apresentando-se como atrativo não a infra-estrutura que a região não dispõe, mas da mão-de-obra barata e desorganizada. Para Lima (2002, p. 140):

Ao caráter fraudulento presente na maioria das cooperativas de produção analisadas, pode-se acrescentar problemas organizacionais inerentes às cooperativas de produção ou de trabalho em geral, organizadas por ou para trabalhadores com pouca qualificação, sem nenhuma cultura organizativa anterior, e que são recrutados por programas de desenvolvimento, de geração de renda, ou políticas de atração de investimentos, que apresentam o que o “lugar” tem de diferencial: a mão-de-obra barata e desorganizada.

O autor denuncia, em seu trabalho, a forma como tais cooperativas foram criadas como forma de reduzir custos da força-de-trabalho em regiões do interior do Nordeste. Um exemplo típico foi o surto desenvolvimentista no interior do Ceará que teve como base tal receita de trabalho flexível por excelência.

Todavia, considerando as cooperativas “autênticas”, é preciso observar que o teor restritivo do alcance da ação cooperativa na ordem capitalista indica também outras formas de interpretação. É o que faz Grzybowski (1991, p. 72):

As cooperativas, porém não são só empresas pelas particularidades de sua constituição, são também formas de organização e participação político-corporativa dos associados.

Dessa maneira, o poder das cooperativas circunscreve-se ao próprio poder dos sindicatos, enquanto agência de intermediação da venda de uma determinada mercadoria. Por sua vez, Singer (2000, p. 137) vai apresentar a função de uma empresa autogerida ao afirmar:

Na empresa autogerida, a preservação dos postos de trabalho substitui a lucratividade como objetivo máximo. Os trabalhadores-gestores se dispõem a fazer sacrifícios, eventualmente abrindo mão dos salários mais elevados, para que todos possam continuar trabalhando, na empresa capitalista (os empregados competem por

promoções, prêmios de produção, lugares de chefia). Na empresa auto ou co-gerida a confiança mútua e a ajuda mútua são vitais para recuperar a competitividade, e não a possibilidade de alguns se beneficiarem em detrimento de outros.

Os valores elencados por Paul Singer podem ser evidenciados na cooperativa. No entanto, tais valores se encontram numa encruzilhada, à medida que possibilitam apenas amortecer diferenças, mas não as bases da sociabilidade, uma vez que elas não conseguem emancipar o homem política e economicamente, porque também se utilizam do trabalho assalariado, ao invés de abolí-lo, reproduzindo assim velhas mazelas, como a mais-valia.

Isso se observa nos princípios autogestionários que se desenvolvem na ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária). Tais princípios orientam que os projetos de empresas de autogestão devem preencher progressivamente alguns requisitos, dentre os quais se destaca: *proibição de contratação de outros trabalhadores a não ser que o número da contratação seja igual ou inferior a 1% do efetivo dos considerados trabalhadores cooperados ou associados* (ANTEAG, 2000).

Isso configura o que observou Kautsky (1980, p. 285), ao argumentar que:

Na sociedade capitalista, dentro de uma cooperativa de produção florescente, chega, cedo ou tarde, um momento em que os cooperados começam a empregar operários assalariados. Esses proletários não participam da propriedade dos meios de produção e são explorados pelos cooperados. Por conseqüente, toda cooperativa de produção, na sociedade moderna, desenvolve a tendência, quando prospera – isto é, quando se expande – de tornar-se uma empresa capitalista.

Tal prática se distancia daquilo que Marx (1986, p. 76) vislumbra na Comuna: “Uma vez emancipado o trabalho, todo homem se converte em trabalhador, e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe”.

Portanto, se a concepção de autogestão no Brasil se distancia de uma teoria de mudança social, como proceder a uma análise da autogestão na Usina Catende, neste trabalho? Orientamos nossa compreensão para a afirmação de que é indispensável, enquanto durar o

capitalismo, uma insubstituível instituição de contra-poder e de criação de novas experiências sociais (CATTANI, 1996, p. 104), comumente chamado de movimento sindical.

É com base no entendimento de que, mesmo atrelado a práticas ainda corporativistas, o movimento sindical, especificamente do campo, vem, em momentos oportunos, buscando respostas à crise, em projetos alternativos que cumulam num processo de maior participação e autonomia dos trabalhadores rurais frente ao capital canavieiro.

É possível compreender a autogestão a partir do conceito de *autonomia*, entendido aqui como constituinte de um paradigma que norteia a ação do movimento de trabalhadores para uma prática de ação direta contra o capital, propondo a superação de antagonismos fundantes das relações de produção: a divisão entre trabalho intelectual e manual; a cisão entre quem decide e quem executa; a separação entre dirigentes e dirigidos, enfim, indicando uma nova distribuição de poder.

Não obstante, quanto maior for o laço pessoal entre o líder (o intermediário válido entre o poder social e político) e os componentes de cada organização, maior será o poder político de cada uma dessas unidades no sistema de autogestão, como um todo. Dessa forma, a teoria de autogestão tornou-se uma fonte constitutiva da teoria da mudança social (CATTANI, 1996, p. 130).

3.4 Sindicalismo e autogestão

As relações entre o movimento sindical e a autogestão têm sido palco de acirradas discussões que vão desde as críticas ao posicionamento de uma postura sindical que tem esboçado estratégias de convivência com o capital até a crise de identidade que tem se instaurado no âmbito das relações que se estabelecem entre os sindicatos e as empresas autogestionárias. Ao que concerne à convivência entre capital e trabalho, o sindicalismo vem

elaborando tais ações, buscando atenuar os impactos das formas recentes de organização social da produção visualizadas no desemprego, precarização e subcontratação da mão-de-obra.

O repensar do papel e da atuação dos sindicatos frente ao contexto da informalização e precarização do trabalho tem sido um desafio do movimento sindical que tem encontrado resposta para o fechamento de empresas através da organização dos trabalhadores a fim de gerir a massa falida por meio de cooperativas de trabalhadores, sociedades por cotas de responsabilidade limitada, ou sociedade anônima.

Na complexa relação entre sindicatos e cooperados existe uma multiplicidade de papéis e interesses a serem considerados, sejam eles: a identidade de trabalhador, patrão de si mesmo e empreendedor. Essa complexidade se amplia ante a multiplicidade de relações quando considerados casos específicos. Por exemplo, em Catende o trabalhador ainda continua sendo trabalhador, possui cotas de participação na Cia. Agrícola Harmonia e é também fornecedor de cana para a usina através do programa *Cana de morador*, criado pela atuação gestã.

Para Ferraz (2003, p. 05):

O problema da identidade do trabalhador cooperado faz-se importante se nos propomos compreender as motivações, tendências e possibilidades de construção de novas sociabilidades criadas a partir das experiências autogestionárias.

No que tange ao sindicalismo de trabalhadores rurais, essa questão vem acirrar ainda mais a discussão sobre o sindicato único que agrega, sob um mesmo teto tanto trabalhadores quanto pequenos produtores que exploram mão-de-obra. Assim na experiência dos Sindicatos Rurais ligados a Usina Catende essas novas identidades são aspectos a serem refletidos, considerando que para Singer ([s.d], p. 30) “[...] os membros do sindicato que formam cooperativas operárias devem continuar a pertencer ao sindicato, que deveria abrir suas portas

a todos os trabalhadores que não exploram trabalho alheio e queiram se filiar”. Tal afirmação parece desconhecer a especificidade do sindicalismo rural.

A identidade é um elemento a ser considerado na dinâmica de desenvolvimento da experiência autogestionária se compreendermos que o grau de politização dos componentes tem repercussão sobre seu entendimento e engajamento na empresa, visto que a condição para implementação e viabilidade do empreendimento só ocorrerá mediante o sentido conferido à participação dos indivíduos.¹⁴

Dessa forma, a aferição da participação pode se dar pelo maior ou menor conhecimento que os trabalhadores envolvidos têm do projeto, bem como das perspectivas de trabalho além do horizonte imediato. Assim, aqueles trabalhadores com maior grau de qualificação poderão estar mais distantes do ideário de solidariedade pretendido na forma de tais empresas, por poderem manter-se ao largo do fenômeno de “desfiliação” enunciado por Castel (1999).

Na retomada das empresas a partir do processo de falência o sindicalismo tem apontado para estratégias de ações sindicais mais conflitivas. A tomada das fábricas, acampamentos e greves têm sido realizadas numa rotina comum em várias experiências de retomada da massa falida. Essas rotinas compreendem quase sempre o atraso nos pagamento, falência, dilapidação do maquinário, calote aos empregados e credores da parte dos empresários; greves, processos judiciais individuais ou coletivos; formação de comissões de fábrica, co-gestão e autogestão por parte dos trabalhadores.

14. No trabalho de ROSENFELD (2003) a autora constrói uma tipologia de posturas de trabalhadores que participam destes projetos (**os engajados, a adesão, o recuo e o desvio**) os sindicalistas tem em tais projetos autogestionários a concretização de seu projeto político ideológico e isso explica sua dedicação, todavia, a presença do sindicato neste contexto serve de suporte e grupo de pertencimento para as outras tipologias.

Tais ações têm indicado a multiplicidade de estratégias do sindicalismo em sua diversidade de orientações, compreendendo que ela será sempre um produto de uma dada conjuntura histórica e nunca a resposta definitiva para os conflitos e contradições dentro do capitalismo.

Entendida dessa forma, é mister considerar que a apropriação de determinados meios de produção por aqueles que sempre estiveram à margem desta apropriação não se apresenta como uma forma de superação das condições de subordinação dos excluídos. Contudo, ela pode sim, ser entendida mediante seus próprios limites, como a gestação de modelos paralelos à formação social do capitalismo, modelos que surgem questionando em parte a lógica do capital sem, todavia escapar dos moldes preconizados pelas relações de produção deste sistema (negociações, financiamentos, evocação do Estado).

É possível, a certa altura, afirmar que o nível de organização entre os sindicatos dos trabalhadores rurais envolvidos na criação da Cia. Agrícola Harmonia resultou no controle social sobre a produção da cana-de-açúcar, possibilitando, por sua vez, a ruptura, ainda que tênue, na ordem da monocultura açucareira. Ao observar tal cenário, a experiência em curso, em Catende, tem se mostrado desde 93 com a articulação dos sindicatos: um projeto que inspira uma possibilidade de mudança na Zona da Mata de Pernambuco e a resposta do sindicalismo à crise contemporânea no mundo do trabalho.

Tais considerações serão analisadas no capítulo seguinte à medida que apresentaremos a base empírica da pesquisa, onde buscamos compreender os efeitos da gestão compartilhada no cotidiano do sindicato de trabalhadores rurais de Catende. A análise se debruçará sobre as possibilidades de superação do assistencialismo sindical através da construção de uma experiência co-gerida para uma autogestão na Usina Catende.

CAPÍTULO IV

4 O sindicalismo rural na microrregião da Mata Meridional Pernambucana

4.1 Catolicismo e consciência de classe na formação das lideranças nos anos 80

Os elementos para entendimento do sindicalismo rural na região da Zona da Mata Meridional pernambucana passam pela compreensão do papel da Igreja Católica, através de suas diversas pastorais orientadas pela Teologia da Libertação e da ação de alguns movimentos que deram sustentação à luta política e à formação dos sindicalistas sob uma perspectiva mais combativa, como fora a atuação do CEAS Rural e do CENTRU. Todavia, no entrecruzamento de forças, a atuação dos agentes pastorais foi o que mais se destacou neste processo.

Para Novaes (1997, p. 2001):

Se é verdade que, para pensar as formas de organização política e sindical dos anos 80, não podemos deixar de nos remeter às lutas dos anos 60 e ao sindicalismo que sobreviveu ao golpe militar, não podemos também deixar de perceber a especificidade deste momento em que a linguagem e as práticas religiosas forneceram o contorno das ações políticas.

Para alguns sindicalistas, as ações de movimentos sociais não diretamente ligados ao catolicismo pareciam mais efetivos quando os limites da atuação da Igreja se mostravam presentes, fazendo com que determinados grupos se ordenassem em torno de ações mais extremadas que propriamente a ação grevista. Um outro aspecto a ser considerado nas análises da especificidade do sindicalismo rural na zona da Mata Meridional é a característica

assalariada de seus associados. Tal consideração é extremamente importante se observarmos que as demandas postas aos STRs onde a base sindical é formada por este tipo de trabalhador diferenciam-se daqueles onde sua base possa ser efetivamente sustentada pelo pequeno produtor, ou mesmo o aposentado, como é uma tendência a ser observada.

Coincidentemente os sindicatos da região tiveram suas cartas de reconhecimento fornecidas entre o período de 1962 a 1964, momento de retração das Ligas Camponesas ocasionada pela perseguição do regime militar, com exceção dos sindicatos de Xexéu (fundado em 13.12.1999) e Jaqueira (fundado em 27.10.1996) que surgiram ocasionados pela emancipação política destas cidades, o primeiro desmembrando-se de Água Preta e o segundo de Maraial.

Por outro lado, a lembrança das ações das ligas ainda repercute sobre a memória de alguns trabalhadores ao avaliarem o movimento sindical de sua região e considerarem o espontaneísmo das massas, no que se refere ao pagamento da taxa de associado às ligas Camponesas. A comparação dos dois momentos é quase inevitável para o trabalhador quando considera as dificuldades financeiras dos sindicatos. É como se expressou o senhor Manoel da Silva, 67 anos:

Nóis saía de Maraial pra pagar a liga em Xexéu (Água Preta), a gente pagava por mês, tinha gente que saía do Cabo pra pagar a liga por essas bandas, num tinha juiz a favor de trabalhador era a liga que lutava por nós. Pru que a liga tava lá com o trabaiaador, a contribuição num era descontada por patrão nenhum, por isso que a liga num comia na mão do patrão. É isso que eu digo prus menimos aqui da direção, tem que fazer um trabalho de base, de conscientizar o trabaiaador ai ele vem pru sindicato mai, o sindicato num fai isso.

As origens de um sindicalismo combativo na zona da Mata Meridional de Pernambuco se deu nos anos 80 com a presença de um corpo de militantes da Pastoral da Terra através da arregimentação de trabalhadores rurais nos engenhos. Tal experiência foi comum à formação das lideranças sindicais que estão hoje à frente dos sindicatos de trabalhadores rurais nos

municípios de Água Preta, Catende, Xexéu, Maraial, Jaqueira e Palmares. Os depoimentos demonstram o quanto foi importante a presença desta pastoral, no sentido de despertar a consciência dos trabalhadores sobre os seus direitos, algo que passa ao largo das ações dos sindicatos em períodos anteriores a este momento por estarem voltados para ações de cunho assistencialistas e dirigidos por pelegos.

Dessa forma, são citados vários nomes de padres e leigos que influenciaram na mudança ideológica dos sindicatos, como os padres: Artur, Joseni, Joãozinho, Gusmão, e vários agentes de pastoral, como foi o caso de Arnaldo Liberato, Gileno (CPT). As ações das pastorais da Igreja (Pastoral da Terra e ACR) estavam voltadas para as estratégias de formação de lideranças políticas para o movimento de trabalhadores rurais na década de 80 como forma de promover a substituição do quadro de diretores sob influência dos latifundiários (senhores de engenho e usineiros). Essa formação consistia em encontros para leitura do evangelho nos engenhos sob uma perspectiva libertária e se fortalecia nos estudos sobre a realidade social dos trabalhadores nos espaços para encontros ampliados, favorecidos pelos locais disponibilizados pela diocese de Palmares.

O processo de tomada dos sindicatos dos pelegos se deu pela estratégia eleitoral que, nas primeiras tentativas, como ocorreu no caso do sindicato de Maraial, não resultou de maneira muito positiva na substituição da diretoria. Todavia, a mudança das ações sindicais já se dava pela pressão das oposições dentro dos próprios sindicatos, através do processo de luta que as diretorias eram obrigadas a apoiar, porque as oposições haviam encabeçado. Para se compreender melhor isso, o depoimento de um sindicalista vem elucidar a questão.

Na verdade a gente tinha muito momento de reflexão... é... onde se traçava a metodologia da gente, o quê que o sindicato representava, qual a nossa formação, o que a gente tava querendo? ai mermo antes da gente ser direção do sindicato a gente já tinha um papel importante porque influenciava nas questões das decisões das campanhas salariais. Ai as oposições daqui eram fortes que às vezes tinha um papel mais importante que as diretorias dos sindicatos. Tinham greve, tinha mobilização ai a oposição partia na frente, as diretorias num ia as oposições era que fazia. Então foi um processo que foi habilitando né, num foi aquela questão de discutir: não, eu quero

tomar o sindicato. Num era isso, era você querer dá uma nova versão da luta dos trabalhadores, mas já participando. Num é aquela coisa de vamumtar para depois fazer, você já ia praticando (M.A.S, 45 anos).

O “novo sindicalismo” na região é resultado das ações desenvolvidas por grupos da Igreja, ações essas que se pautaram por iniciativas conjuntas frente aos trabalhadores rurais, voltadas à redefinição da orientação política do sindicalismo rural. A homogeneidade das ações se repercutiu nos resultados obtidos, a começar pelo STR de Maraial ao substituir uma diretoria que já estava há 18 anos no poder.

O processo desencadeado em Maraial se repetiu nos sindicatos de Palmares, Água Preta, Joaquim Nabuco, Quipapá, São Benedito do Sul e Belém de Maria. A exceção neste processo se fez em relação ao sindicato de Catende, que segundo os depoimentos, se mantém no poder há quase trinta anos. As diversas tentativas de substituir a diretoria deste sindicato não surtiram efeitos e os próprios articuladores do movimento de oposição na região reconhecem que se acomodaram à medida que o movimento já havia se tornado hegemônico.

Um dos casos mais complicados de substituição de diretoria sindical através de eleições foi o caso do sindicato de Água Preta, por ter envolvido mortes de funcionários do próprio sindicato em questão, a mando do presidente do sindicato, no início da década de noventa. Esse é um dos fatos que mais chama atenção nesse processo, uma vez que os casos de mortes relatados não deixam de ser poucos. Outro aspecto relacionado à luta sindical naquela cidade refere-se ao interesse político, inclusive recente, de retomada do sindicato pelos usineiros e políticos da região, como merece registro este depoimento do presidente do sindicato:

[...] o prefeito atual botou toda sua equipe de vereador, de cargo de confiança, pegou dinheiro de fornecedor de cana, de usineiro, botou uma equipe de pessoal pra fazer campanhas nos engenhos, liberou uma equipe de pessoas, pagando a semana e no dia da eleição deu a alguns vereadores camisa e boné pra fazer boca de urna e conseguimos ainda ganhar as eleições com 284 votos de diferença (N.V.F., 43 anos).

A explicação para tamanha credibilidade é dada ainda pelo mesmo entrevistado ao explicar a superação da prática assistencialista no sindicato na cidade.

O que tem nos referendado de fato é o trabalho de base, de certa forma também a conscientização porque o assistencialismo não é nem hoje nem amanhã. Você dá agora e num dá amanhã, uma pessoa vai dá e acabou-se. Assistencialismo não favorece ninguém! (N.V.F, 43 anos).

Assim, o desenvolvimento da ação das pastorais possibilitou a formação de um quadro de militantes para o sindicalismo rural, que, ao confrontar-se com antigas práticas que evocavam o peleguismo, o sindicalismo de “patrão” ou o assistencialismo, favoreceu um redirecionamento da política sindical na região. Substituídas as antigas diretorias os sindicatos organizaram-se em torno de uma pauta de reivindicação comum centrada nos aspectos da fiscalização do trabalho nos engenhos, mobilização dos trabalhadores, o problema do desemprego, condições de vida e as questões mais conjunturais da zona da mata, como é o caso do latifúndio.

Ação estratégia de ação comum se delineou pela compreensão de que a base territorial de uma determinada usina não se condiciona apenas aos limites territoriais d um único município. Considerando essa particularidade da produção canavieira é que se buscou fortalecer a lutas dos sindicatos em ações de coordenação conjunta, o que determinou que, na posterior falência da Usina Catende, a retomada do processo pelos trabalhadores.

Foi comum a compreensão pelos sindicalistas e por vários trabalhadores rurais que a função do sindicato perdera sua dimensão assistencialista e se encontra mais situada em função da ação reivindicativa e fiscalizadora do trabalho. Essa postura, mesmo que não representando um avanço substancial do sindicalismo, por mantê-lo na esfera das questões imediatas, sugere uma mudança no foco de atuação dos sindicatos da zona da Mata Meridional, ao distanciar-se do enfoque médico-odontológico que os caracterizou por muito tempo.

Todavia, percebeu-se que o discurso sobre o assistencialismo em alguns sindicatos está ainda presente, mesmo a entidade não oferecendo serviços assistenciais aos seus associados. Nesse sentido, a assistência não está presente nas ações de alguns sindicatos por questões de cunho financeiro e não ideológicas, como foi observado nos depoimentos de funcionários e diretores. A forma como isso está explicitado na fala dos trabalhadores envolvidos no dia-a-dia da entidade põe em questão se as práticas assistencialistas foram verdadeiramente superadas ou se a essas ações foram incorporadas às estratégias de luta mais reivindicativas que possibilitaram ganhos aos trabalhadores rurais e transformaram o perfil da assistência.

O perigo do assistencialismo para Freire (2002, p. 65) está na violência do antidiálogo que ele impõe ao homem: mutismo e passividade. Por outro lado, o assistencialismo conduz este homem à condição de passividade, sendo que a capacidade de propor soluções contradiz sua vocação humana de ser sujeito social.

Ao visitarmos aos sindicatos de trabalhadores rurais, observamos a ausência de locais nas sedes desses sindicatos para o atendimento médico-odontológico, com exceção dos sindicatos de Palmares, que mantêm um convênio junto à prefeitura, em que esta cede o profissional (médico e dentista) e o sindicato, em contrapartida, espaço físico. Mesmo alguns sindicatos, como o de Jaqueira resistindo à prática de disponibilizar serviços médicos-odontológicos para seus associados, ficou evidente na rotina desse sindicato a liberação de receitas para os trabalhadores e transporte para socorrer doentes.

A resposta a tal prática foi, por diversas vezes, justificada pela diretoria considerando a situação de pobreza na qual a região vive inserida e afirma que tais ações não são o foco da orientação política daquela direção, ao reconhecer que é dever do poder público viabilizar a resolução das questões pertinentes à saúde do trabalhador do campo. Em seus discursos, os diretores reconhecem, inclusive, que na ditadura militar através do FUNRURAL estes

serviços podiam ser oferecidos, uma vez que o sindicato, ao tornar-se um “amaciador” de conflitos, tornou-se também um órgão do Estado destinado a este fim, ao assistencialismo.

Enquanto a interferência da Igreja Católica através das suas pastorais, orientadas pela Teologia da Libertação, provocou a mudança de orientação da prática sindical por meio da formação de novos quadros para o movimento de trabalhadores rurais da área em estudo, é certo que até a chegada dos anos 90 esta interferência havia se consolidado por meio das eleições sindicais e substituição das diretorias pelegas. Contudo, considerando, como já apresentado, que apenas no sindicato de Catende não houve essa mudança política, observa-se que após o final dos anos 90 ocorre um retrocesso na orientação política do sindicato de Palmares. O que chama atenção nesse caso é que não houve uma mudança no quadro de diretores, mas um reordenamento na perspectiva de atuação dele, que começa apoiar representantes políticos da classe patronal na região.

Esse novo elemento vem redefinir a configuração de força entre esses sindicalistas e tornar-se mais um obstáculo à busca da autogestão pelos trabalhadores na Usina Catende, pois começa a se romper um elemento que favoreceu a articulação desses trabalhadores para impedir a dilapidação do patrimônio, ou seja, a unidade na luta. Tal unidade foi importante no momento em que, a partir de 93, a usina, na gestão anterior, demitiu 2.300 trabalhadores, promoveu a destruição de sítios e ameaçou a retomada das casas. Foi aí que a articulação desses sindicatos conseguiu retomar o processo de falência e constituir uma nova empresa (Cia. Agrícola HARMONIA) que administrará após a conclusão da falência o que sobrou de Catende. Essa condução do processo só foi possível pela história comum que esses sindicatos vivenciaram através da formação junto às pastorais da Igreja.

4.2 O sindicalismo e os desafios da autogestão

A constituição de uma empresa administrada por trabalhadores gravita na órbita de vários desafios. Talvez o principal deles esteja na necessidade de mudança de percepção do papel do trabalhador dentro de uma nova condição que se materializa sob seus olhos, condição esta que implica numa participação ativa nos processos decisórios sobre os encaminhamentos necessários ao bom andamento do empreendimento.

Por sua vez, para que haja a consolidação dessa participação, impõe-se como elemento essencial a formação de uma cultura que favoreça a construção de espaços representativos dos diversos interesses envolvidos com o objetivo de que se possa, no processo de gestão, contemplar as necessidades demandadas pelo grupo e não pelo indivíduo. A participação de que argüimos aqui não diz respeito a uma participação concedida, mas fundamentalmente aquela em que o indivíduo torna-se sujeito, não apenas porque é representado, mas também porque representa. Por outro lado, diferentemente do consentimento, tal participação é conquista. Desse modo, autogestão implica em que o indivíduo tome para si a satisfação das necessidades dos outros e que os demais indivíduos que formam o grupo possam também tomar para eles a satisfação das necessidades do indivíduo.

Mesmo sendo um discurso presente nos movimentos sociais, a conquista da participação tem se operacionalizado de diversas formas, seja ela através da democracia participativa, do controle operário e, em sua forma mais estrutural, sobre aspectos da autogestão. Os dois primeiros têm sido subvertidos na experiência capitalista a formas fragmentárias de participação, implicando numa atitude em que o consentimento da vontade do trabalhador está submetida à razão do capital. Nesse sentido, a participação aqui implica exclusivamente na concentração de esforços para produção, melhoria e distribuição de um dado produto.

Num outro enfoque, o envolvimento dos indivíduos nas decisões sobre a melhoria de sua própria condição de existência estaria voltada para a satisfação de suas necessidades, com vistas a superar as condições que determinam as situações de assistencialismo como forma de carência e ajuda. Dessa maneira, uma participação autêntica estaria voltada também para a superação daquilo que Demo (2001) aponta como o vício fundamental do *assistencialismo*, que seria a motivação no pobre de um elo de dependência para com o doador.

Romper com tal paradigma implica num outro desafio: a determinação de uma experiência que busca na autogestão transformar as condições sócio-econômicas daqueles envolvidos no empreendimento. Isso porque o contexto de exploração ao qual o trabalhador do campo está condicionado tem se perpetuado sob uma experiência em que ele sempre esteve submetido a receber ordens e nunca opinar sobre questões de trabalho e de sua vida. O mecanismo atenuador dessa situação sempre foi a “dádiva” como estratégia de manutenção do domínio sobre o assistido, uma forma de controle social que impede o desenvolvimento da autonomia dos trabalhadores porque não concebe o direito, mas a esmola.

Para ilustrar esse aspecto das condições às quais o trabalhador rural vive submetido e o que ocorre com ele através da educação, destacamos o depoimento de um líder sindical ao ser indagado sobre o desafio de organizar os jovens trabalhadores rurais:

O trabalhador que nasceu e se criou no engenho que só ouviu mandar o pai, a autoridade maior, a mãe, depois o administrador, depois um cabo, que é do engenho tem uma formação que é de receber orientação, mas quando ele começa a ser formado, se alfabetiza, e faz cum que os conhecimentos seja maior, ele consegue se libertar, não de ser mandado, porque acho que qualquer empregado tem que receber orde. Mas é que às vezes ele consegue se expressar melhor e ser mais respeitado pelo administrador pelo cabo, porque eles sabe a quem tá cobrando (N.V.F, 43 anos).

Se o momento atual tem imposto ao sindicalismo respostas as questões não apenas relacionadas aos aspectos puramente salariais, em Catende o sindicalismo rural tem se debruçado sobre o desafio de assumir a responsabilidade da gestão de uma empresa sob os auspícios de conduzi-la de forma autogerida, ou seja, porque os sindicatos estão na gestão da

empresa, são levados a incorporar temas que são tipicamente de empresas, e têm que levar tal discussão adiante. Um empecilho no desenvolvimento dessa proposta está justamente na questão da rotatividade de cargos e na possibilidade de reorientação política das direções dos sindicatos por grupos que não apõem o projeto, utilizando-se das estratégias eleitorais realizadas pelas pastorais em momentos anteriores, ou mesmo, minando o projeto através de movimento grevistas que envolvem sobretudo alguns trabalhadores safristas do campo e da indústria. Essa realidade já tem sido confirmada pela insatisfação de três sindicatos no processo de coordenação da empresa, são eles: Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Catende e Palmares que promoveram ações conjuntas de paralisação do parque industrial em dezembro de 2003 (22 a 30), causando prejuízos financeiros de R\$ 1,5 milhão (Diário de Pernambuco, 29/12/2003).

Sobre essa insatisfação verificamos que, nos discursos dos sindicalistas de Catende e Palmares, ocorre um certo paradoxo. À medida que eles verificam uma melhoria nas condições de vida dos trabalhadores, uma vez que a empresa tem possibilitado a esses trabalhadores a utilização da terra para o plantio de culturas de subsistência por meio da diversificação de culturas, o desenvolvimento da pequena pecuária e piscicultura, da produção de cana através do projeto “cana de morador” (que tem possibilitado a ele ser também fornecedor de cana para a usina), fazendo com que o trabalhador possa reproduzir-se além da sua condição de assalariado, essas lideranças têm se posicionado contra os atrasos de salários, afirmando que o trabalhador vive em situação pior que a do tempo dos usineiros.

A concepção sobre a especificidade da experiência de gestão da empresa pelos sindicalistas desenvolve-se assim sem uma unidade sobre o papel do trabalhador e do sindicato em relação à identidade dessas categorias dentro dessa nova realidade. Esse é um elemento a considerar quando interesses tão complexos estão em jogo, como o pode ser a

necessidade de se manter os postos de trabalho ou mesmo de se ter os valores das indenizações trabalhistas sendo pagas ao trabalhador e não reinvestido no negócio.

Ferraz (2002, p. 05) discutindo Oda (2000) apresenta que este autor tem evidenciado uma multiplicidade de papéis e interesses a serem considerados nas experiências autogestionárias: “Trabalhador, empreendedor, ‘patrão de si mesmo’ e dos trabalhadores assalariados”. Ferraz continua identificando outros autores, como Quijano (1998), que tem discutido a identidade de empreendedor entre trabalhadores. Considerando tais autores, Ferraz conclui que a concepção de empresa gerida e trabalho se fundem:

Uma identidade que não diferencia empresa e trabalho, isto é, ser empresário é ser empreendedor, ter iniciativa, capacidade de trabalho organizado e persistente, estes são elementos de uma ética social que faz do esforço e da iniciativa, os elementos do destino dos indivíduos, grupos sociais, da sociedade. Uma ideologia a ser compreendida (FERRAZ, 2002, p. 05).

Em Catende um dos instrumentos que vem facilitando a desconstrução de estigmas é a ressignificação dos espaços de maneira que venham facilitar ao trabalhador o acesso a locais que antes eram vistos como símbolo da dominação e submissão destes, de forma que a organização desses espaços reforçava o poder disciplinar, possibilitando a vigilância hierárquica, a visibilidade dos movimentos e a fala dos funcionários (SIGNINI, 1998, p. 121). Essa ressignificação é possível graças à utilização que é dada hoje a estes locais, como são exemplos a casa grande da usina, seu chalé, que hoje serve de centro de formação dos trabalhadores e demais casas grandes dos engenhos que são utilizados por vários trabalhadores.

Esta ação de resignificação dos espaços na usina é uma estratégia utilizada para trazer o trabalhador à participação, uma vez que ele começa a perceber aquele espaço não pelo sentido de repulsão e exploração de seu trabalho, como historicamente aconteceu. O depoimento de um dos sindicalistas alega esta constatação:

P: Em Catende o trabalhador é também patrão, fornecedor, pequeno agricultor, como está sendo trabalhar com isso, é meio confuso não é?

R: É, complexo né, mas ai você vai tirando algumas linhas né, da participação, da inclusão do trabalhador nesse processo pelo acesso a moradia, no processo judicial, mas eles estão se habilitando, realmente muitos não acreditaram mas é aquela coisa, a partir de uma casa grande que você tem e transformou num centro de formação ai muitos entram ai diz : mai rapai agente conhecia isso aqui do portão pra fora. Hoje a gente tá tendo a oportunidade de tá vindo aqui pra dentro discutir os problema da gente. Então isso vai dando uma certa modificada e credibilidade, né? Então isso tem sido interessante.

Por outro lado, a indicação de que a problemática da relação entre gestão e trabalho está presente na experiência de Catende pode ser contemplada no depoimento do presidente em exercício do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Palmares:

Em Catende jogaru aquela piada, que é como se diz a história, que Catende é do trabalhador, eu nunca vi trabalhador com usina. E tá ai a situação o trabalhador trabalhando sem receber e agora mesmo me esperando pra pedir dois reais pra comprar uma bolsa de leite.[...] e ai vem com aquela história que Catende é do trabalhador. O trabalhador num tem é nada (J.A., 49 anos).

Tal afirmação tem desconsiderado que, na atual experiência do sindicalismo que compõe a gestão da Usina Catende, o sindicalismo rural não está sendo chamado a discutir simplesmente apenas as questões salariais e trabalhistas, ele está sendo chamado a discutir o gerenciamento do capital da empresa, a gestão de pessoas a partir das particularidades do dia-a-dia de uma empresa, considerando a especificidade de que esta empresa será gerida futuramente por um corpo de associados com 2.500 trabalhadores (entre demitidos, na ativa, do campo e da indústria).

Outro depoimento destoante ao projeto de gestão da empresa pelos trabalhadores é o do também presidente, em exercício do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Catende, para o qual, o sindicato tem que defender o direito do trabalhador.

Eu vou dizer a situação do trabalhador por uma parte é boa, porque ele pranta nas terra de Catende, cria gado agora que, sobre a parte do salário a situação tá difici e ai nois sai em defesa do trabaiaador pra exige que a usina pague o salário.

A experiência de gestão da empresa tem indicado que a essa pauta de novas demandas que estão sendo postas ao sindicalismo a gestão das empresas por trabalhadores decorrentes de processos de falência tem sido uma realidade. A exemplo, o caso Catende tem sido a resposta dos sindicatos frente a forma com a qual o espaço canavieiro vem sendo transformado a partir da transferência de unidades produtivas para outras regiões do país ou do fechamento destas unidades na região açucareira de Pernambuco. Uma resposta ao problema do desemprego nas quais os trabalhadores rurais se vêm inseridos, mas, sobretudo “ao começarem a revelar-se capazes de administrar sistemas produtivos, os trabalhadores mostram-se, portanto, competentes também para orientar e conduzir as suas próprias lutas”(BERNARDO, 1997, p.124).

4.3 A retração da reforma agrária como estratégia política do sindicalismo rural e foco para a agricultura familiar

O atual cenário da questão agrária na zona da Mata Meridional de Pernambuco sinaliza para um processo de menor intervenção da ação sindical para o problema da concentração fundiária e de sua respectiva resolução se considerarmos que no passado a ação do movimento de trabalhadores rurais teve a reforma agrária como uma de suas principais bandeiras. Ainda que nas pautas de reivindicações e lutas do sindicalismo esse ponto continue sendo objeto do discurso, ele não foi evidenciado nas entrevistas como um foco de luta dos sindicatos em questão.

Essa luta tem sido refletida e canalizada para os aspectos legais nas quais o movimento sindical tem buscado se respaldar para equacionar a problemática da produção de alimentos, sem tocar, todavia, no cerne da questão, que é a posse da terra por um pequeno grupo de indivíduos. Considerando que, mesmo num momento em que muitas usinas falecem as suas

terras tendem a manter-se concentradas porque são arrendadas a outros grupos ou mesmo vendidas sem que se realize a sua desapropriação para fins de reforma agrária, mesmo quando estas empresas deixam de pagar as rescisões contratuais aos trabalhadores.

A respeito das estratégias utilizadas pelo sindicalismo a fim de equacionar o problema, verificamos que o foco de luta tem se desenvolvido no plano de intervenção das políticas públicas ao buscar o fortalecimento da agricultura familiar através da atuação desses sindicatos junto aos Conselhos de Desenvolvimento Municipal. A idéia ganhou força a partir de 1996 com a criação do fórum denominado de: Articulação de Entidades da Mata Sul, formado por diversas associações, ONGs e pelo movimento sindical com o objetivo de discutir, propor e intervir nas políticas públicas para a região, principalmente a partir de programas como o PROMATA, PRORENDIA e o PRONAF. A centralidade destas ações que tem orientado o sindicalismo se visualizam no depoimento abaixo:

Olhe, pra o futuro do sindicalismo a gente tem que se dedicar muito. O sindicato vai ter que atuar bastante pra mudar a compreensão dos seus dirigentes em tá atuando nas diversas áreas hoje, não são só focá as questões de assalariados, que era o grande foque de atuação. Isso tem perdido a cada ano a consistência apesar de que você ter que fazer essa luta, mesmo num número menor, mas tem. Mas é discutir principalmente a questão. Eu acho qui interagir nessa questão da reforma agrária, dando ainda uma melhorada numa forma que hoje da forma que tá é muito precária, num é? Uma atuação muito forte que eu acho que pode modificar essa atuação da agricultura familiar é o sindicato tá envolvido realmente na questão das políticas públicas, é um benefício que pode interagir não só para o melhoramento da classe trabalhadora, mas de uma forma mais geral. Essa questão dos aposentados que é questão importante que tão lutando muito, são coisas que na verdade dão uma nova ropagem, uma nova cara pro sindicalismo (M. S. S. A., 45 anos).

Malagodi (2004, p. 165), ao avaliar a atuação do sindicalismo rural na atualidade, tem indicado que houve, por parte de algumas diretorias de sindicatos, uma evolução no que diz respeito à prática assistencialista. O pesquisador discute que esses sindicatos têm dirigido suas ações para uma proposta bem mais ampla e mais presente na vida das cidades rurais. Para Malagodi (2004, p. 166), portanto:

Enquanto umas estão intensamente empenhadas em buscar políticas públicas para a sua base, em atuar nos conselhos municipais, em organizar eventos de toda natureza, outras diretorias não fazem mais do que atestem sua condição de trabalhador rural, permitindo assim o encaminhamento dos pedidos de aposentadoria.

Convém refletir, por outro lado, que, consideradas as dificuldades de enfrentamento da questão agrária na região canavieira, o sindicalismo rural tem, por meio da luta para viabilizar os recursos do PRONAF, reforçado uma tendência histórica do movimento com o final das Ligas Camponesas, ou seja, à medida que o sindicalismo busca atuar sobre as rédeas da legalidade, ele também tende a servir como um atenuador no conflito capital x trabalho no campo. Isso ocorre devido às várias orientações das diretorias sindicais em que o sindicato pode aparecer numa situação de enfrentamento com as autoridades municipais (prefeitos e secretários), como também pode aparecer como seu parceiro. É o que verifica Malagodi (2004, p.167):

Deste modo, pode-se afirmar que este novo momento vivido pelo sindicato tem situado suas ações no nível municipal, dando-lhe assim um novo papel, o de relacionar-se como parceiro das prefeituras, tendo desta forma que redefinir a sua relação com o poder local.

Assim, a reforma agrária enquanto foco de atuação do sindicato tem se esvaziado como uma bandeira de luta do movimento de trabalhadores rurais na região estudada. Essa tem sido, todavia, uma estratégia de atuação mais específica da FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco, como são exemplo as ocupações de terras promovidas pela federação nos últimos anos e que tendem a ser confundidos pela população local como uma ação do MST – Movimento de Trabalhadores Sem Terra, que já se envolveu em vários conflitos com a FETAPE por ter realizado acampamentos em torno das terras da Usina Catende (1995, 1998 e 2003).

Mesmo na ocorrência do esvaziamento da luta da terra pelos sindicatos, observa-se em seus discursos a necessidade de uma política de reforma agrária mais consistente. É na

impossibilidade dessa política que eles têm se direcionado à efetividade dos projetos de agricultura familiar. Dentro desse processo, verificou-se nos depoimentos de todos os sindicalistas a potencialidade para os sindicatos de organizar os pequenos agricultores por via dessa prestação de serviço, uma vez que as verbas destinadas ao financiamento desses agricultores pelo PRONAF se dão através das chamadas cartas de aptidão disponibilizadas pelos STRs a esses agricultores. Resta saber se novamente os sindicatos rurais não estão sendo utilizados como órgãos do Estado através dessas políticas, observando que no passado o FUNRURAL foi um instrumento utilizado com tais fins.

Embora a discussão sobre a reforma agrária tenha se distanciado da luta mais efetiva dos sindicatos da região, um aspecto desta problemática ficou bem claro nas respostas dadas à questão por todos os entrevistados: a reforma agrária já acontece em Catende. A referência à organização proposta pelo colegiado na usina, possibilitando aos trabalhadores o acesso uma fração de terra para fins de produção de culturas de subsistência, tem sido apontada como um fator de redução da fome e estratégia de diversificação da produção dentro da empresa.

Tal estratégia, e os resultados dela provenientes têm sido o indicador para a defesa de que a reforma agrária em Catende já é uma realidade, uma reforma agrária diferenciada, considerando que os trabalhadores que nela residem têm o acesso à terra para produzir os gêneros necessários a sua sobrevivência, aspecto que tem favorecido a reprodução social desses indivíduos, principalmente nos períodos de entressafra ou mesmo nos momento de dificuldades econômicas da empresa. O depoimento abaixo ilustra tal proposição:

Eu sou favorável hoje a reforma agrária, menos em Catende, porque Catende hoje tem mais de quatro mil pessoa que vive do campo dela, se dividir estas terras hoje para os trabalhadores não sobra dois hectares pra cada um. E com dois hectare ninguém sobrevive.[...] a reforma agrária já existe em Catende, de uma forma diferenciada de outros assentamentos, certo. [...] A reforma agrária em Catende eu acho que é uma das maiores que existe no estado e tem mais uma coisa eu não conheço nenhuma reforma agrária de qualquer movimento ai que tenha participação maior do que na Usina Catende. Agora é claro, uma reforma agrária diferenciada onde a produção maior deles é cana, por que? Enxiste a indústria que pra eles vender é muito mais fácil. Eles pode vender em Pumaty (usina), pode vender em Catende, pode vende em Treze de Maio (usina), pode vender em São Luiz (usina), pode vender em Santo André (usina). Então o que ele pranta sabe a quem vender, é diferente de prantar a macaxeira que ele

pode trazer aqui pra cidade, botar na feira pra vender [...] ou não vender. Tê preço ou não tê. e a cana-de-açúcar ela tem um preço e tem uma renda certa (J. J. P., 58 anos).

A defesa da reforma agrária, a partir da coletivização da propriedade da terra em Catende, indicou um limite à ação sindical na região. A forma pela qual a luta externa pela bandeira da reforma agrária em terras que não pertencem à usina cessou aponta para uma perspectiva de atuação do sindicalismo muito mais voltada às questões fenomênicas sem questionar a forma histórica com a qual a terra tem sido utilizada no Brasil.

Dessa maneira, voltada para um legalismo, a reforma agrária se vê inviabilizada pelo discurso da produtividade agrária e não confrontada, para que haja sua viabilidade, pela desigual distribuição de terras no país pelos latifúndios apoiados nas monoculturas e pecuárias extensivas que tem ocasionado a perpetuação das miseráveis condições de vida de trabalhadores rurais e de pequenos agricultores em vias de extinção.

Seria essa a visão de esvaziamento da luta pela terra que um dos sindicalistas, quando discursando sobre o tema, profere: *“É que aqui na terra da gente (Xexéu) são tudo usineiro e a terra é produtiva. A terra já tá produzino”*. Essa constatação nos indicou os limites da prática sindical desses sindicatos ao se apoiarem apenas nos elementos formais o quais o direito a propriedade está revestido. Não se questiona assim a base de reprodução das desigualdades, mas se conforma-a a ela.

4.4 Os reflexos da autogestão nas ações sindicais

Ao buscar compreender de que maneira a experiência de autogestão em Catende tem interferido nas ações desses sindicatos para além dos limites de gestão da própria usina, ou seja, os reflexos da autogestão em outras realidades onde a regra do jogo não seja determinada por um processo participativo e democrático, vislumbraremos mais uma vez na análise o

caráter extremamente politizador desempenhado pelas pastorais e seus agentes como um fator de intervenção que direcionou os sindicatos a uma mudança de postura frente aos traços da assistência.

Nesse sentido, a pesquisa possibilitou compreender que a “superação” do assistencialismo e do enfoque do sindicato enquanto aparelho de manipulação ideológico da classe trabalhadora pôde ser reconduzido quando as novas lideranças sindicais foram formadas e começaram no final da década de 80 a substituir as antigas diretorias que tinham seu projeto político manipulado pelas orientações patronais. Isso evidenciou que a experiência de autogestão na usina é consequência desse novo patamar de envolvimento das lideranças sindicais frente à defesa dos trabalhadores no trato da fiscalização das atividades nos engenhos, na melhoria das condições de trabalhador, na sua formação e organização política.

Percebeu-se no processo de pesquisa que, ao considerarmos a autogestão como fator de superação do assistencialismo, o elemento da influência do catolicismo se desvelou sobre nossos olhos como preponderante para entender como as estratégias de ação sindical se modificaram. Isso porque, mesmo a atuação desses agentes tendo se enfraquecido ou ainda se esgotado na região, alguns membros dessas pastorais e militantes de movimentos que formaram os atuais sindicalistas encontram-se hoje na direção do projeto Catende/Harmonia prestando assessoria ou coordenando algum projeto.

Portanto, o que vem promover a “superação” das ações de cunho assistencialista é verdadeiramente a atuação da Igreja através de seus agentes pastorais. Todavia, como já vimos afirmando, a prática de assistência deixa de ser desenvolvida pelos sindicatos precisamente porque as atuais condições financeiras não o permitem. Porém, a existência ainda de tal prática dentro destes sindicatos tem sido justificada pela falta de perspectivas de vida nas quais as cidades da zona da mata se encontram inseridas, considerando a reestruturação produtiva pela qual a região vem passando.

Algo a considerar nessa constatação é que a intensidade de serviços prestados varia de sindicato para sindicato, o que sugere ser um indicador do grau de assistência. Contudo, o foco dado a este aspecto da ação sindical deve ser considerado quando avaliada a atuação mais geral da perspectiva de luta desses sindicatos e de como esses serviços têm contribuído para a permanência dos fatores chamados burocratizantes. Para citar um dos fatores temos a formação de um corpo de especialistas (auxiliar de enfermagem, contador, médico, dentista, secretárias, auxiliares de limpeza, escriturários, motoristas, etc). Esse foi, no entanto, um aspecto que se apresentou como insuficiente pelo fato do quadro de funcionários não ter se revelado incomum à unidade de pesquisa estudada.

Mesmo se observando que a constituição de um quadro de funcionário não chegou a caracterizar a ação assistencialista, neste caso, sobretudo pela ausência de especialista na área médico-odontológica e dos espaços dentro da entidade a eles reservados, chamou-nos a atenção o fato de alguns dos sindicatos liberaram um funcionário para os serviços de encaminhamento de aposentadorias e do envolvimento do presidente nesse processo, o que se evidenciou pelas muitas vezes em que o procuramos e sempre nos foi indicado o posto do INSS como uma referência para encontrá-lo.

Isso, porém, não determina que todos os sindicatos se orientem por tais ações, como já havíamos nos referido. Porque dada a história de cada um, as substituições das diretorias ocorreram no conjunto dos sindicatos pesquisados, com exceção de Catende que permaneceu sob uma postura considerada pelega e posteriormente pelo retrocesso ocasionado no sindicato de Palmares.

Consideradas essas peculiaridades, a experiência de autogestão dos trabalhadores tende, na realidade, não a provocar uma superação no assistencialismo quando observamos que tal enfoque das ações foi parcialmente superados com a substituição das diretorias pelegas através da ação evangelizadora da Igreja. A autogestão irá, sim, somar e acrescentar à

organização dos trabalhadores rurais aqui analisada formas de atuação nas diversas frentes de lutas mais consistentes pela base de informações que agora eles têm em mãos. Para se entender essa afirmação, a fala de um sindicalista é elucidativa: *“Pra gente é uma coisa nova, porque a gente só conhecia a usina da porta pra fora”*.

Assim, o debatido na mesa de negociação para resolução de conflitos entre trabalhadores e usineiros ou senhores de engenho ganha um reforço, porque o sindicato também conhece agora nuances das informações que deve considerar nesse processo de negociação.

Dentro da usina nois participamos de decisões, por exemplo, saber quanto vale um saco de açúcar, sabemos quanto rende por hectare o açúcar[...] é [...] sabemos quanto é um quilo de mel, tendo em vista este conhecimentos nos podemos discutir melhor com outras empresas com outros engenhos quando muitas vezes é colocado pra nois pelos usineiros que o açúcar, por exemplo, tá há tantos reais mais baixo. A gente fala que dificuldades existem mas quando a saca está a R\$ 40,00 o trabalhador num recebe um centavo a mais por isso. Num dão espaço pra o trabalhador nem plantar, às vezes a terra fica toda encapueirada, mas num deixam o trabalhador plantar. Quando a gente vai cobrar deles eles diz porque vocês não vão fazer isso lá em Catende. A gente diz que em Catende o trabalhador tem espaço para reclamar (H. M. S., 58 anos).

O conhecimento da administração da usina passa a ser assim um ponto de contestação do discurso do patronato das usinas e um aspecto distintivo para a compreensão dos limites postos entre a participação preconizada pelo controle operário e a co-gestão de empresa, quando elas ocorrem. Essa distinção é possível porque o acesso às informações sobre o sistema nevrálgico das empresas é um olimpo intocável pelos trabalhadores, mesmo quando a participação consentida pelo patrão ocorre, seja ela por meio da pressão exercida pelos trabalhadores (controle operário) ou mesmo pela ação permissiva (co-gestão).

A isso se impõe a questão, a saber: que informação sobre a vida das empresas o conhecimento co-gestionário cria se as bases de informações tendem a ser produzidas pelos empregadores? Uma vez que as informações essenciais não são dadas, é sobre uma decisão

desde já tomada que os eleitos devem se pronunciar. A consulta é uma formalidade de que não propicia um debate consistente (LOJKINE, 1999, p. 113).

Se, de um lado, a experiência em autogestão na qual os sindicatos estão participando tende, através do conhecimento sobre o dia-a-dia da empresa, a desnudar as causas pelas quais os modelos de gestão agrícola das usinas na região tendem a falir pela ingerência administrativa, pelos altos salários pagos a seus administradores, pela histórica dependência aos recursos estatais, por outro lado, ela tem também contribuído para que os laços de solidariedade entre esses sindicatos tendam a se ampliar. Isso foi possível de ser apreendido quando se observou que o “fazer” sindical não se limitava apenas às bases territoriais nas quais estes sindicatos estavam inseridos, criando assim uma rede de envolvimento que já havia se consolidado mesmo antes da criação da Cia. Agrícola Harmonia, para poder gerir posteriormente a Usina Catende. Agora essa rede de solidariedade se amplia, pois:

Hoje agente consegue atuar em áreas que não são da jurisdição do nosso sindicato, mas se o trabalhador rural é de Água Preta a gente vai até lá defender ele e isso só é possível porque a gente tá junto lá em Catende, porque a gente já tem uma história de luta juntos (N. V. F., 43 anos).

A evidência de que o sindicalismo em Catende tende a buscar respostas às questões que vem sendo postas a sua atuação, como a redução do quadro de filiados, a perspectiva de reestruturação produtiva da zona canavieira e suas repercussões por meio do fechamento ou deslocamentos de unidades fabris, a necessidades de diversificação econômica para geração de emprego e renda para as populações que residem nestas áreas, tem se constatado pelo forte discurso de que o sindicalismo rural não é mais o mesmo e de que hoje é obrigado a lutar com os desempregados e a ter capacidade de formular políticas para dar oportunidade a essa massa de excluídos.

No entanto, mesmo encarado como uma nova perspectiva de atuação das ações sindicais pelo leque de atividades nas quais os sindicalistas têm de estar envolvidos, os

desafios tendem a ser grandes, porque, se hoje estes sindicatos são chamados a intervir de forma prepositiva nas políticas públicas, esta é uma atividade que toma conta cada vez mais do tempo desses sindicalistas. À variedade de conselhos nas quais esses sindicatos têm participação (educação, saúde, desenvolvimento) se impõe o desafio de que aqueles que têm uma atuação mais combativa são muitas vezes uma voz sozinha. Essa dificuldade se manifesta pela gestão municipal que tende a controlar esses conselhos.

A atuação dentro deste tipo de conselho é mais presente nos sindicatos pesquisados justamente pela ação cognata na Usina Catende frente ao desenvolvimento dos projetos de agricultura familiar. Dentro da visão de que o sindicalismo precisa responder às questões do desemprego é que se justifica a manutenção da usina pelos sindicatos pela necessidade de manter empregos e enquanto oportunidade de gerar novos postos de trabalho, mesmo sendo uma unidade de produção de cana-de-açúcar.

De outro modo, a gestão em Catende tem contribuído para fomentar a necessidade de participação do trabalhador, mesmo que dentro de espaços organizacionais já constituídos como é a própria empresa. Isso se dá por meio das prestações de contas às associações de moradores dos engenhos e sindicatos através de fóruns realizados nos finais de safra, onde as próprias associações e sindicatos têm acesso aos relatórios de prestação de contas para análise. Tal experiência, segundo os sindicatos envolvidos, tem contribuído para modificar a compreensão dos trabalhadores dentro do processo de participação e dos próprios sindicatos por serem questionados sobre sua prática para além dos limites desta gestão.

Tendo em vista que o fazer autogestionário tem levado os sindicatos, pelo menos os de orientação mais combativa, a repensar e ampliar sua prática, voltando-se não só para aqueles trabalhadores que continuam inseridos na realidade do trabalho assalariado, mas também com especial preocupação aos “desfilados” do estatuto de trabalhador e que por isso vivem às margens do sistema produtivo enquanto exército de reserva, que esta nova tarefa (a

de gerir empresa) tem contribuído para que o sindicalismo rural, mesmo não superando totalmente os aspectos da política assistencial, tenha continuamente se deslocando deste foco de atuação. Espera-se, todavia, que tal experiência possa gestar-se para além da conformação capitalista e ser um exemplo do qual a classe trabalhadora possa ser protagonista da história, estabelecendo uma nova ordem social justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica da atividade canavieira evoluiu a partir dos inventivos viabilizados pelo Estado que desde o início da colonização se encarregou de fornecer a este setor os instrumentos necessários ao seu desenvolvimento, isto porque inicialmente partindo dos interesses lusitanos esse empreendimento cumpriria uma dupla função: de povoar e gerir divisas à corte portuguesa.

A pesquisa mostra a importância de se reconhecer as transformações ocorridas na produção de cana-de-açúcar tendo como base a evolução das suas unidades produtivas e o papel estatal nesse contexto de ações que favoreceram tal evolução. O desenvolvimento das unidades produtivas – do bangüê, passando pelo engenho central, chegando às usinas -, teve um impacto social bastante expressivo sobre as populações rurais, à medida que, por meio da modernização, acentuaram-se os problemas sociais para os trabalhadores rurais por meio do processo de proletarianização.

A dependência do financiamento do Estado se deu pelas facilidades nas quais o setor, através de seus representantes políticos, conseguiu conduzir as ações governamentais. À luz desse cenário, é quase suficientemente compreensível entender porque na atualidade a produção sucroalcooleira vem apresentando sinais de insuficiência, a ponto de provocar o fechamento de diversas unidades produtivas.

Porém, para melhor entendermos o atual quadro, é preciso nos reportarmos às condições mais estruturais do capitalismo moderno no que concerne ao contexto econômico mundial a partir da defesa do estado mínimo e da reestruturação produtiva que impôs às empresas, e aos trabalhadores, redirecionamentos a fim de que a reprodução e acumulação do capital possam se dar de forma mais eficiente.

É nesse contexto que está inserida a história da Usina Catende, um fracasso assinado pelas ingerências administrativas de seus antigos gestores, os usineiros, e que tem se tornado símbolo da luta dos trabalhadores na zona da Mata Sul de Pernambuco.

A possibilidade de gestão dos sindicatos na empresa demonstrou que, entre a maioria dos sindicatos ligados à base territorial da usina, o enfoque assistencialista havia sido parcialmente superado. Isso se deve, sobretudo, não ao papel desempenhado pela experiência sindicalista dentro do colegiado da empresa, mas pela atuação anterior das pastorais da Igreja Católica na formação das novas lideranças sindicais a partir da década de oitenta.

Foi a ação conjunta dos sindicatos que, por sua vez, conseguiu junto à justiça impetrar a falência da usina e impedir que seus antigos donos promovessem a dilapidação do patrimônio, o que os caracterizou por uma ação de confronto junto aos interesses patronais e os alinhou sob uma perspectiva de sindicalismo combativo, naquele momento.

A discussão sobre a antiga orientação sindical assistencialista foi apresentada a partir do processo de crescimento da economia brasileira e de suas repercussões sobre o meio rural a ponto de que o atrelamento do movimento sindical ao Estado seria uma condição ao bom desenvolvimento do capitalismo no país. Dessa estratégia das elites brasileiras em tornar o sindicato um órgão de prestação de serviço, transformou-se o movimento de trabalhadores em um amortecedor da luta de classe. Essa foi uma realidade que pôde ser constatada também no sindicalismo rural no período da ditadura militar, onde se erigiu a idéia de um sindicalismo de estado no momento em que as Ligas Camponesas foram rigidamente dissolvidas.

O sindicalismo chega, por sua vez, nos anos oitenta e sob uma reorientação política orientada pelas pastorais da Igreja (Pastoral da Terra, CPT, ACR) que se circunscreve ao contexto da zona da Mata Meridional de Pernambuco e atua sob uma perspectiva de formação de líderes sindicais a fim de substituir as antigas diretorias pelegas e reconduzir a luta política do movimento de trabalhadores rurais. Na região estudada, essas substituições ocorreram no

final dos anos 80, década em que quase todos os sindicatos ligados a Usina Catende puderam contemplar uma mudança em sua orientação política. Exceção se fez, todavia, no sindicato de trabalhadores rurais de Catende.

O estudo demonstrou, porém, que o assistencialismo sindical não foi uma mácula totalmente dissolvida do sindicalismo rural, principalmente porque, como argumentamos, a não prestação de serviços ocorreu muito mais pela falta de recursos financeiros do que propriamente por uma opção ideológico-política dos sindicatos.

Das hipóteses inicialmente levantadas, verificamos que a caracterização de uma tendência sindical classista ou de confronto não se confirmou durante todo, período de atuação dos sindicatos, ao considerarmos que as estratégias de ação sindical nos anos noventa foram direcionadas para a intervenção política na esfera das políticas públicas, tendendo a afastar o sindicalismo de sua base revolucionária e conformando-se a ordem vigente.

Quando observamos que, em relação à reforma agrária, o sindicalismo da região apresentou-se sob uma tendência de afastamento desta bandeira de luta, a constatação anterior foi reforçada, pois, à medida que o sindicalismo buscou atuar sobre as rédeas da legalidade ele mesmo também tende a servir como um atenuador no conflito capital x trabalho no campo e não a sua antítese.

Essa afirmação não desqualifica a atuação do sindicalismo rural, haja visto o imperativo de também se dar conta das necessidades imediatas da classe trabalhadora. Porém, sem se perder de vista um horizonte maior para esta classe social, que implica na eliminação da atual ordem social que expropria dos produtores diretos os frutos de seu trabalho.

Esta tendência do sindicalismo, todavia, se erigiu no período de abertura econômica, ocorrida no início da década de 90, em que o movimento sindical se viu acuado pela ofensiva neoliberal. Como resposta, o movimento sindical tem se proposto a um discurso de

participação nas empresas e a estratégias que possam garantir minimamente os postos de trabalho, mesmo que isso venha a reduzir os direitos trabalhistas em nome da flexibilização.

Ao se analisar a superação do assistencialismo, verificou-se que a pesquisa possibilitou compreender que a “superação” da assistência pôde ser reconduzida quando as novas lideranças sindicais foram formadas e começaram no final da década de 80 a substituir as antigas diretorias. Isso evidenciou que a experiência de autogestão na usina é consequência desse novo patamar de envolvimento das lideranças sindicais frente à defesa dos trabalhadores no trato da fiscalização das atividades nos engenhos, na melhoria das condições do trabalhador, na sua formação e organização política.

Ao considerarmos a autogestão como fator de superação do assistencialismo, o elemento da influência do catolicismo se revelou como preponderante para entender como as estratégias de ação sindical se modificaram. Portanto, o que vem promover a “superação” das ações de cunho assistencialista é verdadeiramente a atuação da Igreja através de seus agentes pastorais. Isso, por sua vez, não impossibilitou que se observassem quais as contribuições da autogestão para a atuação externa dos sindicatos, principalmente em suas bases territoriais.

Nesse aspecto, o conhecimento da administração da usina passa a ser assim um elemento que contribuirá para que os sindicatos possam contestar o discurso patronal. Nisso se percebe que o acesso às informações sobre o sistema nevrálgico das empresas é uma importante estratégia que deve ser buscada a fim de se constituir um conhecimento real sobre as possibilidades de barganha dos trabalhadores.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. In: *Debate e Crítica*, v. 6, n. 32.

ALVES, Giovanni. *O Novo (e Precário) mundo do trabalho – reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: BOITEMPO, 2000.

_____. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). *Revista de Sociologia e Política*. Disponível em www.scielo.br, 2002. Acesso em: 08 de mar. 2004.

ANDRADE NETO, Joaquim Correia Xavier de. *O Estado e a indústria açucareira no Nordeste Oriental: Modernização e Proletarização*. São Paulo. Tese de Doutorado

ANDRADE, Manoel Correia de. *A terra e o homem do Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 6. ed. Recife: UFPE, 1998.

ANDRADE, Manoel Correia de. Oliveira & ANDRADE, Sandra Maria Correia de. *A cana-de-açúcar na região da Mata de Pernambuco: Reestruturação produtiva na área canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90: Impactos ambientais, sócio-econômico e político*. Recife: UFPE, 2001a.

_____. *História das usinas de cana-de-açúcar de Pernambuco*. 2. ed. Recife: UFPE, 2001b.

ANTEAG. *Autogestão e Economia Solidária na Conjuntura Nacional*. 10. Encontro e 1. Congresso. 2000. Mimeo.

ANTUNES. Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e centralidades no mundo do trabalho*. 7. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2000.

- BARBOSA, Rômulo Soares. *Sindicalismo rural brasileiro nos anos 1990: os aposentados em cena*. In: VI Congresso da ALASRU, 25 a 29 de novembro de 2002. Anais. Porto Alegre. CD-ROM.
- BASTOS, Elide Rugai. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- BERNARDO, João. Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo. In: *Revista Crítica Marxista*. São Paulo: Xamã, v. 1, tomo 4, 1997.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. 10. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOITO JR., Armando. *Sindicalismo de Estado no Brasil – Uma análise Crítica da estrutura sindical*. Campinas: Unicamp; São Paulo: HUCITEC, 1991.
- BOTELHO, Maria Auxiliadora Leite. *As tendências da ação sindical no campo: um estudo do sindicato dos trabalhadores rurais de Sapé – PB*. Recife: UFPE/CCSA, 1997.
(Dissertação de Mestrado)
- CARDOSO, Adalberto Moreira. O sindicalismo corporativo não é mais o mesmo. *Novos Estudos CEBRAP*. N. 48, Jul. 1997, p. 97-119.
- _____. O sindicalismo no Brasil: breve excursão sobre mudanças e permanências. In: *Cadernos Adenauer III*, n. 2 – *Sindicalismo e relações trabalhistas*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, Jul. 2002.
- CARVALHO, Nanci Valadares. *Autogestão. O governo pela autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *Autogestão. O nascimento das ONGs*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 121.
- CARVALHO, José Carlos Monteiro de. *Camponeses no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- CASTEL Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTRO, Josué de. *Homens e caraquejos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CATTANI, Antonio David. (Org). *Trabalho e tecnologia. Dicionário crítico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. *Trabalho e Autonomia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

COHN, Amélia. A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transição*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000, p. 392.

CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. 5º Congresso da CONTAG, 1991. Mimeo.

COSTA. Luiz Flávio Carvalho. *O sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forence Universitária/UFRRJ, 1996.

DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1870/1910)*. São Paulo: Paz e Terra/UNICAMP, 1977.

ENGELS, Friedrich. A origem da família da propriedade privada e do Estado. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa Omega, [s.d], v.3.

_____, MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

FERRAZ, Ana Lúcia. *Sindicato, autonomia e cooperativismo – o sentido político da autogestão*. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, 1 a 5 de nov. de 2002. Anais. Campinas São Paulo. 1 CD-ROM.

FONTE, Eliane M. M. da. Reestruturação produtiva na área canavieira pernambucana: as soluções propostas e o papel do Estado. In: WANDERLEY, Maria de N. B(Org.), *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro*. São Paulo: Polis; Campinas, CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP, 2004.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 26 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir. *Escola cidadã*. 9. ed. São Paulo: Cortez, [s.d].

GOODE, Willian J; HATT, Paul K. *Métodos em pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1972.

GRZYBOWSKI, Candido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1991.

GULLERM, Alain; BOUDET, Yvon. *Autogestão. Uma mudança Radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HOBBSBAWS, Eric. *A era dos extremos. O breve século XX 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995 p. 296-300.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Trabalho e indivíduo social*. São Paulo Cortez, 2001, p. 123.

IANNI, O. A classe operária vai ao campo. *Cadernos Cebrap*, n. 24. São Paulo, Brasiliense, 1976.

JOYEUX, Maurice. *Autogestão, gestão direta, gestão operária*. Brasília: Novos Tempos Ed. 1988.

JUNIOR, Caio Prado. *Dialética do Conhecimento*. Tomo I, 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1960.

_____. *A questão agrária no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LEITE, Márcia de Paula. Modernização tecnológica e relações de trabalho. In: FERRETTI, Celso João. (Org.). et.al. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate interdisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1996.

LOJKINE, Jean. *O tabu da gestão: a cultura sindical entre a contestação e proposição*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

- LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do Diabo. O trabalho dos operários do açúcar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MALAGODI, Edgard. O sindicato rural e seus parceiros: notas sobre um processo de mudança. In: WANDERLEY, Maria de N. B. (Org.). *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro*. São Paulo: Polis; Campinas, CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH Unicamp, 2004.
- MARANHÃO, João de Albuquerque. *História da indústria açucareira no Nordeste: o papel social de Catende*. Sine Nomine. [s.m];[s.d]
- MARTINS, Ângela Maria. Autonomia e educação: trajetória de um conceito. *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, p. 207-232, mar. 2002, p. 210.
- MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses a política no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1983/1995.
- MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Global, 1986. (Coleção Base: v. 50)
- MEDEIROS, Leonildes Sérvalo de. *História dos movimentos sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MINC. Carlos. A reconquista da terra Estatuto da terra, lutas no campo e reforma agrária. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1985, p. 15.
- MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Crise agrária e luta de classes: o Nordeste brasileiro entre 1850 e 1889*. Brasília, Horizonte, 1980.
- MORANDI, Jorge. FURCHE, Carlos.BARRIL, Alex. *Organização camponesa (Os problemas da ação pública no Nordeste rural)*. Recife: [s.n], 1998.
- NORMANHA, Socorro. *Sobre a reestruturação da Zona da Mata*. Disponível em <<http://www.Zonadamatape.org.br>>, 2003. Acesso em 8 de maio de 2003.

NORONHA, Eduardo G. “A explosão das greves nos anos 80”. In: BOITO Jr., Armando(Org.) *O sindicalismo brasileiro dos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

NOVAES, Regina Reyes. Continuidades e rupturas no sindicalismo rural. In: BOITO Jr., Armando. (Org.). *O sindicalismo brasileiro dos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Grafhia, 1997.

ODA, Nilson Tadashi. *Gestão e trabalho em cooperativas de produção: dilemas e alternativas à participação*. Dissertação de mestrado apresentada à Escola Politécnica da USP. Abril, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a razão dualista/o onitorrino*. São Paulo, BOITEMPO, 2003.

_____. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POLETTTO, Ivo. Sindicalismo Rural – qual a sua base? *Cadernos do CEDI*, n. 21. Rio de Janeiro, 1991.

QUEIROZ, M. I .P. de, *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1973.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Iran Jácome. (Org.). *O novo sindicalismo 20 anos depois*. Rio de Janeiro: Vozes; São Paulo: EDUC/UNITRABALHO, 1999.

RODRIGUES. Leôncio Martins. *Destino do sindicalismo*. São Paulo: EDUSP, 1999.

ROSENFELD, Cinira L. *A autogestão e a nova questão social: repensando a relação individuo-sociedade*. ANPOCS: USP. Seminário intermediário: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. 2003. Mimeo.

- SANTANA, M. Aurélio. O sindicalismo brasileiro nos anos 1980/2000: do ressurgimento à orientação. In: *Cadernos Adenauer III*, 2002, n. 2 *Sindicalismo e Relações trabalhistas*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, Jul. de 2002.
- SANTANA, Marcos Aurélio. Política e história em disputa: O “novo sindicalismo” e a idéia de ruptura com o passado. In: RODRIGUES, Iran Jácome. (Org.). *O novo sindicalismo 20 anos depois*. Rio de Janeiro: Vozes; São Paulo: EDUC/UNITRABALHO, 1999, p. 133-161.
- SIGAUD, Lygia. Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- SEGNINI, Liliana. *Liturgia do poder: trabalho e disciplina*. São Paulo: PUC, 1998.
- SILVA, Sirdartha Sória e. *Reestruturação produtiva, crise econômica e os rumos do sindicalismo no Brasil*. Brasília: Fundação Milton Campos, Conselho de Reitores das Universidades Brasileira, 2001.
- SILVA, Tarcísio Augusto A. da. *Análise contextual e organizacional do engenho Santa Luiza como sistema político e como espaço reprodutor e produtor de cultura*. Monografia de conclusão do Curso de Ciências Sociais. (Ênfase em Sociologia Rural). Recife, UFRPE/DLCH, 2001.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego. Diagnóstico e alternativas*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*. [s.d]. Disponível em: www.ces.fe.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/difusao.html. Acesso em 23 jan. 2004.
- TONET, Ivo. *Democracia ou liberdade?* Maceió: EDUFAL, 1997.

Jornais

JUSTIÇA autoriza desocupação da Catende. *Diário de Pernambuco*, 29 dez. 2003. Vida urbana. Disponível em: [www. Pernambuco.com/diario/2003/12/29/urbana1_0. html](http://www.Pernambuco.com/diario/2003/12/29/urbana1_0.html). Acessado em 18 abr. 2004.

DUARTE, André. FETAPE e CONTAG acusam MST de ser oportunista. *Diário de Pernambuco*. Vida Urbana. [s.d]

TERMINA greve de nove dias na Catende. *Diário de Pernambuco*, 31 dez. 2003. Vida urbana. Disponível em: www.Pernambuco.com/diario/2003/12/31/urbana2_0.html. Acessado em 18 abr. 2004.

ANEXOS

PERNAMBUCO - REGIÕES



www.municipios.pe.gov.br

ZONA DA MATA



www.municipios.pe.gov.br

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

Cidade	População Urbana	População Rural	Total da população
Jaqueira	5.904	5.749	11.653
Maraial	7.937	6.769	14.706
Xexéu	7.857	5.740	13.597
Catende	23.451	7.806	31.257
Palmares	43.452	12.338	55.790
Água Preta	14.707	14.107	28.814

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 – Malha Municipal Digital do Brasil, 1997.